

THATIANE FERREIRA HILÁRIO

A DESCONSTITUIÇÃO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA



conjecturas

A DESCONSTITUIÇÃO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

Thatiane Ferreira Hilário

A DESCONSTITUIÇÃO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA



Belo Horizonte
2025

Editor-chefe

Prof. Dr. Bruno Paiva Bernardes

Revisão

Instituto de Ensino e Pesquisa Bruno Bernardes (IPBB) – ipbb.com.br

Conselho editorial

Adriano da Silva Ribeiro	Gabriela Oliveira Freitas
Alice de Souza Birchall	Helena Colodetti Gonçalves Silveira
André Cordeiro Leal	Jean Carlos Fernandes
Antônio Carlos Diniz Murta	Luciana Diniz Durães Pereira
Antônio Gomes de Vasconcelos	Luís Carlos Balbino Gambogi
Carlos Victor Muzzi Filho	Maria Tereza Fonseca Dias
Daniel Firmato de Almeida Glória	Paulo Márcio Reis Santos
Danúbia Patrícia de Paiva	Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias
Fabrício Veiga Costa	Sérgio Henriques Zandona Freitas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Hilário, Thatiane Ferreira

A desconstituição da filiação socioafetiva [livro eletrônico] / Thatiane Ferreira Hilário.

– Belo Horizonte : Conjecturas, 2025.

6.84 MB ; PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-83428-16-5 (e-book)

DOI: 10.5281/zenodo.17990489

1. Direito de família 2. Paternidade (Direito) - Brasil 3. Maternidade (Direito) - Brasil

I. Título

25-5675

CDD 346.81015

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito de família

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei nº 9.610/1998

© Thatiane Ferreira Hilário

© Instituto de Ensino e Pesquisa Bruno Bernardes Ltda. (Selo Conjecturas)

Rua Hidra, 301, sala 306, Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG - CEP 30.360-300

Tel.: (31) 97224-8707- E-mail: contato@conjecturas.com.br

www.conjecturas.com.br

Dedico esta obra à minha família, que sempre
acreditou em mim e não mediram esforços para
que meus sonhos e objetivos fossem
alcançados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, pois sem Ele esta jornada não seria cumprida.

Aos meus queridos pais, Vera Lúcia e Silvio, pelo incentivo, apoio e, principalmente, pelas orações.

Ao meu cônjuge, Thiago, pela paciência e apoio durante esta jornada.

À minha irmã, Thayuanne, pelos conselhos.

À minha orientadora, Professora Dra. Paula Dias Moreira Penna, pela disponibilidade em me orientar e contribuir para a elaboração deste livro.

Ao Professor Dr. Bruno Bernardes, pelos aconselhamentos e correções assertivos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito (PPGD) da FUMEC, pelos ensinamentos que contribuíram para o meu processo de formação profissional ao longo do curso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
Arts.	Artigos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DF	Distrito Federal
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito de Família
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
nº	Número
REsp	Recurso Especial
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
1 INTRODUÇÃO	15
2 CONCEITO E ESTRUTURA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	21
2.1 Definição de socioafetividade	31
2.2 Direitos e deveres recíprocos na filiação socioafetiva	37
2.3 Reconhecimento jurídico da filiação socioafetiva	45
2.3.1 Procedimento judicial	55
2.3.2 Reconhecimento <i>post mortem</i>	56
3 FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	59
3.1 Análise dos fundamentos jurídicos na teoria jurídica contemporânea	61
3.2 Jurisprudência brasileira sobre a filiação socioafetiva	63
4 CRITÉRIOS JURÍDICOS PARA A DESCONSTITUIÇÃO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	75
4.1 Análise dos critérios jurídicos vigentes	77
4.2 Critérios jurídicos utilizados nos tribunais brasileiros	83
4.3 Situações excepcionais: erro substancial, fraude, simulação e violação dos deveres parentais	89
5 PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS CRITÉRIOS JURÍDICOS	95
5.1 Avaliação da suficiência e adequação dos critérios atuais	96
5.2 Recomendações para o aperfeiçoamento normativo	101
6 CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	115

PREFÁCIO

A história do Direito de Família no Brasil é também a história das transformações sociais, culturais e afetivas que nos constituem como sociedade. O que antes era compreendido sob a rigidez dos laços biológicos e das estruturas tradicionais, hoje se expande para abarcar múltiplas formas de convivência, de cuidado e de reconhecimento. A filiação socioafetiva é, sem dúvida, um dos mais expressivos avanços nesse campo, pois consagra juridicamente a centralidade do afeto, da dedicação e da responsabilidade na constituição dos vínculos parentais.

Todavia, justamente por se tratar de um instituto recente em nossa tradição jurídica, emergem novos dilemas. Se o reconhecimento da filiação socioafetiva é essencial para a proteção de crianças, adolescentes e famílias, como lidar com situações em que se pleiteia sua desconstituição? É esse terreno delicado que a presente obra se propõe a explorar. Com rigor acadêmico e olhar crítico, a autora investiga a evolução conceitual da família e da filiação no ordenamento jurídico brasileiro, analisa fundamentos teóricos e jurisprudenciais e, sobretudo, dedica-se à difícil tarefa de identificar e propor critérios jurídicos para a desconstituição da filiação socioafetiva. Ao fazê-lo, enfrenta uma questão sensível e atual, em que a proteção do melhor interesse da criança e do adolescente deve dialogar com a autonomia privada, a segurança jurídica e a equidade nas relações familiares.

O mérito deste trabalho reside não apenas na solidez de sua pesquisa, mas também na sua relevância prática. Advogados, magistrados, promotores, defensores, acadêmicos e todos aqueles que se dedicam ao estudo do Direito de Família encontrarão aqui reflexões consistentes e propostas que certamente enriquecerão o debate.

Trata-se de uma contribuição valiosa e necessária, capaz de lançar luz sobre um tema ainda pouco explorado e, ao mesmo tempo, de grande impacto na vida de inúmeras famílias brasileiras. Ao problematizar a desconstituição da filiação socioafetiva, este livro reafirma a importância de pensar o Direito não como um sistema fechado, mas como um campo vivo, em permanente diálogo com a sociedade.

Tenho a satisfação de apresentar ao leitor esta obra, que alia profundidade teórica, clareza metodológica e compromisso com a justiça social. É leitura indispensável para quem busca compreender os desafios e as possibilidades do Direito de Família contemporâneo.

Agosto de 2025.

Paula Dias Moreira Penna

*Doutora em Psicologia (UFMG) e docente do
programa de pós graduação em Direito da
Universidade FUMEC.*

1

INTRODUÇÃO

O conceito de família, para o Direito, não é estático. Ele varia de acordo com o momento histórico e com as complexidades apresentadas pela sociedade. Ao se pensar em família, considera-se diversas relações interpessoais que são tuteladas pelo ordenamento jurídico, tais como o casamento, o parentesco, a filiação e o poder familiar. Cada relação familiar desencadeia diversos desdobramentos jurídicos que merecem a atenção da comunidade jurídica.

No âmbito da filiação, a atenção do jurista volta-se, entre outras questões, para o vínculo criado entre pais e filhos. Esse vínculo pode ter origem biológica ou afetiva. Para Neto Lôbo (2024), toda filiação é socioafetiva, podendo ser, também, biológica. Assim, tem-se o gênero (filiação socioafetiva) e suas espécies (filiação biológica e filiação não-biológica). O autor esclarece que a afetividade, para o Direito, não se confunde com o mero sentimento; em termos jurídicos, a afetividade é o dever imposto aos pais em relação aos filhos e destes em relação àqueles.

Diante da complexidade que envolve a filiação socioafetiva, propõe-se a investigação acerca dos critérios jurídicos que devem ser considerados idôneos para a sua desconstituição.

A presente pesquisa insere-se na área de concentração “Instituições Sociais, Direito e Democracia” do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade FUMEC, especificamente na linha de pesquisa “Autonomia privada, regulação e estratégia” (Direito Privado), que investiga, entre outros pontos, as relações jurídicas sob a tensão da autonomia privada, temática que toca o objeto de pesquisa do presente trabalho acadêmico.

Assim, indaga-se, como problema de pesquisa: quais são os critérios juridicamente idôneos que justificam a desconstituição da filiação socioafetiva?

A evolução do conceito de família no ordenamento jurídico brasileiro reflete as transformações sociais e a complexidade das relações interpessoais contemporâneas. Pode-se constatar essa afirmativa, uma vez que a proposta de revisão e atualização do Código Civil estipula a inclusão de dispositivos legais e de um capítulo destinado apenas à socioafetividade (Brasil, 2024a). A filiação socioafetiva, que se baseia no vínculo afetivo e não

apenas no biológico, é uma manifestação dessa evolução e tem sido amplamente reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência.

Nesse contexto, a desconstituição da filiação socioafetiva apresenta-se como um tema de relevância, pois envolve a análise de critérios que assegurem a proteção do melhor interesse do filho e da estabilidade da relação familiar na qual ele está inserido.

Dessa forma, como hipótese, afirma-se que o reconhecimento da filiação socioafetiva não é passível de desconstituição, salvo em casos excepcionais, como fraude, erro substancial ou violação dos deveres parentais, não sendo os critérios jurídicos atualmente adotados suficientes e adequados para lidar com essas situações excepcionais.

Justifica-se o presente estudo pela necessidade de aprofundar a compreensão dos critérios que permitem a desconstituição da filiação socioafetiva, buscando garantir a segurança jurídica e a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Além disso, a pesquisa poderá fornecer subsídios para o aperfeiçoamento das normas e práticas jurídicas, contribuindo para a efetivação dos princípios constitucionais que regem as relações familiares e o melhor interesse do menor.

A investigação desse tema é fundamental não apenas para a comunidade jurídica, mas, também, para a sociedade em geral, pois a forma como o Direito trata a filiação socioafetiva impacta diretamente na vida de inúmeras famílias, seja quanto à ausência de regulamentação e proteção dos direitos decorrentes da filiação baseada no afeto, seja nas hipóteses de desfazimento do vínculo socioafetivo.

Compreender e aperfeiçoar os critérios para a desconstituição desse vínculo é essencial para assegurar a justiça e a equidade nas relações familiares, fortalecendo a proteção dos vínculos afetivos e a estabilidade familiar.

Assim, delimitar as possibilidades jurídicas que fundamentam a desconstituição da afetividade e da consequente filiação socioafetiva provocará, como resultado, maior segurança jurídica para o referido instituto e contribuirá para as discussões sobre a temática.

Adotar-se-á, como marco teórico, o conceito de socioafetividade na perspectiva de Paulo Luiz Neto Lôbo. Para o autor, a socioafetividade, no

contexto jurídico, deve ser entendida como o vínculo afetivo que se estabelece entre pais e filhos independentemente da ligação biológica. Esse conceito se baseia na convivência, no cuidado, na dedicação e no reconhecimento social da relação parental, formando uma base sólida de direitos e deveres recíprocos (Neto Lôbo, 2024).

Neto Lôbo (2024) afirma que toda filiação é socioafetiva, podendo, também, ser biológica. Destaca, ainda, que a afetividade, no âmbito do Direito, não se confunde com mero sentimento, mas uma construção jurídica que transcende os laços sanguíneos, focando na formação de laços afetivos genuínos e na responsabilidade parental decorrente desses laços.

O objetivo geral da obra é analisar os critérios jurídicos que são considerados idôneos para a desconstituição da filiação socioafetiva no ordenamento jurídico brasileiro, avaliando sua adequação e eficácia na proteção dos direitos e deveres relacionados às relações familiares.

São objetivos específicos: a) analisar a evolução do conceito de família e filiação no Direito brasileiro; b) examinar os fundamentos jurídicos da filiação socioafetiva; c) investigar os critérios atuais para a desconstituição da filiação socioafetiva; d) propor melhorias nos critérios jurídicos existentes.

O desenvolvimento deste livro estrutura-se em quatro capítulos. No capítulo dois, é feita uma análise do conceito e estrutura da filiação socioafetiva, com a exposição dos direitos e deveres recíprocos e as formas de reconhecimento, como o procedimento extrajudicial, o procedimento judicial e a possibilidade de reconhecimento *post mortem*.

No capítulo três, são expostos os fundamentos jurídicos da filiação socioafetiva, com a análise do posicionamento da teoria jurídica e da jurisprudência brasileira.

No capítulo quatro, são descritos os critérios jurídicos para a desconstituição da filiação socioafetiva, com a exposição do posicionamento dos tribunais brasileiros e comentários de situações excepcionais.

No capítulo cinco, são apresentadas propostas de aperfeiçoamento dos critérios jurídicos vigentes, sendo realizada a avaliação da suficiência e da adequação, com recomendações para o aperfeiçoamento normativo.

Quanto aos demais aspectos metodológicos, a pesquisa insere-se em perspectiva jurídico-social, adotando-se, como raciocínio predominante, o hipotético-dedutivo, operacionalizado por meio de pesquisa na legislação correlata, produções acadêmicas específicas sobre o tema, incluindo teses, dissertações, artigos e obras jurídicas, bem como na jurisprudência aplicável.

2

CONCEITO E ESTRUTURA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

A família é a mais antiga unidade social do homem, sendo sua existência ligada à história da civilização. Trata-se da unidade básica de toda e qualquer sociedade, desde as primitivas até as contemporâneas.

Por se tratar de uma realidade social, em razão de mudanças nas formas de relacionamentos dos indivíduos, os modelos de constituição familiar foram se modificando ao longo do tempo, sendo necessário, assim, fazer uma análise dos momentos históricos até o conceito contemporâneo de família. Tais momentos perpassam pelo direito romano, canônico até a noção moderna de família.

Na época romana, a família era concebida por elementos pessoais e patrimoniais sujeitos à autoridade do *pater famílias* (Sousa, 2018, p. 26). Ela possuía sua base no sistema patriarcal, exercendo a figura paterna o poder sobre todos os membros da organização familiar. Assim, era organizada com base na autoridade do *pater* (ascendente masculino vivo mais idoso) – que detinha todo o controle político, religioso e jurisdicional, sendo o núcleo composto pelos filhos, esposa e qualquer outro indivíduo que estivesse sob seu poder, como escravos e servidores.

Conforme ainda abordado por Sousa (2018, p. 26), embora existisse afeto na família romana, esse não era o que ligava os seus integrantes. O que os unia era a religião doméstica e o culto aos antepassados, tudo dirigido pela figura do *pater*, senhor da casa que tinha autoridade para tomar decisões sobre os membros da família e gerenciar os bens.

Na Idade Média, houve uma modificação na concepção de família com a entrada do Direito Canônico na sociedade. O casamento passou a ser um sacramento para a Igreja Católica, e a família a ser vista como a unidade básica da sociedade. A formação familiar era composta, basicamente, pelos pais e filhos, de forma que o vínculo consanguíneo se sobrepunha aos laços de afeto existentes entre os indivíduos (Paiano, 2017, p. 6).

A Idade Moderna, aproximadamente entre os séculos XV e XVIII, trouxe uma nova valoração do indivíduo, refletindo nas relações familiares. O casamento passou a ser influenciado pelo amor e pela afetividade, havendo o enfraquecimento do controle da Igreja sobre a vida das pessoas. A família começou a ser vista como unidade econômica e social, deixando seu aspecto de uma instituição religiosa.

Do século XIX até os dias atuais, houve uma transformação das estruturas familiares tradicionais. A família deixou de ser um núcleo econômico, passando a ser espaço de desenvolvimento do amor e do companheirismo.

A família nuclear composta por pai, mãe e filhos passou a coexistir com novos arranjos familiares, de modo o que o ordenamento jurídico deixou de ser suficiente para atender às novas demandas jurídicas do Direito de Família.

Como exposto por Pereira (2011, p. 31), “Os valores existentes na sociedade contemporânea rompem de forma definitiva a ideia tradicional de família, visto que o atual modelo familiar se caracteriza por ser democrático, desmatrimonializado, descentralizado e igualitário”.

Com o advento da Constituição da República de 1988, houve um divisor de águas no conceito de família, trazendo à ordem jurídica o reconhecimento da pluralidade de arranjos familiares e a finalidade eudemonista, ou seja, a busca da felicidade como objetivo da vida humana. Para Rodrigo Cunha Pereira (2023, p. 4):

A ideia de família, para o Direito Brasileiro, sempre foi a de que ela é constituída de pais e filhos unidos a partir de um casamento regulado e regulamentado pelo Estado. Com a Constituição de 1988 esse conceito ampliou-se, uma vez que o Estado passou a reconhecer ‘como entidade familiares a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes’, bem como a união estável entre homem e mulher (art. 226). Isso significou uma evolução do conceito de família. Até então, a expressão da lei jurídica só reconhecia como família aquela entidade constituída pelo casamento. Em outras palavras, o conceito de família se abriu, indo em direção a um conceito mais real, impulsionado pela própria realidade.

Houve, portanto, um abandono da estrutura clássica, patriarcal e hierarquizada, passando-se a privilegiar, no âmbito familiar, o objetivo de desenvolvimento de cada membro, concebendo-se, assim, a função eudemonista.

A expressão “família eudemonista” é oriunda da palavra grega *eudaimonia*, significando felicidade. Trata-se de um conceito que concebe a felicidade como a finalidade da vida humana (Dias, 2021, p. 222). Para a referida autora, o formato hierárquico da família cedeu lugar à democratização, baseando as relações na igualdade e no respeito mútuo, acrescentando que:

A absorção do princípio eudemonista pelo ordenamento legal altera o sentido da proteção jurídica da família, deslocando-o da instituição para o sujeito, como se infere da primeira parte do § 8.º do art. 226 da CF: o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram (Dias, 2021, p. 222).

O ambiente familiar, nessa perspectiva, possibilita o desenvolvimento do ser humano em suas esferas pessoal e social. No seio familiar, o indivíduo molda sua personalidade e habilidades, permitindo-lhe interagir na sociedade em uma troca cultural, que facilita a busca pela felicidade. Neto Lôbo (2024, p. 10), sobre o tema, explana que:

A realização pessoal da afetividade, no ambiente de comunhão de vida e solidariedade, é a função básica da família de nossa época. Suas antigas funções feneceram, desapareceram ou passaram a desempenhar papel secundário. “A família autoritária deu lugar a uma família afetiva, baseada na livre-escolha e na proteção” (Lipovetsky, 2007, p. 63). Nas sociedades ocidentais, o predomínio do casamento por amor separou-o dos princípios tradicionais da filiação, da biologia e da economia. Até mesmo a função procracional, com a secularização crescente do direito de família e a primazia que passou a ser atribuída à afetividade, deixou de ser sua finalidade precípua.

A família, assim, deixou de ser patriarcal ou formada exclusivamente pelo laço matrimonial, passando a levar em consideração a afetividade. Com novos valores incutidos, o ordenamento jurídico começou a ver a família como instrumento de desenvolvimento pessoal, por meio de laços de afeto. Nos dizeres Lauand e Pagliarini (2016, p. 18):

A família atual parte de dois princípios básicos – a liberdade e a igualdade –, valoriza outro aspecto anteriormente secundário – o

vínculo afetivo – e dispensa menor importância aos vínculos tradicionais na formação da família - patrimônio e sangue. Enfim, a família converteu-se no ambiente propício para a realização do ser humano. Ou seja, somente se justifica a proteção da família para que se efetive a tutela da própria pessoa humana. É, por conseguinte, a família servindo como instrumento para a realização da pessoa humana e não mais vislumbrada como simples instituição jurídica e social, voltada para fins patrimoniais e reprodutivos.

A mudança na forma de as pessoas se relacionarem e de se constituírem como família refletiu nas relações de parentesco, que deixaram de se basearem unicamente na consanguinidade, passando a levar em consideração o melhor interesse das pessoas que integram as entidades familiares.

O afeto, papel importante na formação das relações familiares, sendo, inclusive, o critério escolhido para a formação dos vínculos familiares, como na escolha do par (cônjuge, companheiro ou outro formato) das pessoas com as quais vai conviver, recebeu o novo enfoque pelo ordenamento jurídico.

Para Tartuce (2023, p. 23): “O afeto talvez seja apontado, atualmente, como o principal fundamento das relações familiares. Mesmo não constando a expressão afeto do Texto Maior como um direito fundamental, pode-se afirmar que ele decorre da valorização da dignidade humana”.

Com a Constituição da República de 1988, as novas formas de constituição de família e filiação passaram a ter um novo enfoque no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente diante do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III, e da proteção de família pelo Estado (Brasil, [2024a]).

Maria Berenice Dias (2021, p. 66)¹ enfatiza que tal princípio constitucional é de suma relevância, pois a ordem constitucional concede especial proteção à família, independentemente de sua origem, tendo em

¹ A referida autora defende a ideia de que a família não se resume ao modelo tradicional, mas abrange uma variedade de configurações formadas por laços afetivos. Para ela, deve ser garantido que todos os tipos de família tenham seus direitos respeitados. Assim, ao trabalhar com a terminologia “Direitos das Famílias”, ela busca combater discriminações e promover a equidade, especialmente em relações familiares (Dias, 2021).

vista que a multiplicação das entidades familiares preserva e desenvolve as qualidades mais relevantes entre os familiares, como o afeto.

Trata-se o afeto de elemento essencial do núcleo familiar, campo de valores e relações imprescindíveis ao bem-estar do ser humano. Ele não depende de embasamento biológico para existir, sendo oriundo da solidariedade e da participação familiares, ao promover o desenvolvimento da personalidade dos integrantes da família, concretizando, assim, a dignidade da pessoa humana.

Segundo Paiano (2017, p. 63), “a afetividade manifesta-se de forma mais expressiva no Direito de Família, tendo em vista que as relações familiares são permeadas pelo afeto, de modo que as relações familiares, além de jurídicas, são afetivas”.

O afeto, assim, passou a ser visto com importância no campo jurídico, pois delimita as relações familiares, gerando vínculos, direitos e obrigações no âmbito familiar. Pereira (2023, p. 89), sobre o tema, explica que:

A afetividade é um princípio constitucional da categoria dos princípios não expressos. Ele está implícito e contido nas normas constitucionais, pois aí estão seus fundamentos essenciais e basilares: o princípio da dignidade humana (Art. 1º, III), da solidariedade (Art. 3º, I), da igualdade entre os filhos, independentemente de sua origem (Art. 227, § 6º), a adoção como escolha afetiva (Art. 227, §§ 5º e 6º), a proteção à família monoparental, tanto fundada nos laços de sangue quanto por adoção (Art. 226, § 4º), a união estável (Art. 226, § 3º), a convivência familiar assegurada à criança e ao adolescente, independentemente da origem biológica (Art. 227).

A afetividade também se encontra prevista na legislação infraconstitucional, como no Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece no art. 25, parágrafo único que: “Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (Brasil, [2024c]).

No mesmo sentido, a Lei Maria da Penha, em consonância com o princípio da afetividade, estabelece que família pode ser “compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa” (art. 5º, II) (Brasil, [2025b]).

A alteração na forma de constituição familiar refletiu nas relações de parentesco e trouxe novos modelos de filiação, notadamente o desbiologizado. Os estudos acerca da filiação desvinculada dos laços biológicos remontam a 1979, tendo o jurista João Baptista Villela (1979) abordado o tema em seu artigo nominado “Desbiologização da paternidade”.

O referido autor, já naquela época, entendia que a família tinha deixado seu caráter econômico, social e religioso, passando a ser um grupo unido pela afetividade, fato que esvaziou o conceito biológico da filiação (Villela, 1979).

Como por ele defendido, isso decorreu das transformações pelas quais a família passou, que, deixando de possuir um caráter meramente econômico, social e religioso, consolidou-se como o agrupamento de pessoas ligadas por laços de afetividade e companheirismo que sobrepujaram o critério biológico (Villela, 1979).

Villela (1979) acrescenta, ainda, que a parentalidade é uma questão cultural, trazendo a expressão popular que “pai é quem cria”. Tal colocação amplia a concepção de que pai é aquele que dá o afeto, cuida, ama e zela pelo filho, não se tratando a filiação apenas de uma questão biológica ou registral.

Deve ser ressaltado que o reconhecimento da filiação desbiologizada não tem o objetivo de afastar o vínculo biológico ou desconsiderá-lo, mas sim trazer uma nova forma de parentesco baseado em laços afetivos. Assim, com a desbiologização, é possível afastar a noção de que a única forma de constituição de parentesco é a decorrente da consanguinidade.

Sobre o tema, Campos (2016, p. 15) também entende que o movimento de desbiologização não conduz no desaparecimento do parentesco biológico, acrescentando que:

Na perspectiva da dignidade da pessoa humana, a realidade afetiva pode prevalecer sobre a verdade biológica, pois ser pai sobrepõe ser genitor, já que o essencial é a capacidade de amar, cuidar e

educar um filho. A paternidade socioafetiva não implica no desaparecimento da biológica, mas na percepção de que o pai não é algo estritamente biológico e que a afetividade é uma necessidade humana fundamental.

Houve, assim, um rompimento da primazia do parentesco biológico e equiparação dos filhos independente da origem, conferido prioridade à convivência familiar. O texto constitucional preconiza em seu artigo 227, parágrafo 6º, que todos os filhos terão os mesmos direitos e qualificações, sendo proibidas quaisquer discriminações relativas à filiação (Brasil, [2024a]).

Assim, diante das diversas formas de constituição familiar, a relação de parentesco deixou de originar apenas da consanguinidade, passando, também, a ser decorrente do afeto (filiação socioafetiva). Isso importa dizer que as filiações biológica e afetiva possuem a mesma validade, não podendo ser distinguidas de forma alguma.

Conforme ensina Neto Lôbo (2024, p. 96), a origem do parentesco não está apenas na consanguinidade, como também em outros fatores como adoção, utilização de material genético alheio na concepção, criação de filhos do cônjuge decorrentes de relações anteriores e a posse do estado de filiação. Ainda acrescenta que:

O estado de filiação desligou-se da origem biológica e de seu consectário, a legitimidade, para assumir dimensão mais ampla que abranja aquela e qualquer outra origem. Em outras palavras, o estado de filiação é gênero do qual são espécies a filiação biológica e a filiação não biológica. Daí, é de se repelir o entendimento que toma corpo nos tribunais brasileiros de se confundir estado de filiação com origem biológica, em grande medida em virtude do fascínio enganador exercido pelos avanços científicos em torno do DNA. Não há qualquer fundamento jurídico para tal desvio hermenêutico restritivo, pois a Constituição estabelece exatamente o contrário, abrigando generosamente o estado de filiação de qualquer natureza, sem primazia de um sobre outro (Neto Lôbo, 2004, p. 96).

O parentesco consanguíneo é aquele decorrente de um mesmo ancestral, ou seja, é composto por pessoas que possuem a mesma descendência biológica, sendo denominado como parentesco natural.

A filiação oriunda da afetividade é aquela não decorrente de laços biológicos. Valadares (2015, p. 360) explica que a filiação socioafetiva se trata de um gênero, que tem como espécie a adoção, inseminação heteróloga e a posse de estado de filho, comumente conhecida como filiação socioafetiva em sentido estrito.² No mesmo sentido, Campos (2016, p. 30) entende que:

É possível identificar em nosso ordenamento jurídico, portanto, que o estado de filiação pode decorrer de quatro origens distintas: por consanguinidade; por adoção; por inseminação artificial heteróloga e pela posse de estado de filiação, sendo todos absolutamente iguais, conforme determina a Constituição da República de 1988.

Com os novos contornos das relações de familiares, a filiação se desvinculou da origem biológica, o que se parece adequado. Isso porque, em todo em qualquer tipo de filiação, o afeto encontra-se presente, que se desenvolve na convivência familiar. Assim, como exposto por Lôbo (2024, p. 96): “o estado de filiação é gênero do qual são espécies a filiação biológica e a filiação não biológica”.

Deixou-se de lado, com efeito, qualquer outro interesse que não seja o da comunhão de vida ou do interesse afetivo como fundamento da relação entre pai e filho, de forma que o afeto passou a ter valor jurídico, sendo um importante fator a ser levado em consideração nas relações de parentesco.

O Código Civil de 2002, seguindo a tendência constitucional, estabeleceu que o parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem (art. 1.593) (Brasil, [2024b]).

² O tema não encontra divergência na doutrina, sendo tal divisão adotada por outros estudiosos, como Rolf Madaleno (2023, p. 582), que entende que do Código Civil faz menção indireta à filiação socioafetiva, ao tratar de inseminação heteróloga (art. 1.597, V), ao negar a desconstituição das adoções à brasileira (art. 1.604) e quando prevê a possibilidade de demonstração do estado de filiação por outros meios, quando não há termo de nascimento ou ele apresente defeito (art. 1.605, II), tratando-se este último ponto da posse de estado de filho.

Conquanto o afeto seja importante na formação de relação familiar, a legislação civil acima citada foi omissa em relação à filiação exclusivamente de laços afetivos, tratando apenas da biológica. Ao adotar a expressão “outra origem” no art. 1.593, abriu-se espaço para o reconhecimento de parentesco não decorrente do fator biológico, ou seja, de laços sanguíneos, como o baseado exclusivamente na afetividade (Brasil, [2024b]).³

Se para ordenamento jurídico todos os filhos são iguais, independentemente de sua origem e têm assegurada a convivência familiar e solidária, é porque tem-se considerado o melhor interesse das pessoas envolvidas no núcleo familiar, independente da origem da constituição do parentesco, seja ela biológica ou decorrente unicamente do afeto.

Assim, a mudança dos modelos familiares e a positivação dos direitos e garantias fundamentais no texto constitucional, como a dignidade da pessoa humana, fez com que um novo modelo de parentesco baseado no afeto surgisse: a parentalidade socioafetiva. Registra-se que como exposto por Canavez e Maróstica (2021, p. 133):

A filiação socioafetiva é um fato social presente desde sempre - os ditos “filhos de criação” -, contudo, sua presença tem se intensificado nos tempos atuais em decorrência da ocorrência de famílias mosaicos ou plurais, ditas aquelas em que dois sujeitos se unem em novas relações após a ocorrência de divórcios e separações e trazem consigo os filhos advindos dos relacionamentos anteriores.

A filiação deixou de ser exclusivamente biológica, levando em consideração a realidade afetiva construída pelos envolvidos, que estão inseridos em uma relação paterno-filial consolidada ao longo do tempo, que, em alguns casos, inexistia na filiação biológica.

³ Neste ponto, é importante ressaltar haver previsão no Projeto de Lei nº 04/2025, de atualização do Código Civil, do parentesco decorrente da socioafetividade, conforme redação proposta para art. 1.512-A: “A relação de parentesco pode ter causa natural ou civil. § 1º O parentesco é natural se resultar de consanguinidade, ainda que o nascimento tenha sido propiciado por cessão temporária de útero. § 2º O parentesco é civil, conforme resulte de socioafetividade, de adoção ou de reprodução assistida em que há a utilização de material genético de doador” (Brasil, 2025, p. 136).

Lôbo (2024, p. 13) explica que o reconhecimento do parentesco socioafetivo pela legislação, teoria jurídica e jurisprudência é orientado em razão da existência da filiação não decorrente de laços biológicos; igualdade entre os filhos independente da origem; inexistência de prevalência da filiação biológica e a impossibilidade de impugnação da filiação oriunda do afeto em razão do conhecimento posterior da verdade biológica.

Dessa forma, diante da visão do caráter eudemonista da família, sendo o ambiente para a realização do projeto de vida e de felicidade de seus membros, os laços afetivos decorrentes da convivência familiar passaram a ser relevantes para o Direito, gerando, assim, efeitos jurídicos, como a parentalidade socioafetiva.

2.1 Definição de socioafetividade

A palavra “socioafetividade” foi adotada, em primeiro lugar, por Luiz Edson Fachin (1992), sendo a referida expressão decorrente da necessidade de demonstrar situações de pessoas que estabeleceram vínculos de parentesco, sem que possuam laços biológicos.

Ela é construída nas relações cotidianas em um núcleo familiar. Pessoas imbuídas por laços de afeto dão origem a essa forma de parentesco, baseada em situações fáticas, isto é, originada no comportamento das pessoas, exteriorizando-se pelo cuidado e zelo, bem como pela demonstração de carinho e cuidado.

Neto Lôbo (2024, p. 14) define a parentalidade socioafetiva como aquela não decorrente de laços biológicos e ainda acrescenta que:

A chamada verdade biológica nem sempre é adequada, pois a certeza da origem genética não é suficiente para fundamentar a filiação, especialmente quando esta já tiver sido constituída na convivência duradoura com pais socioafetivos (posse de estado) ou quando derivar da adoção.

A filiação socioafetiva, assim, é baseada no comportamento das pessoas. Ocorre entre pessoas que não possuem vínculos biológicos, mas que, perante a sociedade, comportam-se como se familiares fossem, em

decorrência do vínculo afetivo havido entre elas, pois, conforme dizeres de Pereira (2023, p. 386), “Pai é quem cria e não necessariamente procria”.

O Código Civil, embora tenha apresentado um avanço sobre as espécies de filiação, ao estabelecer que “pode resultar a consanguinidade ou outra origem” (Brasil, [2024b]), nada dispôs sobre a socioafetividade. Por ter a norma conteúdo aberto, mostra-se possível o preenchimento de acordo com a realidade social.

A parentalidade socioafetiva se enquadra na “outra origem”, tendo por fundamento o afeto existente entre as partes. Para Pereira (2023, p. 386):

Filiação, paternidade, maternidade, enfim, toda a parentalidade, além de biológica pode ter também sua origem na socioafetividade, como já anunciado pela doutrina e jurisprudência, pelos princípios constitucionais e pela regra do art. 1.593 do CCB: O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem. Além deste artigo, vários outros realçam a importância da posse de estado de pai e de filho ao impedir a alteração do registro civil em determinadas situações. Em outras palavras, o art. 1.597, IV e seguintes do CCB, vêm dizer que a verdade biológica não é mais importante que o registro de nascimento, que é a prova do vínculo de filiação.

É importante registrar que, conforme a teoria jurídica explica, a filiação socioafetiva trata-se de um gênero de constituição de parentalidade, tendo como espécie: a adoção judicial; a adoção à brasileira; a reprodução assistida heteróloga e a filiação socioafetiva em sentido estrito, como defendido por Fabíola Albuquerque (2010, p. 164) e Paulo Neto Lôbo (2024, p. 96).

O Enunciado de nº 103, aprovado na I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, nesse sentido, dispõe que:

O Código Civil reconhece, no art. 1.593, outras espécies de parentesco civil além daquele decorrente da adoção, acolhendo, assim, a noção de que há também parentesco civil no vínculo parental decorrente, quer das técnicas de reprodução assistida heteróloga relativamente ao pai (ou mãe) que não contribuiu com

seu material fecundante, quer da paternidade socioafetiva, fundada na posse de estado de filho (Brasil, [2016a]).

A adoção judicial é o processo legal por meio do qual uma pessoa, criança ou adulto, passa ser filho de outra pessoa adulta ou de um casal, criando uma relação de afeto. Tal forma de constituição de parentesco possui regulamentação expressa no ordenamento jurídico brasileiro, na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança do Adolescente) (Brasil, [2024c]), estando baseada no afeto, ora constituído no decorrer da convivência havida entre as partes.

Na adoção judicial, a relação entre os envolvidos é posterior ao ato legal que dá origem à formação do parentesco, havendo, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 46) (Brasil, [2024c]), apenas a exigência de um período de convivência prévio de prazo máximo de 180 dias, quando a pessoa a ser adotada não estiver sob a tutela ou guarda do adotante.

A adoção à brasileira, nomenclatura utilizada pela teoria jurídica e jurisprudência, trata-se de ato de registrar filho alheio em nome próprio, como explica Dias (2021, p. 344).

O tema foi abordado pelo Superior Tribunal de Justiça, como, por exemplo, no julgamento o Recurso Especial 2.126.256/SC, de Relatoria da Ministra Nancy Andrighi, que adotou a nomenclatura “adoção à brasileira”, nos seguintes termos:

[...] 12. Por outro lado, a prática denominada de “adoção à brasileira” não é aceita pelo ordenamento jurídico. Inclusive, registrar como seu o filho de outrem, desobedecendo às exigências legais do procedimento de adoção, constitui crime contra o estado de filiação, conforme dispõe o art. 242 do Código Penal (Brasil, 2024d, p. 10).

No mesmo sentido é o entendimento de Neto Lôbo (2024, p. 141), que esclarece que tal ato é decorrente da vontade do declarante de integrar a pessoa tida como filho à família, ressaltando que, embora o ordenamento jurídico proíba a conduta, trata-se de um fato social amplamente aprovado.

Conquanto seja uma forma de filiação socioafetiva, como entendem, por exemplo, Neto Lôbo (2024, p. 141) e Tartuce (2023, p. 262), a adoção à

brasileira é tratada pelo ordenamento jurídico como um ilícito penal tipificado no artigo 242 do Código Penal, segundo o qual estabelece ser crime dar parto alheio como próprio ou registrar como seu filho de outrem, estando o agente sujeito a uma pena de reclusão de dois a seis anos (Brasil, [2025a]).

Em determinados casos, há a opção pelo procedimento da adoção à brasileira, por se tratar de meio mais fácil para a formação do parentesco, tendo em vista os atos necessários para a efetivação da adoção legal. No entanto, deve ser levado em consideração que o registro de um filho de outrem como sendo seu trata-se de um falseamento da realidade, na medida em que, para fins de registro, constará na certidão de nascimento a filiação como se biológica fosse.

A reprodução assistida heteróloga, prevista no art. 1.597, V, do Código Civil (Brasil, [2024b]), trata-se de inseminação artificial com material genético masculino doado por terceiro, como elucida Dias (2021, p. 225), acrescentando a referida autora que em tal caso há a presunção absoluta de filiação socioafetiva.

O mesmo posicionamento é adotado por Neto Lôbo (2004) em seu artigo “Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma discussão necessária” que explica que, no caso da reprodução assistida heteróloga, a convivência familiar e a afetividade são presumidas e que não poderão ser negadas pelo marido que autorizou a inseminação artificial.

A filiação socioafetiva em sentido estrito é a aquela baseada na posse de estado de filho: uma relação afetiva e duradoura, caracterizada pela representação na sociedade dos envolvidos como pais e filhos e pelo tratamento paterno-filial mútuo entre eles. Para Dias (2021, p. 231): “A filiação socioafetiva assenta-se no reconhecimento da posse de estado de filho: a crença da condição de filho fundada em laços de afeto”.

Tal forma de filiação não possui previsão expressa no ordenamento jurídico brasileiro, tendo como fundamento a nova estrutura da família brasileira, que considera como elemento agregador a afetividade.

Conforme explica Pereira (2011, p. 94), a filiação socioafetiva não se resume unicamente na posse de estado de filho, sendo essa um dos requisitos, o que também é defendido por Neto Lôbo (2024, p. 111): “O estado de filiação compreende um conjunto de circunstâncias que solidificam a presunção da

existência de relação entre pais, ou pai e mãe e filho, capaz de suprir a ausência do registro do nascimento”.

Para que seja reconhecida e emane efeitos jurídicos, é necessária a demonstração da situação fática dos envolvidos, como a convivência como se familiares fossem. Essa forma de parentesco é baseada exclusivamente no vínculo de afeto e cuidado havido entre os envolvidos.

O tratamento dispensado na posse de estado de filho é delineado a partir do momento que os envolvidos agem como mãe, pai e filho, sendo, a partir disso, a relação configurada.

A posse de estado de filho, nos termos do art. 1.605, II, do Código Civil (Brasil, [2024b]), pode ser utilizada para comprovar o estado de filiação, no caso de falta ou defeito do termo de nascimento.

Segundo Cassettari (2015, p. 35), não obstante inexistir previsão expressa no ordenamento jurídico brasileiro, o disposto no artigo acima citado deve ser aplicado como elemento gerador da parentalidade socioafetiva. O referido autor acrescenta que a parentalidade decorrente da posse de estado de filho advém da aplicação da teoria da aparência das relações paterno-filiais, formando, assim, uma relação fática que deve ter tratamento jurídico.

No mesmo sentido, Pereira (2011, p. 94) entende que, embora o ordenamento jurídico não reconheça expressamente a posse de estado de filho como fato gerador da filiação socioafetiva, é possível a admissão de tal instituto, fazendo-se uma interpretação hermenêutica da legislação vigente, como o disposto no art. 1.593 do Código Civil (Brasil, [2024b]), ao estabelecer a expressão “outra origem” da relação de parentesco.

A respeito de matéria, o Centro de Estudos Judiciários da Justiça Federal aprovou o Enunciado de nº 519, que estabelece: “O reconhecimento judicial do vínculo de parentesco em virtude de socioafetividade deve ocorrer a partir da relação entre pai(s) e filho(s), com base na posse do estado de filho, para que produza efeitos pessoais e patrimoniais” (Brasil, 2012a).

O Instituto Brasileiro de Direito de Família também debateu sobre o tema e aprovou o Enunciado de nº 7, no sentido de que: “A posse de estado de filho pode constituir a paternidade e maternidade” (Instituto Brasileiro de Direito de Família, [201-?]).

O tratamento paterno-filial é essencial para a constituição do parentesco socioafetivo. Não é suficiente apenas a demonstração de uma convivência duradoura, mas também um vínculo entre o pai ou mãe e filho de forma estável. Assim, para o reconhecimento da filiação socioafetiva mostra-se necessário o afeto, a convivência, o tratamento recíproco paterno-filial e, ainda, a duração razoável da relação.

Não existe tempo mínimo de convivência para que parentalidade socioafetiva seja caracterizada, pois o afeto é constituído ao longo do tempo. O que deve ser demonstrado é que ele existe há algum tempo em um período de convivência contínua e duradoura entre os envolvidos.

Deve ser registrado, como pontuado por Pereira (2023, p. 387), que o parentesco socioafetivo não deve confundido com a relação de padrastio e madrastio. A referida relação se constitui principalmente quando há famílias recompostas ou reconstituídas – pais separados com filhos e que formam nova união – constituindo o estado familiar do padrastio ou do madrastio, no qual também há afeto entre os envolvidos e estabelecimento, em alguns casos, de vínculos permanentes.

Segundo ainda ressalta Pereira (2023, p. 388) o fato de o enteado ser amado e cuidado não é o suficiente para constituir um vínculo de parentesco socioafetivo, dizendo que “Por mais que possa assim parecer, ou se assemelhar, é preciso separar o joio do trigo e extrair de cada caso concreto os elementos caracterizadores e descaracterizadores”.

Esse posicionamento também é adotado por Pessoa e Cabral (2018, p. 67-68), ao estabelecerem que: “Existe uma diferença longínqua entre querer estabelecer comunhão de vida comum com o genitor de uma criança e ter a vontade de ser genitor”.

O que vai definir a existência de um parentesco socioafetivo, portanto, é se os envolvidos ocupam a posição de mãe, pai e filho e se têm a intenção de que assim seja perante a sociedade na qual estão inseridos.

2.2 Direitos e deveres recíprocos na filiação socioafetiva

A igualdade dos filhos, independente da origem, é um princípio fundamental do direito de família no ordenamento jurídico brasileiro, tendo todos os mesmos direitos e deveres perante seus pais e familiares.

É o que estabelece o art. 227, §6º, da Constituição da República de 1988, segundo o qual “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (Brasil, [2024a]). No mesmo sentido são as disposições do art. 1.596 do Código Civil de 2022, corroborando o princípio da igualdade entre os filhos (Brasil, [2024b]).

Segundo Neto Lôbo (2024, p. 101), a reprodução da norma constitucional na legislação civil é um reforço do princípio fundamental da igualdade entre os filhos. Essa igualdade, para Tartuce (2023, p. 15) “abrange também os filhos adotivos, os filhos socioafetivos e aqueles havidos por inseminação artificial heteróloga (com material genético de terceiro)”.

Dessa forma, todos os filhos devem receber tratamento igualitário, sem qualquer discriminação, tendo a filiação biológica e socioafetiva o mesmo valor jurídico.

As relações de parentesco são regulamentadas pelo Código Civil, estabelecendo o art. 1.593 que ele “será natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem” (Brasil, [2024b]). Isso significa dizer que, enquadrando-se o parentesco socioafetivo no conceito de “outra origem”, com o reconhecimento da filiação socioafetiva, há o surgimento de efeitos jurídicos.

Quando a filiação socioafetiva se constitui há, de início, a alteração do registro de nascimento da pessoa reconhecida como filho, com a inclusão de nome do novo ascendente no assentamento civil. Isso permite que o reconhecido adote o sobrenome do pai ou mãe que o reconheceu, constando, no seu registro civil, tanto no nome dos pais biológicos, como o do socioafetivo. É importante registrar que é possível apenas a inclusão de sobrenome, não havendo como alterar o prenome.

O reconhecimento do parentesco socioafetivo produz os mesmos efeitos pessoais e patrimoniais do biológico, tanto para os pais quanto para

os filhos, pois, como esclarecem Schreiber e Lustosa (2016, p. 856): “[...] a isonomia constitucional entre filhos de qualquer origem impõe que, uma vez reconhecido o vínculo parental, todos os efeitos jurídicos que emanam da relação parental sejam produzidos em sua plenitude”.

A autoridade parental, conhecida também como poder familiar, é um importante aspecto a ser considerado quando se trata da igualdade entre os filhos. Ela permite que os pais socioafetivos assegurem, de forma geral, o desenvolvimento dos filhos, exercendo o direito e dever de cuidado, de proteção e de educação, tomando decisões importantes da vida. Nos termos do art. 1.634 do Código Civil, o exercício do poder familiar inclui, entre outros diretos-deveres, a criação e educação dos filhos, assim como tê-los em sua guarda (Brasil, [2024b]).

Com a filiação socioafetiva, nasce o dever e o direito de guarda do pai ou da mãe com relação ao filho reconhecido: é um dever, pois cabe aos pais a criação dos filhos e um direito, tendo em vista que, por meio da guarda, é que a mãe ou pai tem o filho em sua companhia, participando das decisões que direcionam a sua vida. Sobre o tema, Cassetari (2015, p. 126) explica que:

[...] tanto o pai quanto a mãe socioafetivos terão direitos à guarda do filho, pois não há preferência para o exercício da guarda, compartilhada, de uma criança ou adolescente em decorrência da par biológica ou afetiva, pois o que deve ser atendido é o melhor interesse da criança.

Ressalta-se que, quando se trata do direito de guarda do pai ou mãe socioafetivos, significa dizer que deve ser garantida a oportunidade de estar presente na vida do filho, de forma a participar dos momentos e das decisões, sendo, inclusive, uma forma de fortalecer o vínculo afetivo entre eles. E não poderia ser de modo diverso, pois ao pai ou à mãe interessa a formação e a convivência com o filho reconhecido, tendo o detentor da guarda, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) (Brasil, [2024c]), a obrigação de prestar assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente.

Ainda sobre o direito à convivência, Silva (2021, p. 80) entende que, em razão da necessidade de se atender ao melhor interesse da criança e do adolescente, “não se verifica ordem preferencial para o exercício da guarda,

unilateral ou compartilhada, de uma criança ou adolescente em decorrência da natureza da parentalidade, se biológica ou afetiva”.

Sobre a assistência material, um dos deveres decorrentes do poder familiar é o de sustentar os filhos menores. Assim, uma vez reconhecida a filiação socioafetiva essa passa a ter efeitos jurídicos, previstos no art. 227 da Constituição da República (Brasil, [2024a]),⁴ que estabelece, entre outros, o direito de alimentação da criança e adolescente e a isonomia na prestação de alimentos entre os filhos.⁵

Conforme elucida Neto Lôbo (2024, p. 116), tanto os direitos como os deveres do pai ou da mãe socioafetivos são iguais ao do biológico, ressaltando que com relação aos alimentos:

[...] devem ser partilhados pelos pais socioafetivos e biológicos em igualdade de condições, em princípio. Em caso de conflito entre eles, o juiz deve considerar a partilha proporcional do valor de acordo com as possibilidades econômicas de cada um, segundo os critérios da justiça distributiva. Os alimentos devem ser fixados em valor único, para partilha entre os pais, pois o suprimento da necessidade do alimentando não depende da quantidade de devedores alimentantes, além da observância da vedação legal do enriquecimento sem causa (CC, art. 884).

O Conselho da Justiça Federal, sobre o tema, aprovou o Enunciado nº 341 que estabelece: “Para os fins do art. 1.696, a relação socioafetiva pode ser elemento gerador de obrigação alimentar” (Brasil, [2007]).

Tartuce (2023, p. 1.431), ao analisar multiparentalidade – coexistência de pais biológicos e socioafetivos –, entende ser possível pleitear

⁴ Cf. Brasil, [2024a]: “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

⁵ No Projeto de Lei nº 04/2025, há previsão nesse sentido: “Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes e descendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros. Parágrafo único. A regra prevista no caput aplica-se aos casos de parentalidade socioafetiva e de multiparentalidade” (Brasil, 2025, p. 1.664).

alimentos de ambos os ascendentes, devendo ser observada apenas a ordem estabelecida do art. 1.697 do Código Civil.⁶

Com a parentalidade socioafetiva, o filho reconhecido ganha novos ascendentes, o que reflete na obrigação de prestar alimentos. Isso porque o art. 1.696 do Código Civil (Brasil, [2024b]) estabelece a reciprocidade do direito e dever de prestação alimentícia entre pais e filhos.

Um dos principais argumentos para se reconhecer a possibilidade de requerimento de alimentos em caso da filiação socioafetiva é, evidentemente, a igualdade da filiação estabelecida pela Constituição da República, em razão da impossibilidade de se adotar qualquer postura discriminatória. Dessa forma, o parentesco decorrente do afeto não pode ser excluído dos efeitos jurídicos decorrentes de uma relação de filiação, havendo, assim, a possibilidade de o filho requerer alimentos do pai ou mãe socioafetivos, bem como ser responsabilizado a prestar alimentos, em razão da reciprocidade prevista na legislação civil.

O reconhecimento da filiação socioafetiva também surte efeitos após o falecimento dos envolvidos, como no Direito Previdenciário e Sucessório.

Com relação ao Direito Previdenciário, nos termos da legislação que rege a matéria (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991) (Brasil, [2025d]), em caso de morte de segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é devido o benefício de pensão de morte aos seus dependentes. Tal benefício tem como objetivo minimizar os efeitos decorrentes da redução da renda familiar da qual o segurado pertencia.

Nos termos do art. 16 da Lei nº 8.213/1991, são legitimados a receber o benefício: a) cônjuge, companheiro e filhos menores de 21 anos ou inválidos, desde que não tenham se emancipado; b) pais; e c) irmãos não emancipados, menores de 21 anos ou inválidos (Brasil, [2025d]). Isso é explicado por Cassettari (2015, p. 145):

[...] havendo parentalidade socioafetiva, haverá, também, a necessidade de se reconhecer direitos previdenciários. Isso porque os filhos socioafetivos, menores de 21 anos ou inválidos, desde que

⁶ Cf. Brasil, [2024b]: “Art. 1.697. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais”.

não tenham se emancipado entre 16 e 18 anos de idade, terão direito a pensão por morte. Igual direito será conferido aos pais e irmãos socioafetivos, estes últimos não emancipados, menores de 21 anos ou inválidos. Isso em nome do princípio da igualdade, já debatido anteriormente.

Annunziato (2020, p. 747), por sua vez, explica que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não reconhece, administrativamente, a parentalidade socioafetiva e, por consequência, a possibilidade do pai ou filho socioafetivo ser legítimo para requerer a pensão por morte. Segundo o referido autor, a autarquia entende que o vínculo biológico prevalece sobre o socioafetivo, dependendo este de reconhecimento judicial, inclusive, com sua participação na ação judicial para que surta efeitos previdenciários.

Isso decorre do fato de que o Direito Previdenciário não pode se distanciar da realidade reconhecida pela legislação civil, isto é, da existência da possibilidade de constituição de parentesco por meio do afeto, sem laços biológicos. O objetivo do referido direito social é dar proteção àqueles que, em razão do óbito de um familiar, veem-se desamparados, não podendo, assim, excluir quem o segurado tratou como se seu parente biológico fosse.

Com relação ao direito sucessório, ele está previsto na parte especial do Código Civil, a partir do art. 1.784 (Brasil, [2024b]). Há duas espécies de sucessão, a legítima, que decorre da lei e a testamentária, de origem de um ato de vontade manifestado por meio da declaração de última vontade.

Conforme previsto na referida legislação, há uma ordem sucessória chamada de vocação hereditária, que estabelece o rol das pessoas que podem suceder. Tal rol está previsto no art. 1.829 do Código Civil, que estabelece os herdeiros necessários, isto é, aqueles que a lei reserva uma porção da herança que, no ordenamento jurídico brasileiro, se trata da metade dos bens da herança (art. 1.846 do Código Civil) dos quais o autor não pode dispor (Brasil, [2024b]).

Os filhos possuem condição privilegiada na sucessão, podendo ser herdeiros de forma exclusiva, quando não houver cônjuge ou companheiro que esteja em condições de concorrer e podem suceder de forma concorrente entre eles, sendo a herança dividida. Se não tiver filhos, a herança será dividida entre os ascendentes em concorrência com o cônjuge ou somente a

este, se não houve aqueles e, na ausência dos anteriores, aos parentes colaterais de segundo grau (irmãos), de terceiro grau (tios e sobrinhos) e de quarto grau (primos) (Brasil, [2024b]).

Dessa forma, com a parentalidade socioafetiva, uma nova relação de ascendentes e descendentes é constituída que, assim como outros ramos do Direito, também inclui a sucessão.

Para Maria Helena Diniz (2007, p. 476), há uma equiparação dos filhos de qualquer natureza para efeitos sucessórios, havendo reciprocidade entre pais e filhos, pois, nos termos da legislação civil, descendentes e ascendentes são herdeiros necessários. No mesmo sentido, Paiano (2017, p. 192) explica que:

Uma vez declarada a multiparentalidade, será dada a qualidade de filho a reconhecido. Diante disso, ele será herdeiro necessário, enquanto descendentes, tendo a proteção da legítima, ou seja, cinquenta por cento do patrimônio do de cujus que fica resguardado aos herdeiros necessários.

Isso decorre do fato de que o Direito das Sucessões é norteado pela dignidade da pessoa humana e da igualdade (art. 227, §6º, da Constituição da República) (Brasil, [2024a]). Assim, não poderá haver distinção dos herdeiros em razão da forma de constituição do parentesco. Ressalta-se que como explica Schreiber e Lustosa (2016, p. 859):

[...] não é inédita, no ordenamento jurídico pátrio, a possibilidade de uma pessoa receber herança de dois pais ou de duas mães. Na adoção simples, regulada pelo Código Civil de 1916, prevalecia o entendimento de que o adotado tinha direitos sucessórios em relação ao adotante (não estendidos, em regra, aos parentes deste).

Dessa forma, os parentes socioafetivos concorrem em igualdade com os demais, cabendo ressaltar que a teoria jurídica entende ser possível o recebimento de herança decorrente do vínculo biológico e socioafetivo, sem haver exclusão de um em detrimento do outro, como ocorre em caso de multiparentalidade.

Rolf Madaleno (2020, p. 525) entende que, em se tratando de multiparentalidade, há um aspecto polêmico no fato de que o filho pode

herdar de dois pais ou de duas mães, conforme o caso, e não somente de dois ascendentes, como é estabelecido na legislação civil, ressaltando, ainda, a possibilidade de ocorrer também de três pais, por exemplo, herdarem bens de um filho previamente falecido.

Flávio Tartuce (2020, p. 1.706) leciona que “com o reconhecimento da multiparentalidade, se o falecido deixar um pai biológico, um pai socioafetivo, uma mãe e uma esposa, os seus bens serão divididos entre os quatro, também em concorrência”.

O Enunciado 632 da 8ª Jornada de Direito Civil do Conselho de Justiça Federal, estabelece que, nos casos de reconhecimento de multiparentalidade paterna ou materna, o filho terá direito à participação na herança de todos os ascendentes reconhecidos (Brasil, 2021a).

Fato é que a legislação civil não estabelece como seria a sucessão em caso de haver concorrência de herdeiros biológicos e socioafetivos. Em se tratando de filhos herdeiros, não há dúvida acerca da divisão em quinhões iguais, diante do princípio da igualdade previsto na Constituição da República.

Com relação à plúrima ascendência decorrente da multiparentalidade, como defende Paiano (2017, p. 194), todos os pais devem concorrer de igual forma, tendo a referida autora sugerido ser necessária uma alteração da legislação civil de modo a constar: “Art. 1.837. §1º - Concorrendo com ascendentes em primeiro grau, ao cônjuge casado com pessoa que tenha três genitores multiparentais, a divisão da herança será feita em quinhões iguais”.⁷

Deve ser registrado que o reconhecimento do parentesco socioafetivo não ocasiona apenas deveres e direitos, com também surte efeitos em questões matrimoniais e eleitorais, trazendo determinados impedimentos.

O art. 1.521 do Código Civil estabelece um rol taxativo de pessoas que não podem contrair matrimônio entre si, sob pena de nulidade do casamento (art. 1.548 do Código Civil) (Brasil, [2024b]).

⁷ A propósito, no Projeto de Lei nº 04/2025 há a seguinte previsão: “Art. 1.800 [...]. § 3º Nascendo com vida o herdeiro esperado, efetivando-se sua adoção ou reconhecendo-se o correspondente vínculo de socioafetividade, ser-lhe-á deferida a sucessão, com os frutos e rendimentos relativos à deixa, a partir da morte do testador” (Brasil, 2025, p. 1.824).

Embora a legislação processual civil nada estabeleça acerca do parentesco socioafetivo, a teoria jurídica tem se posicionado no sentido de haver impedimento para que os envolvidos contraiam matrimônio entre si, mormente irmãos socioafetivos. Sobre o tema, Silva (2021, p. 78) explica que:

[...] o filho socioafetivo não poderá se casar com seus ascendentes socioafetivos, ao tempo que o pai ou mãe não poderá *[sic]* se casar com os descendentes socioafetivos. A regra sob análise aplica-se à vedação de casamento entre os afins em linha reta, pois a afinidade também se constitui no parentesco socioafetivo, já que, por exemplo, os cônjuges dos irmãos dos filhos socioafetivos serão seus parentes por afinidade.

Tal posição também é defendida por Paiano (2017, p. 199) que entende: “O impedimento matrimonial deve ser mantido tantos para os laços de parentesco biológico como para os socioafetivos nos termos do art. 1.521 do Código Civil”. Isso se dá em razão da necessidade de se conferir isonomia aos tipos de parentesco.

No Direito Eleitoral, o parentesco socioafetivo também influencia na questão acerca da inelegibilidade. A Constituição da República determina em seu art. 14, § 7º, que:

[...] são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição (Brasil, [2024a]).

Essas situações previstas como causas de inelegibilidade são decorrentes do fato de se evitar o predomínio e a perpetuação de familiares no exercício de determinado cargo político, assim como a utilização do cargo para interesses políticos comuns. Sobre o tema, Rolf Madaleno (2004, p. 11) explica que “As inelegibilidades têm inspiração de natureza ética e buscam afastar as influências perniciosas, capazes de comprometer a lisura e a transparência do pleito eleitoral”.

Não se pode desconsiderar que as relações familiares decorrentes do vínculo socioafetivo também podem causar os efeitos que se buscam evitar

com as hipóteses de inexigibilidade, cabendo ressaltar que as relações de afeto, em alguns casos, se sobrepõem aos laços biológicos. Assim, as relações parentais oriundas do afeto devem ser consideradas no Direito Eleitoral, notadamente por ser uma realidade presente a ser observada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Com o reconhecimento da filiação socioafetiva, todos os direitos decorrentes da relação parentesco são reconhecidos, como o poder familiar, guarda, direito de vista, alimentos, benefícios previdenciários e sucessão, por não haver distinção entre filhos, aplicando-se, da mesma forma, os impedimentos decorrentes de relações parentesco como no matrimônio e hipóteses de inelegibilidade no direito eleitoral.

2.3 Reconhecimento jurídico da filiação socioafetiva

Desde que o afeto passou a ser considerado elemento de constituição familiar, o Direito de Família sofreu transformações, emergindo, no ordenamento jurídico brasileiro, a possibilidade de reconhecimento da existência de parentesco socioafetivo.

A princípio, o pedido de reconhecimento da filiação socioafetiva deveria ser dirigido exclusivamente ao Poder Judiciário, o que demandava tempo e custos financeiros, inviabilizando, em determinados casos, a regularização da situação fática vivenciada pelos envolvidos.

Como defendido por Maugeri (2018, p. 17): a “desjudicialização aparece como uma forma de desburocratização dos procedimentos de solução de conflitos de forma mais célere em comparação com a morosidade do Poder Judiciário”. A referida autora acrescenta que isso contribui para a celeridade, ressaltando que demandas menos complexas e sem conflitos entre as partes poderiam ser analisadas, sem o envolvimento do Poder Judiciário (Maugeri, 2018).

Diante da possibilidade de reconhecimento parentesco socioafetivo, estados como Amazonas, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Santa Catarina passaram a realizar o procedimento de reconhecimento da filiação por meio de serventias cartorárias (Conselho Nacional de Justiça, 2017a). Como exposto por Carvalho (2021, p. 400):

O movimento de extrajudicialização no Direito de Família reflete uma evolução significativa na maneira como o sistema jurídico responde às necessidades e realidades sociais contemporâneas. Este movimento é embasado na busca por maior eficiência, redução de custos e ampliação do acesso aos direitos, marcando uma tendência crescente para facilitar procedimentos legais e aproximar a justiça dos cidadãos. A extrajudicialização, nesse contexto, surge como uma resposta às demandas por agilidade e flexibilidade nas relações familiares, refletindo mudanças profundas na sociedade e na própria concepção de justiça.

Não havia, entretanto, uma uniformização do procedimento, tendo cada estado regulamentado à sua maneira. Em razão disso, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), considerando que alguns estados já haviam regulamentado a matéria, requereu, conforme Pedido de Providência nº 0002653-77.2015.2.00.0000 (Conselho Nacional de Justiça, 2017a) formulado em junho de 2015, que a possibilidade de reconhecimento da filiação socioafetiva perante os Cartórios de Registro Civil fosse no âmbito nacional, com a uniformização do procedimento.

Assim, o Conselho Nacional de Justiça, em 14 de novembro de 2017, editou o Provimento nº 63, a fim de regulamentar, entre outras questões, o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva. Entre os motivos para edição o referido provimento, com relação à filiação socioafetiva, constou-se que:

[...] CONSIDERANDO a existência de regulamentação pelas corregedorias-gerais de justiça dos Estados do reconhecimento voluntário de paternidade e maternidade socioafetiva perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais;

CONSIDERANDO a conveniência de edição de normas básicas e uniformes para a realização do registro ou averbação, visando conferir segurança jurídica à paternidade ou à maternidade socioafetiva estabelecida, inclusive no que diz respeito a aspectos sucessórios e patrimoniais;

CONSIDERANDO a ampla aceitação doutrinária e jurisprudencial da paternidade e maternidade socioafetiva, contemplando os

princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana como fundamento da filiação civil;

CONSIDERANDO a possibilidade de o parentesco resultar de outra origem que não a consanguinidade e o reconhecimento dos mesmos direitos e qualificações aos filhos, havidos ou não da relação de casamento ou por adoção, proibida toda designação discriminatória relativa à filiação (arts. 1.539 e 1.596 do Código Civil);

CONSIDERANDO a possibilidade de reconhecimento voluntário da paternidade perante o oficial de registro civil das pessoas naturais e, ante o princípio da igualdade jurídica e de filiação, de reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva;

CONSIDERANDO a necessidade de averbação, em registro público, dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação (art. 10, II, do Código Civil);

CONSIDERANDO o fato de que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios (Supremo Tribunal Federal – RE n. 898.060/SC);

CONSIDERANDO o previsto no art. 227, § 6º, da Constituição Federal e no art. 1.609 do Código Civil; (Conselho Nacional de Justiça, 2017b).

Além de regulamentar o procedimento de reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva no âmbito nacional, o Provimento de nº 63 (Conselho Nacional de Justiça, 2017b) estabeleceu novos modelos de certidões de nascimento, inclusive com a possibilidade de registro multiparental.

O referido provimento autorizava que pessoa de qualquer idade pudesse ser reconhecida como filho socioafetivo, conforme disposto em seu art. 10 (Conselho Nacional de Justiça, 2017b), devendo, para tanto, serem cumpridos alguns requisitos, principalmente a demonstração inequívoca do vínculo socioafetivo de filiação.

Ademais, foi exigido que o requerente seja maior de 18 anos, não podendo a pessoa reconhecida ser descendente ou irmão do requerente, a teor do que estabeleceu o mesmo artigo acima citado:

Art. 10. O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais.

.....

§ 2º Poderão requerer o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva de filho os maiores de dezoito anos de idade, independentemente do estado civil.

§ 3º Não poderão reconhecer a paternidade ou maternidade socioafetiva os irmãos entre si nem os ascendentes.

§ 4º O pretense pai ou mãe será pelo menos dezesseis anos mais velho que o filho a ser reconhecido (Conselho Nacional de Justiça, 2017b).

Entre outros requisitos, ficou estabelecido que o requerente deve ser 16 anos mais velho que o filho a ser reconhecido, devendo este, caso maior de 12 anos, consentir, pois a partir dessa idade entende-se que ele tem discernimento para expressar sua vontade, como estabelece o art. 10, §4º e art. 11, §4º ambos do Provimento de nº 63 do Conselho Nacional de Justiça (2017).

Houve o estabelecimento da possibilidade de o requerimento ser processado em cartório diverso daquele em que foi lavrado o assento civil do filho a ser reconhecido, assim como ser feito por meio de documento público ou particular de última vontade, sendo vedado que o ato fosse realizado por meio de procuração, ficando estabelecido, ainda, o procedimento a ser adotado pelo registrador, nos termos do art. 11 do Provimento de nº 63 do Conselho Nacional de Justiça (2017):

Art. 11. O reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento, mediante a exibição de documento oficial de identificação com foto do requerente e da certidão de nascimento do filho,

ambos em original e cópia, sem constar do traslado menção à origem da filiação.

§ 1º O registrador deverá proceder à minuciosa verificação da identidade do requerente, mediante coleta, em termo próprio, por escrito particular, conforme modelo constante do Anexo VI, de sua qualificação e assinatura, além de proceder à rigorosa conferência dos documentos pessoais.

.....

§ 3º Constarão do termo, além dos dados do requerente, os dados do campo FILIAÇÃO e do filho que constam no registro, devendo o registrador colher a assinatura do pai e da mãe do reconhecido, caso este seja menor.

§ 4º Se o filho for maior de doze anos, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva exigirá seu consentimento.

§ 5º A coleta da anuência tanto do pai quanto da mãe e do filho maior de doze anos deverá ser feita pessoalmente perante o oficial de registro civil das pessoas naturais ou escrevente autorizado.

§ 6º Na falta da mãe ou do pai do menor, na impossibilidade de manifestação válida destes ou do filho, quando exigido, o caso será apresentado ao juiz competente nos termos da legislação local [...].

O texto do referido Provimento foi omissivo quanto à forma que o registrador atestaria a veracidade do alegado pelo requerente, isto é, quais as provas que deveriam ser produzidas para demonstrar a filiação. Ao comentar o referido artigo do provimento, Carvalho (2021, p. 403) entende que:

O Provimento 63, por exemplo, ao regular o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva, busca garantir a igualdade de tratamento e a proteção jurídica a diversas configurações familiares, sem, no entanto, prescindir da verificação rigorosa da identidade dos requerentes e da documentação necessária, assegurando a autenticidade e veracidade dos atos registrado.

O Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude se opôs ao referido Provimento e apresentou o Pedido de Providências nº 0001711-40.2018.2.00.0000, perante o Conselho Nacional de Justiça (2019), requerendo a modificação do texto ou a revogação, em razão da preocupação com o afastamento jurisdicional do requerimento, bem como com a facilidade da efetivação de entregas irregulares para adoção. Como exposto por Canavez e Maróstica (2021, p. 139): “Os críticos afirmam – com razão – que a não fixação de parâmetros para a aferição da posse do estado de filho era extremamente temerária na medida em que os oficiais registradores poderiam facilmente serem vítimas de declarações de afetividades simuladas e interessadas”.

Diante dos questionamentos, o Conselho Nacional de Justiça, em 2019, realizou modificações no procedimento extrajudicial, editando, assim, o Provimento nº 83, com novas regras, restringindo a possibilidade de reconhecimento da filiação socioafetiva na via extrajudicial e determinando a intervenção do Ministério Público em todo e qualquer requerimento (Conselho Nacional de Justiça, 2019a).

O referido provimento, de início, estabeleceu uma mudança substancial: a idade mínima de 12 anos da pessoa a ser reconhecida, o que não era previsto no regulamento anterior. Nesse sentido o art. 10 previu: “O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoas acima de 12 anos será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais” (Conselho Nacional de Justiça, 2019a).

Isso afastou a possibilidade de que recém-nascidos fossem reconhecidos como filhos socioafetivos, sem que tenha ocorrido tempo mínimo de convívio, evitando-se fraudes, como explanado por Calderón (2019, p. 3):

[...] passou a sofrer alguns questionamentos, principalmente para se evitar que crianças muito pequenas (com meses de vida até cerca de 5 anos de idade) tivessem sua filiação alterada sem a chancela da via judicial. Para parte dos atores envolvidos com infância e juventude, os registros de filiações de crianças ainda na primeira infância (até 6 anos) deveriam remanescer com o Poder Judiciário. Uma das principais preocupações era que, como crianças de tenra

idade podem vir a atrair o interesse de pessoas que pretendessem realizar ‘adoções à brasileira’ ou então ‘furar a fila adoção’, melhor seria deixar tal temática apenas para a via jurisdicional.

Em complemento, foi inserido no art. 10-A, estabelecendo que: “A paternidade ou a maternidade socioafetiva deve ser estável e deve estar exteriorizada socialmente” (Conselho Nacional de Justiça, 2019a). Tal dispositivo demonstra ser necessário que o estado de filiação seja de conhecimento social, não se restringindo ao âmbito familiar, o que aliado à idade mínima de 12 anos estabelecida pelo Provimento nº 83, tornou o procedimento mais seguro quanto à ocorrência de fraudes. Ao comentar o referido dispositivo, Seixas e Azevedo (2023, p. 834) entendem que:

O requerente deverá demonstrar a afetividade perante o oficial através de documentos, por exemplo: apontamento escolar como responsável ou representante do aluno; inscrição do pretenso filho em plano de saúde ou em órgão de previdência; registro oficial de que residem na mesma unidade domiciliar; vínculo conjugal – casamento ou união estável – com o ascendente biológico; inscrição como dependente do requerente em entidades associativas; fotografias em celebrações relevantes; declaração de testemunhas com firma reconhecida. (Art. 10-A, §2º, incluído pelo Provimento 83/2019 do CNJ), ausentes esses documentos, é possível iniciar o processo desde que o registrador ateste como foi feita a apuração do vínculo socioafetivo (Art. 10-A, §3º). Além disso, os documentos colhidos, originais e cópias deverão ser arquivados pelo registrador juntamente com o requerimento. (Art. 10-A, §4º).

Registra-se que não ficou afastada a possibilidade de reconhecimento da filiação socioafetiva de filho menor de 12 anos, devendo o requerente se valer da via judicial, que possui ferramentas e equipe técnica para apurar com acuidade a situação fática envolvida pelos requerentes. Nesse ponto, Calderón (2019, p. 4) acrescenta que:

A observação parece ter algum fundamento, visto que o intuito do CNJ é justamente deixar com as Serventias de Registros de Pessoas Naturais apenas os casos consensuais e incontroversos, sob os quais não parem quaisquer dúvidas. Quanto aos casos litigiosos,

complexos ou que possam ser objeto de alguma outra intenção dissimulada a ideia é que fiquem mesmo com o Poder Judiciário, que tem maiores condições de tratar destes casos.

Foi estabelecida a forma em que se daria a comprovação relação socioafetiva, como documentos ou outros elementos que possibilitassem a demonstração do estado de filiação, a teor do que estabelece o art. 10, §1º e §2º, do Provimento de nº 83 do Conselho Nacional de Justiça (2019):

Art. 10 [...].

.....

§ 1º O registrador deverá atestar a existência do vínculo afetivo da paternidade ou maternidade socioafetiva mediante apuração objetiva por intermédio da verificação de elementos concretos.

§ 2º O requerente demonstrará a afetividade por todos os meios em direito admitidos, bem como por documentos, tais como: apontamento escolar como responsável ou representante do aluno; inscrição do pretenso filho em pano de saúde ou em órgão de previdência; registro oficial de que residem na mesma unidade domiciliar; vínculo de conjugabilidade – casamento ou união estável – com o ascendente biológico; inscrição como dependente do requerente em entidades associativas; fotografias em celebrações relevantes; declaração testemunhas com firma reconhecida (Conselho Nacional de Justiça, 2019a).

Destaca-se que não ficou estabelecido um rol taxativo dos meios comprobatórios, de forma que a demonstração poderá ser realizada tanto por meio de documentos, quanto por testemunhas, restando previsto, ainda, que, em caso apresentação de prova documental, os materiais deverão ficar arquivados, conforme estabelece o §4º: “Os documentos colhidos na apuração do vínculo socioafetivo deverão ser arquivados pelo registrador (originais ou cópias) juntamente com o requerimento” (Conselho Nacional de Justiça, 2019a).

Além disso, ficou previsto que, impossibilitada, de forma fundamentada, a apresentação de documentos comprobatórios, poderá o registrador, mesmo assim, praticar o ato de reconhecimento, devendo atestar

como verificou a relação socioafetiva. É o que estabeleceu o §3º do art. 10-A do Provimento nº 83: “A ausência destes documentos não impede o registro, desde que justificada a impossibilidade, no entanto, o registrador deverá atestar como apurou o vínculo socioafetivo” (Conselho Nacional de Justiça, 2019b).

Outra mudança foi a alteração introduzida no art. 11 do Provimento (Conselho Nacional de Justiça, 2019a), segundo o qual se o filho a ser reconhecido for menor de 18 anos deverá haver seu consentimento. O regramento anterior previa que apenas os adolescentes maiores de 12 anos deveriam consentir. No entanto, essa passou a ser a idade mínima para o reconhecimento extrajudicial.

O Provimento de nº 83 do Conselho Nacional de Justiça trouxe uma relevante inovação: a submissão a um parecer do Ministério Público em todo requerimento de reconhecimento extrajudicial de filiação socioafetiva, nos termos do art. 11, §9º:

Art. 11 [...].

.....

§ 9º Atendidos os requisitos para o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva, o registrador encaminhará o expediente ao representante do Ministério Público para parecer.

I – O registro da paternidade ou maternidade socioafetiva deverá ser realizado pelo registrador após o parecer favorável do Ministério Público.

II – Se o parecer for desfavorável, o registrador não procederá o registro da paternidade ou maternidade socioafetiva e comunicará o ocorrido ao requerente, arquivando-se o expediente. III – Eventual dúvida referente ao registro deverá ser remetida ao juízo competente para dirimi-la (Conselho Nacional de Justiça, 2019a).

Nesse ponto, o Conselho Nacional de Justiça entendeu ser necessária a participação do Ministério Público na tomada de decisão no procedimento extrajudicial, como forma de conferir segurança jurídica ao procedimento.

Assim, antes de qualquer emissão registro civil de filiação socioafetiva, é necessária a emissão de parecer favorável do Ministério

Público, de forma que, caso haja manifestação desfavorável deste, por não haver elementos que não indiquem o estado de filiação, o procedimento será arquivado. Nesse caso, os requerentes terão que se valer da via judicial para formular o pedido.

Acerca da multiparentalidade, embora o provimento anterior previsse a possibilidade de inclusão, no registro civil, de apenas um parente socioafetivo, o Provimento nº 83 do Conselho Nacional de Justiça acrescentou mais dois parágrafos ao art. 14, que regulamentou a matéria, assim estabelecendo:

Art. 14 [...].

.....

§ 1ª Somente é permitida a inclusão de um ascendente socioafetivo, seja do lado paterno ou do materno.

§ 2º A inclusão de mais de um ascendente socioafetivo deverá tramitar pela via judicial (Conselho Nacional de Justiça, 2019b).

Isso não impede a multiparentalidade, isto é, a possibilidade de que no registro civil haja o pai ou a mãe biológicos, além do socioafetivo. Conforme explica Calderón (2019, p. 12):

A redação destes novos parágrafos deixa mais claro o sentido do termo unilateral utilizado na redação originária do respectivo artigo 14. Como se percebe, o que se quer limitar é apenas a inclusão de mais um ascendente socioafetivo, pela via extrajudicial. Esta opção parece pretender acolher as situações mais comuns e singelas que se apresentam na realidade concreta, que geralmente correspondem a existência de apenas mais um ascendente socioafetivo. Os casos com a presença de um pai e uma mãe socioafetivos, por exemplo, são mais raros e podem pretender mascarar 'adoções à brasileira' – o que não se quer admitir. Daí a opção do CNJ em limitar este expediente extrajudicial a apenas mais um ascendente socioafetivo. Dessa forma, eventual segundo ascendente socioafetivo terá que se socorrer da via jurisdicional. Em consequência, restou esclarecida com estes novos parágrafos a manutenção da admissão da multiparentalidade unilateral: ou seja,

a inclusão de um ascendente socioafetivo ao lado de um outro biológico que já preexistia, mesmo que da mesma linha (dois pais, por exemplo).

Em 30 de agosto de 2023, o Conselho Nacional de Justiça editou o Provimento de nº 149 (Conselho Nacional de Justiça, 2023), revogando o regramento anterior, mas em nada alterando o procedimento de reconhecimento da filiação socioafetiva, já que, como constou na exposição de motivos, o novo texto visou à consolidação dos atos normativos já existentes, com o objetivo de eliminar a dispersão normativa.

2.3.1 Procedimento judicial

O procedimento judicial não é a única forma de reconhecimento da filiação socioafetiva, podendo os interessados optarem pela via extrajudicial. Há, entretanto, situações em que o procedimento não poderá ser desjudicializado ou necessitará de intervenção judicial.

Conforme estabelece o Provimento de nº 149 do Conselho Nacional de Justiça (2023), para que o requerimento seja feito perante o Registro Civil das Pessoas Naturais deve ser observado um critério etário, isto é, o filho a ser reconhecido deve ser maior de 12 anos, de forma que sendo o filho menor, os interessados deverão fazer o requerimento na via judicial.

Da mesma forma, o procedimento judicial é obrigatório na hipótese de inclusão de mais de um ascendente socioafetivo, como determina o art. 510, §2º, do Provimento nº 149 do Conselho Nacional de Justiça (2023).

Há, também, situações que, embora o procedimento se inicie na via extrajudicial, é necessária a intervenção judicial, a saber: quando o registrador suspeitar de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade, simulação ou dúvida sobre a configuração do estado de posse de filho, gerador da parentalidade socioafetiva, de forma que, fundamentadamente, recursar-se-á a realizar o registro e encaminhará o pedido ao juiz competente nos termos da legislação local (art. 508) (Conselho Nacional de Justiça, 2023).

Conforme prevê o art. 507, §6º, do Provimento de nº 149 do Conselho Nacional de Justiça (2023), caso haja a falta da mãe ou do pai do reconhecido menor e na impossibilidade da manifestação válida deles ou do

filho, o pedido deverá ser encaminhado ao juiz, nos termos da legislação local (art. 507, §6º, do Provimento nº 149).

Nesse ponto, registra-se que, em 2024, o Conselho Nacional de Justiça reafirmou o entendimento de que o reconhecimento da filiação socioafetiva na via extrajudicial depende da anuência dos pais biológicos. Tal pronunciamento ocorreu na resposta à Consulta nº 0000060-94.2023.2.00.0000 formulada pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina (Conselho Nacional de Justiça, 2024), com relação aos artigos 507, §§5º e 6º, do Provimento nº 149 (Conselho Nacional de Justiça, 2023), que trata acerca da necessidade de manifestação dos pais no procedimento extrajudicial de reconhecimento de filiação socioafetiva (Conselho Nacional de Justiça, 2024).

Na referida oportunidade, o Conselho Nacional de Justiça determinou que, nos casos em que ausente a manifestação dos pais, os cartórios de registro civil deverão recusar o reconhecimento e orientar que os requerentes adotem o procedimento judicial.

É importante ressaltar que a discussão judicial sobre o reconhecimento da filiação socioafetiva ou adoção, conforme prevê o art. 509 do Provimento nº 149 do Conselho Nacional de Justiça (2023), obstará o reconhecimento da filiação pela via extrajudicial, sendo necessário que as partes declarem o desconhecimento de eventual procedimento judicial sobre a filiação.

No entanto, o reconhecimento espontâneo da filiação socioafetiva não é óbice para a discussão judicial sobre a verdade biológica, a teor do art. 511 do Provimento nº 149 do Conselho Nacional de Justiça (2023).

Em linhas gerais, optando os envolvidos pela via judicial ou sendo essa necessária, diante das hipóteses acima descritas, deverá o filho ajuizar uma ação investigatória de paternidade ou maternidade, enquanto o pai ou mãe a ação declaratória de paternidade ou maternidade.

2.3.2 Reconhecimento *post mortem*

O reconhecimento do vínculo da filiação socioafetiva após a morte é possível, gerando os mesmos efeitos da adoção póstuma. Assim, o filho

socioafetivo pode requerer ao Poder Judiciário o reconhecimento do estado de filiação, de modo que passe a compor o rol dos herdeiros legítimos.

Para tanto, o filho deverá ajuizar uma ação declaratória contra os herdeiros da mãe ou do pai, requerendo que se reconheça que havia uma relação de filho baseada no afeto, isto é, que a pessoa falecida era seu pai ou mãe socioafetivo. Na referida ação deverão ser produzidas provas que demonstrem a relação de afeto como pai e filho.

A respeito da possibilidade do reconhecimento, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.500.999/RJ, de relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, entendeu pela possibilidade do reconhecimento da filiação socioafetiva, mesmo após a morte do suposto pai socioafetivo (Brasil, 2016a).

Tratou-se de uma ação declaratória de paternidade (ou filiação) socioafetiva *post mortem*, em que o autor foi adotado por sua mãe, que manteve uma união estável por quarenta e dois anos com o falecido. Assim, o filho buscou o reconhecimento filiação socioafetiva, residindo a controvérsia no fato de que a relação não tinha sido formalizada.

O pedido fora julgado procedente em primeira instância e confirmado pelo Tribunal de Justiça do Estado Rio de Janeiro, ficando consignado que havia, nos autos, provas contundentes da relação afetiva havia entre os envolvidos, como fotografias retratando momentos do cotidiano, documentos nos quais o pai falecido indicou o autor como filho e testemunhas, tudo isso indicando o estado de filiação.

Os herdeiros, não se conformando com a decisão, interpuserem recurso especial, que manteve a procedência do pedido, adotando o entendimento já externado com relação à adoção póstuma. Assim, entendeu o Superior Tribunal de Justiça que, como houve a demonstração do tratamento do autor como se filho fosse e que tal condição era de conhecimento público, deve ser reconhecida a filiação socioafetiva para que surta seus efeitos jurídicos. O acórdão da referida decisão assim ficou ementado:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. PROCESSUAL CIVIL. ADOÇÃO PÓSTUMA. SOCIOAFETIVIDADE. ART. 1.593 DO CÓDIGO CIVIL. POSSIBILIDADE. ART. 42, § 6º, DO

ECA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. MAGISTRADO COMO DESTINATÁRIO DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. 1. A socioafetividade é contemplada pelo art. 1.593 do Código Civil, no sentido de que “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem”. 2. A comprovação da inequívoca vontade do de cujus em adotar, prevista no art. 42, § 6º, do ECA, deve observar, segundo a jurisprudência desta Corte, as mesmas regras que comprovam a filiação socioafetiva, quais sejam: o tratamento do menor como se filho fosse e o conhecimento público dessa condição. 3. A paternidade socioafetiva realiza a própria dignidade da pessoa humana por permitir que um indivíduo tenha reconhecido seu histórico de vida e a condição social ostentada, valorizando, além dos aspectos formais, como a regular adoção, a verdade real dos fatos. 4. A posse de estado de filho, que consiste no desfrute público e contínuo da condição de filho legítimo, restou atestada pelas instâncias ordinárias. 5. Os princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz (art. 130 do CPC) permitem ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como indeferir aquelas que considerar inúteis ou protelatórias. 6. Recurso especial não provido (Brasil, 2016a, p. 1).

Dessa forma, embora seja possível o reconhecimento da filiação socioafetiva *post mortem*, é necessária uma demonstração clara e robusta da relação declarada, sob pena de se usar esse reconhecimento de modo abusivo para conferir direitos patrimoniais indevidos, haja vista que a consolidação dos laços afetivos estabelecida no ordenamento jurídico brasileiro não tem como escopo principal a questão patrimonial, mas a busca da efetivação dos laços de acordo com a realidade fática.

3

FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

A parentalidade socioafetiva é uma realidade diante da nova concepção de família voltada para os valores afetivos. A filiação decorrente do afeto não é como a biológica, sendo construída a partir da posse de estado de filho, fundamento da filiação socioafetiva em sentido estrito.

Sobre o tema, o Enunciado nº 519 do Conselho da Justiça Federal aprovado na V Jornada de Direito Civil estabelece que: “O reconhecimento judicial do vínculo de parentesco em virtude de socioafetividade deve ocorrer a partir da relação entre pai(s) e filho(s), com base na posse do estado de filho, para que produza efeitos pessoais e patrimoniais” (Brasil, 2012a).

A posse de estado de filho, conforme ensina Neto Lôbo (2024, p. 111): “refere à situação fática na qual uma pessoa desfruta do status de filho em relação a outra pessoa, independentemente dessa situação corresponder aos requisitos legais da filiação”. Trata-se de um conjunto de circunstâncias que indicam uma relação paterno-filial entre os envolvidos.

Dessa forma, pode-se dizer que a posse de estado de filho se concretiza por meio da vontade do pai ou da mãe ser assim reconhecido em relação ao filho não biológico.

Não há, no ordenamento jurídico brasileiro, previsão acerca de como se constitui a posse de estado de filho, ficando tal tarefa a cargo da teoria jurídica e da jurisprudência.

Segundo Cassettari (2015, p. 35), não obstante inexistir previsão expressa no ordenamento jurídico brasileiro, a parentalidade socioafetiva decorre unicamente da posse de estado de filho, advindo da aplicação da teoria da aparência das relações paterno-filiais, formando, assim, uma relação fática que deve ter tratamento jurídico.

A posse de estado de filho, conquanto não prevista na legislação, é amplamente aceita pela teoria jurídica e jurisprudência, podendo ser comprovada, como defende Garcia e Silva (2015, p. 245), por qualquer meio em direito admitido, tais como testemunhas, documentos e estudos sociais e psicológicos, de modo que seja demonstrada a publicidade desse estado de filiação.

Assim, devem estar presentes os elementos caracterizadores do tratamento paterno-filial, como será abordado a seguir, tendo como base os

princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade de filiação.

3.1 Análise dos fundamentos jurídicos na teoria jurídica contemporânea

O laço de afetividade é um dos fatores essenciais para a caracterização da parentalidade socioafetiva. Entretanto, a relação de afeto, por si só entre mãe ou pai e o filho, não é o suficiente para o reconhecimento da filiação socioafetiva, sendo necessária a configuração da posse do estado de filho.

Efetivamente, o tratamento paterno-filial é essencial para a constituição do parentesco socioafetivo. Em outras palavras, para o reconhecimento da filiação socioafetiva mostra-se necessário o afeto, a convivência, o tratamento recíproco paterno-filial e, ainda, a duração razoável da relação.

Sobre o tema, Neto Lôbo (2024, p. 111) explica que são necessários os seguintes requisitos para a configuração do estado de posse de filho: “1) comportamento social típico de pais e filho; 2) convivência familiar duradoura e 3) relação de afetividade familiar”. Neto Lôbo (2024, p. 111) acrescenta que o tratamento paterno-filial deve ser visível socialmente, de forma que o meio social possa identificar os envolvidos como pai ou mãe e filho. Essa exteriorização da relação, pela teoria jurídica, é caracterizada pelo *nominato* (nome), *tratactus* (tratamento) e a *reputatio* (reputação ou fama).

Segundo Garcia e Silva (2015, p. 243): “O nome é o uso constante do apelido (sobrenome) da família do pai afetivo; o tratamento decorre do filho criado, educado, tido e apresentado à sociedade como filho; a fama ou reputação é a circunstância de ser sempre considerado na família e sociedade como filho”.

Entretanto, há quem defenda ser o *nominato* (nome) dispensável, pois, em alguns casos, o filho socioafetivo é reconhecido apenas por seu prenome e sequer possui o mesmo sobrenome de sua mãe ou pai socioafetivo. Nesse sentido, Cassettari (2015, p. 36) explica que:

Há autores que entendem ser dispensável o requisito do “nome”, bastando a comprovação dos requisitos do tratamento e da fama,

já que os filhos são reconhecidos, na maioria das vezes, por seu prenome. Já a “fama” é elemento de expressivo valor, pois revela a conduta dispensada ao filho, garantindo-lhe a indispensável sobrevivência, além de a forma ser assim considerada pela comunidade, uma verdadeira notoriedade.

Fato é que, independentemente de o filho socioafetivo ter ou não o sobrenome da mãe ou do pai, como defendido por Neto Lôbo (2024, p. 111), é necessária uma convivência familiar duradoura, pois o tratamento paterno-filial se consolida quando os envolvidos integram uma entidade familiar e assim convivem.

Não existe um tempo mínimo de convivência para que a filiação socioafetiva seja caracterizada, pois o afeto é constituído ao longo do tempo.

Belmiro Pedro Welter (2004, p. 288) explica que a teoria jurídica estabelece ser indevida a fixação de um prazo mínimo para a configuração da posse de estado de filho, sendo necessária a análise das peculiaridades de cada caso. Assim, o que o deve ser demonstrado é que há uma relação com laços familiares afetivos, constituído por um período de convivência contínua e duradoura. Durante esse período de convivência é necessária a configuração da relação socioafetiva, com a demonstração da reciprocidade do sentimento de pai ou mãe e filho.

Como exposto por Souza (2018, p. 82), não bastam os elementos acima para que o vínculo havido entre os envolvidos seja qualificado como socioafetivo. É necessário, ainda, o elemento subjetivo da vontade humana, isto é, o terceiro requisito apontado por Neto Lôbo (2024, p. 111): “relação de afetividade familiar”.

A relação entre os envolvidos deve possuir não só natureza afetiva, mas ser estabelecida com o objetivo de constituição familiar. Assim, é importante a existência de uma relação afetiva semelhante a uma família, de forma que os envolvidos se interagem como pai ou mãe e filho.

Sobre o tema, Dias (2015, p. 363) enfatiza que, embora o ordenamento jurídico não estabeleça de forma expressa o conceito de posse de filho, essa se configura em um ato de vontade e na crença da condição de filho fundada em laços de afeto.

Isso quer dizer que não é qualquer relação que dá ensejo à filiação socioafetiva, mas somente aquelas com vínculo afetivo suficiente para resultar em um parentesco decorrente do afeto. Registra-se que como exposto por Teixeira e Rodrigues (2015, p. 21):

A partir da existência desse tratamento recíproco entre pai/mãe e filho socioafetivo, consistente na realização de funções promocionais de suas personalidades, podemos concluir que os outros requisitos geradores da posse de estado de filho – nome e fama – são apenas um reflexo do exercício fático da autoridade parental.

A relação baseada no afeto consolida-se pelo convívio social e pela construção de um relacionamento de mútuo auxílio, respeito e amparo. Trata-se de uma relação fundamentada no amor, proteção e educação, estando o pai ou a mãe presente na vida do filho, de forma a preservar seus interesses.

Assim, ser pai ou mãe e filho transcende a verdade biológica, sendo caracterizado por compartilhar a vida, amar e cuidar.

3.2 Jurisprudência brasileira sobre a filiação socioafetiva

A parentalidade socioafetiva passou a receber enfoque no ordenamento jurídico brasileiro, tendo a jurisprudência reconhecido a filiação decorrente do afeto como fator relevante na construção das estruturas familiares.

Em conformidade com as mudanças das relações familiares, o Supremo Tribunal Federal desempenhou papel fundamental na análise jurídica das relações socioafetivas, reconhecendo a presença de repercussão geral no Recurso Extraordinário de nº 898.060/SC (Brasil, 2016d), que analisou a prevalência ou não da parentalidade biológica ou da socioafetiva em um determinado caso concreto.

Nesse caso julgado, analisou-se a possibilidade de reconhecimento de uma filiação biológica não vivenciada. Uma filha que possuía um pai registral há mais de 18 anos foi informada que ele não era seu ascendente genético. Assim, demandou em juízo requerendo o reconhecimento da filiação com

relação ao pai biológico, com todos os efeitos jurídicos decorrentes e a exclusão do pai registral (Brasil, 2016d).

A decisão foi no sentido da possibilidade da coexistência da filiação socioafetiva com a biológica, tendo sido fixada a seguinte tese: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios” (Brasil, 2016d, p. 4). A referida tese trouxe importantes reflexos no Direito de Família, ao estabelecer a possibilidade de haver pluralidade de vínculos familiares, com o reconhecimento da multiparentalidade.

De início, destaca-se o reconhecimento, de forma expressa, da afetividade, com ampla aceitação pelo colegiado, que, inclusive, foi citada expressamente na manifestação do Ministro Celso de Mello:

Cabe acentuar, desde logo, que o afeto traduz valor jurídico impregnado de natureza constitucional, incumbindo a esta Corte Suprema, por isso mesmo, em fiel observância ao que consagra a Constituição da República, conferir à afetividade a condição de novo paradigma conformador da noção de família e das relações que dela resultam (Brasil, 2016).

No mesmo sentido, a Ministra Rosa Weber destacou que: “é a afetividade que representa a grande marca distintiva do direito de família contemporâneo”, o que contribuiu para a relevância jurídica do afeto na formação das relações familiares e dos seus consectários como a filiação socioafetiva (Brasil, 2016).

Não houve qualquer objeção quanto ao reconhecimento da socioafetividade pelos ministros, ocorrendo, inclusive, divergência no sentido de se manter apenas o vínculo socioafetivo.

Analisando o caso, o Ministro Edson Facchin entendeu que “somente o vínculo socioafetivo se impõe juridicamente”, consignando, ademais, que:

O parentesco socioafetivo não é prioritário, nem subsidiário a paternidade biológica. Nem tão pouco um parentesco de segunda classe. Trata-se de fonte de paternidade, maternidade, filiação, dotada da mesma dignidade jurídica da adoção, constituída

judicialmente e que se afasta na fixação do parentesco jurídico do vínculo biológico (Brasil, 2016).

Tal entendimento foi acompanhado unicamente pelo Ministro Teori Zavascki (Brasil, 2016d). Isso trouxe um segundo ponto relevante do julgamento: a ausência de hierarquia jurídica entre o vínculo biológico e o socioafetivo.

Mostra-se, de fato, indevida a afirmação de que um tipo de vínculo de filiação deva prevalecer sobre outro, devendo ser analisado o caso concreto, de forma a se chegar uma solução que melhor se amolda à situação fática.

Essa equiparação dos vínculos de filiação corrobora o princípio da igualdade entre os filhos, conforme estabelecido no art. 227, §6º, da Constituição da República (Brasil, [2024a]) e o no art. 1.596 do Código Civil (Brasil, [2024b]), consolidando, assim, a socioafetividade como suficiente para gerar vínculo parental. Ao comentar a decisão do Superior Tribunal de Justiça, Scheriber e Lustosa (2016, p. 850) entendem que:

Trata-se de notório avanço na desejada aproximação entre o Direito e a realidade social, permitindo que se concretize relevante comando da Constituição, que, ao consagrar a plena igualdade de direitos entre os filhos (art. 227, §6º), veda qualquer relação de hierarquia, apriorística ou não, que se pretenda estabelecer entre os critérios de fixação da parentalidade, quer se trate de parentalidade biológica, socioafetiva ou jurídica (presumida).

Com base na ausência de hierarquia entre a filiação biológica e a socioafetiva no contexto da relação multiparental, o Superior Tribunal de Justiça decidiu, no Recurso Especial nº 1.487.596-MG, de Relatoria do Ministro Antônio Carlos Ferreira, pela impossibilidade de se conferir tratamento diferenciado na inclusão do pai socioafetivo no registro civil do filho (Brasil, 2021d). O acórdão ficou assim ementado:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE. TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO. PAI BIOLÓGICO. PAI SOCIOAFETIVO. IMPOSSIBILIDADE.

RECURSO PROVIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer, em sede de repercussão geral, a possibilidade da multiparentalidade, fixou a seguinte tese: “a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios” (RE 898060, Relator: LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 21/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-187 DIVULG 23-08-2017 PUBLIC 24-08-2017). 2. A possibilidade de cumulação da paternidade socioafetiva com a biológica contempla especialmente o princípio constitucional da igualdade dos filhos (art. 227, § 6º, da CF). Isso porque conferir “status” diferenciado entre o genitor biológico e o socioafetivo é, por consequência, conceber um tratamento desigual entre os filhos. 3. No caso dos autos, a instância de origem, apesar de reconhecer a multiparentalidade, em razão da ligação afetiva entre enteada e padrasto, determinou que, na certidão de nascimento, constasse o termo “pai socioafetivo”, e afastou a possibilidade de efeitos patrimoniais e sucessórios. 3.1. Ao assim decidir, a Corte estadual conferiu à recorrente uma posição filial inferior em relação aos demais descendentes do “genitor socioafetivo”, violando o disposto nos arts. 1.596 do CC/2002 e 20 da Lei n. 8.069/1990.4. Recurso especial provido para reconhecer a equivalência de tratamento e dos efeitos jurídicos entre as paternidades biológica e socioafetiva na hipótese de multiparentalidade (Brasil, 2021d, p. 1).

O recurso analisado pelo Superior Tribunal de Justiça reformou a decisão de segundo grau, que acolheu o pedido de inclusão do pai socioafetivo no registro civil, devendo tal condição, porém, ser inserida na certidão de nascimento. Além disso, foram reconhecidos os efeitos patrimoniais e sucessórios da filiação socioafetiva (Brasil, 2021d).

Na referida decisão, o Superior Tribunal de Justiça, citando o julgamento do Recurso Extraordinário de nº 898.060/SC, entendeu ser indevido o tratamento diferenciado do pai socioafetivo em relação ao biológico, ressaltando não ser apenas com relação aos efeitos registraes, mas

também quanto aos efeitos patrimoniais decorrentes do estado de filiação (Brasil, 2021d).

O relator, Ministro Antônio Carlos Ferreira, em seu voto, reafirmou a igualdade entre os vínculos de filiação independente da origem, tendo consignado que:

Assim, aceitar a concepção de multiparentalidade é entender que não é possível haver condições distintas entre o vínculo parental biológico e o afetivo. Isso porque criar status diferenciado entre o genitor biológico e o socioafetivo é, por consequência, conceber um tratamento desigual entre os filhos, o que viola o disposto nos arts. 1.596 do CC/2002 e 20 da Lei n. 8.069/1990, ambos com idêntico teor (Brasil, 2021d, p. 9).

Ainda sobre os efeitos decorrentes da existência do vínculo socioafetivo, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 922.462/SP, reconheceu não serem repetíveis as verbas alimentícias pagas pelo pai socioafetivo, mesmo em caso de engano sobre a verdade biológica (Brasil, 2013b).

Nesse caso, o pai, ao descobrir não ser ascendente biológico do filho, ajuizou na justiça do Estado de São Paulo uma ação indenizatória, visando ao ressarcimento dos danos materiais correspondentes aos gastos realizados por erro em benefício do filho, assim como à indenização por danos morais que alegou ter sofrido (Brasil, 2013b).

O pedido foi julgado parcialmente procedente pela Justiça do Estado de São Paulo, acolhendo-se somente o pedido de reparação por danos morais, o que foi mantido pelo Superior Tribunal de Justiça. Em nota, assim constou no Informativo nº 522 do Superior Tribunal de Justiça ao comentar o julgamento realizado no Recurso Especial nº 922.462/SP:

[...] se o marido, ainda que enganado por sua esposa, cria como seu o filho biológico de outrem, tem-se por configurada verdadeira relação de paternidade socioafetiva, a qual, por si mesma, impede a repetição da verba alimentar, haja vista que, a fim de preservar o elo da afetividade, deve-se considerar secundária a verdade biológica, porquanto a CF e o próprio CC garantem a igualdade

absoluta dos filhos de qualquer origem (biológica ou não biológica) (Brasil, 2013a, p. 2).

Sobre os requisitos para configuração da filiação socioafetiva, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar um caso de reconhecimento *post mortem* no Recurso Especial nº 1.328.380/MS, corroborou o posicionamento adotado pela teoria jurídica, nos seguintes termos:

Conforme assinalado, o estabelecimento da filiação socioafetiva, demanda a coexistência de duas circunstâncias bem definidas e dispostas, necessariamente, na seguinte ordem: i) vontade clara e inequívoca do apontado pai ou mãe socioafetivo, ao despendar expressões de afeto à criança, de ser reconhecido, voluntária e juridicamente como tal; ii) configuração da denominada 'posse de estado de filho', compreendido pela doutrina como a presença (não concomitante) de tractatus (tratamento, de parte à parte, como pai/mãe e filho; nomen (a pessoa traz consigo o nome do apontado pai/mãe); e fama (reconhecimento pela família e pela comunidade de relação de filiação), que naturalmente, deve, apresentar-se de forma sólida e duradoura (Lôbo, Paulo, Direito Civil - Famílias. São Paulo. Editora Saraiva. 2008. p. 212).

Autorizada doutrina, em abordagem à filiação socioafetiva, bem identifica a necessidade da presença do claro e unívoco propósito de o pretense pai ou mãe ser assim reconhecido, sob pena de imputar ao indivíduo, imbuído de elevado espírito de solidariedade, encargos que, efetivamente, não esteja disposto a arcar, a desestimular, inclusive, este salutar comportamento (Brasil, 2014, p. 12).

No que tange às formas de comprovação de existência de vínculo socioafetivo entre os envolvidos, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao analisar as provas apresentadas para fundamentar o pedido de reconhecimento do estado de filiação, entendeu, no Recurso de Apelação nº 70077198737, haver demonstração inequívoca, não só pelas declarações das partes envolvidas, mas também pelas seguintes situações fáticas:

[...] FRANCINE é beneficiária do padraсто junto à Seguro de Vida do Banco Bradesco (fl. 23) e também sua procuradora junto a instituições bancárias (fls. 25/26).

Acostaram cartões feitos por FRANCINE para DARCELÍ em seus tempos de escola (fls. 28/30), publicação na rede social Facebook com homenagem de FRANCINE a DARCELÍ em dois “Dia dos Pais” (fls. 32/33) e fotografias de sua convivência em diversos períodos (fls. 34/40) (Rio Grande do Sul, 2018, p. 6).

Não há uma definição de como a posse de estado de filho deve ser comprovada, ficando a cargo do magistrado analisar as provas apresentadas pelas partes e formar seu convencimento da existência ou não da relação socioafetiva, fato que pode gerar, em alguns casos, decisões divergentes, quando deveria haver uma uniformização dos critérios de comprovação.

O Superior Tribunal de Justiça, no Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.441.464/CE, de relatoria do Ministro Raul Araújo, ao julgar outro caso de reconhecimento de filiação socioafetiva *post mortem*, confirmou a improcedência do pedido formulado perante à Justiça Estadual do Estado de São Paulo, diante da ausência de vontade manifesta do pai, ora falecido, em reconhecer a parte autora como filha, havendo apenas um relacionamento de afeto e auxílio financeiro. A decisão ficou assim ementada:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE POST MORTEM. REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA NÃO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. OFENSA AOS ARTS. 371 E 489 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Não configura ofensa ao art. 489 do CPC/2015 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pelo recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia. 2. No sistema da persuasão racional, adotado pelo art. 371 do CPC/2015, o magistrado é livre para analisar as provas dos autos, formando com base nelas a sua convicção, desde que aponte de forma fundamentada os elementos de seu convencimento. 3. Na hipótese,

o Tribunal de origem concluiu que, apesar de existir nos autos prova de afeto e ajuda financeira entre os requerentes e o apontado pai socioafetivo, não se comprovou vontade clara e inequívoca do falecido de reconhecer juridicamente os enteados como filhos. 4. A pretensão de alterar tal entendimento, no sentido de considerar a existência da paternidade socioafetiva, considerando as circunstâncias do caso concreto, demandaria o reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito estreito do recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ. 5. Agravo interno desprovido (Brasil, 2022, p. 1).

No julgamento realizado perante a Justiça do Estado de São Paulo, ficou consignado que, embora tivesse uma relação de afeto entre a autora e o falecido, não ficou evidenciada qualquer demonstração de que ele tinha a intenção de reconhecê-la como filha. Confira-se:

Vale dizer, se de um lado restou incontroversa relação de afeto entre a autora e José Alberto (inclusive se referindo àquela como filha em postagens junto a redes sociais) e a longa convivência em núcleo familiar que se estabeleceu, verifica-se que, ao longo de quase duas décadas, não cuidou o de cujus de lançar mão de qualquer medida no sentido de reconhecer juridicamente o apontado vínculo filial. Era divorciado. Não possuía filhos e, portanto, inexistia impedimento para que pudesse postular a adoção da então menor ou, ao menos, regularizar sua guarda. As provas documental e oral produzidas, por seu turno, não levam à conclusão diversa. Ou seja, não obstante a notória proximidade entre ambos e até mesmo o custeio, pelo falecido, de diversas despesas da autora - o que dá bem conta de que, embora certamente se preocupasse com a mesma, não a via como herdeira, eis que, embora sem dependentes, jamais disponibilizou ou transferiu qualquer patrimônio a ela (e dispôs de tempo para fazê-lo, caso fosse realmente sua vontade, eis que o óbito ocorreu após anos em tratamento de um carcinoma). Também não deixou testamento. Ausente, portanto, prova no sentido de que o falecido tenha adotado qualquer ato ou conduta que demonstrasse sua intenção de reconhecer a apelada como filha (Brasil, 2024c, p. 7).

Embora o Superior Tribunal de Justiça não revise a instrução probatória, fato é que corroborou o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo quanto à impossibilidade de reconhecimento da filiação socioafetiva em caso de ausência de manifestação de vontade do pai em reconhecer a parte requerente como filha (Brasil, 2024c).

Nesse ponto, é de observar que, embora o magistrado, de acordo com seu livre convencimento motivado, tenha entendido pela ausência de tratamento paterno-filial entre o falecido e a autora da ação, fato é que as provas produzidas nos autos permitiriam a conclusão contrária, havendo demonstração de que o falecido se comportava como pai da autora, na medida em que, como exposto “restou incontroversa relação de afeto entre a autora e José Alberto (inclusive se referindo àquela como filha em postagens junto a redes sociais) e a longa convivência em núcleo familiar que se estabeleceu” (Brasil, 2024c, p. 7).

A ausência de qualquer ato jurídico de reconhecimento do estado de filiação, a princípio, não permite concluir pela ausência de interesse dos envolvidos em estabelecerem o parentesco socioafetivo.

Outro ponto a ser estudado é a análise, pela jurisprudência, dos requisitos objetivos para o reconhecimento da filiação socioafetiva, notadamente quanto à diferença de idade entre os envolvidos.

Nos termos dos provimentos do Conselho Nacional de Justiça que regulamentam a possibilidade de reconhecimento da filiação socioafetiva por meio da serventia extrajudicial, o requerente deverá ser pelo menos 16 anos mais velho que o filho a ser reconhecido (Conselho Nacional de Justiça, 2017b).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao apreciar o Recurso de Apelação nº 1002989-11.2023.8.26.0404, reformou a sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento da filiação, diante da ausência do cumprimento do requisito referente à diferença de idade mínima entre os envolvidos (São Paulo, 2024).

No julgamento do recurso, o Relator entendeu que, embora os envolvidos possuam apenas 12 anos de diferença de idade, tal regra pode ser relativizada em razão de a situação fática ter se consolidado no tempo, bem

como não ter ficado configurado prejuízo a interesse de terceiros, nem situação aparente de fraude à lei (São Paulo, 2024).

Em outro julgamento, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na Apelação Cível de nº 1.0144.17.002189-9/001, reformou uma sentença de procedência de reconhecimento de filiação socioafetiva, ao fundamento de que não houve o consentimento do filho reconhecido, maior de idade (Minas Gerais, 2024).

A referida ação foi ajuizada por um pretenso pai visando ao reconhecimento da filiação socioafetiva em relação ao filho que, à época do pedido, contava com 15 anos de idade. A ação foi julgada procedente, ao fundamento de que era incontroversa a afetividade entre os envolvidos, inclusive, exteriorizada socialmente (Minas Gerais, 2024).

Os avós maternos do filho a ser reconhecido – que à época também ajuizaram uma ação de guarda que tramitou de forma conexa – recorreram da decisão que reconheceu a filiação socioafetiva, alegando nulidade da oitiva do filho, que era menor de idade, bem como a ausência dos requisitos para a caracterização da parentalidade socioafetiva (Minas Gerais, 2024).

No curso do julgamento do recurso de apelação, foi determinada a intimação do filho para que se manifestasse, que, já maior de idade, informou seu desinteresse em ser reconhecido, fato esse que ensejou a improcedência do pedido (Minas Gerais, 2024). O acórdão do referido julgamento ficou assim ementado:

EMENTA: APELAÇÃO - AÇÃO DE ADOÇÃO UNILATERAL / RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA - RELAÇÃO PADRASTO/ENTEADO - VÍNCULO EXISTENTE - CARÁTER PATERNO-FILIAL - AUSÊNCIA - MANIFESTAÇÃO DO ADOTANDO/PRETENSO FILHO - IMPRESCINDIBILIDADE - ALCANCE DA MAIORIDADE CIVIL - PRECEDENTES. Uma vez alcançada a maioridade pelo pretenso filho alvo do reconhecimento de paternidade socioafetiva, a sua concordância com o pedido é imprescindível para o êxito da demanda postulada em intitulada "ação de adoção unilateral", por meio da qual pretende o padraсто ser reconhecido como pai do enteado, após o falecimento da genitora deste. Ausente, portanto, o consentimento do enteado em ser

reconhecido como filho socioafetivo do padrasto, consentimento este corroborado pelo teor da prova produzida nos autos, a improcedência do pedido inicial é medida imperativa (Minas Gerais, 2024, p. 1).

O entendimento jurisprudencial é decorrente das reformulações dos modelos familiares até então previstos expressamente no ordenamento jurídico brasileiro, em razão do enfoque conferido ao afeto na constituição das relações, notadamente quanto à filiação socioafetiva, que, em diversos casos, é uma realidade vivenciada pelos envolvidos na relação familiar, sem que haja qualquer ato jurídico de reconhecimento expresse.

Entretanto, percebe-se não haver uma uniformização das decisões judiciais, notadamente quanto aos critérios jurídicos e aos elementos probatórios a serem considerados para a demonstração da filiação socioafetiva. Esse fato pode gerar insegurança jurídica, na medida em que situações semelhantes podem receber tratamento jurídico diverso.

Assim, mostra-se necessário estabelecer os critérios jurídicos para o tratamento da filiação socioafetiva, mormente no que tange às hipóteses de sua desconstituição.

4

CRITÉRIOS JURÍDICOS PARA A DESCONSTITUIÇÃO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

A relação paterno-filial decorrente da socioafetividade é construída de forma voluntária pelos envolvidos, sendo oriunda de uma convivência duradoura e de um vínculo entre o pai ou mãe e o filho de forma estável.

Ocorre que, em determinadas situações, essa relação é rompida, e o pai ou a mãe socioafetivos deixam de ter interesse na continuidade do vínculo de parentesco. Tal situação verifica-se, por exemplo, quando, mesmo ciente da inexistência de laços biológicos, o pai ou a mãe reconhece voluntariamente como seu o filho do cônjuge ou companheiro e, posteriormente, busca a desconstituição do parentesco por não mais desejar assumir a responsabilidade pelo filho reconhecido.

Após a regulamentação da matéria pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio de provimentos que possibilitaram o reconhecimento do vínculo socioafetivo de forma extrajudicial, tornou-se mais fácil a constituição do estado de filiação baseado no afeto, fazendo com que, em alguns casos, o ato seja realizado sem uma reflexão dos efeitos jurídicos decorrentes.

Na maioria dos casos, para pleitear a desconstituição, o requerente alega indução ao erro ou falsidade no momento do registro. Entretanto, a matéria é complexa, pois cada relação familiar tem suas peculiaridades, não havendo um tratamento unificado sobre o tema.

Conforme estabelece o art. 1.603 do Código Civil – “A filiação prova-se pela certidão do termo de nascimento registrada no Registro Civil” (Brasil, [2024b]) –, a filiação é feita por meio do registro de nascimento que, para sua constituição, é necessária apenas a manifestação voluntária do interessado, não sendo exigido que se demonstre qualquer prova quanto à genética da filiação.

O Enunciado nº 108 do Conselho da Justiça Federal, fazendo referência à filiação socioafetiva, estabelece que: “no fato jurídico do nascimento, mencionado no art. 1.603, compreende-se, à luz do disposto no art. 1.593, a filiação consanguínea e também a socioafetiva” (Brasil, [2016b]).

Sobre tal registro, o Código Civil, em seu art. 1.604, estabelece que “ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro” (Brasil, [2024b]).

Assim, da leitura do citado dispositivo percebe-se que o registro de nascimento admite prova em sentido contrário, podendo ser invalidado na hipótese de ficar comprovada a ocorrência de erro ou falsidade. Em outras palavras, o registro apresenta presunção relativa de filiação, sendo imprescindível a análise dos critérios jurídicos vigentes que autorizam a desconstituição da filiação socioafetiva.

4.1 Análise dos critérios jurídicos vigentes

De acordo com Neto Lôbo (2024), a constituição da filiação socioafetiva é um gesto voluntário e definitivo, não sendo possível, em tese, o seu desfazimento. Isso se justifica na necessidade de se proteger os interesses dos filhos, não cabendo ao pai ou à mãe desfazer o vínculo de filiação por vontade própria. Conforme ensinam Pessoa e Cabral (2018, p. 66):

A parentalidade socioafetiva é um vínculo que, uma vez estabelecido, não pode ser desfeito e essa condição demanda maior esclarecimento por parte da população. O pai ou mãe socioafetivos permanecem com essa atribuição a despeito do que possa acontecer com os relacionamentos conjugais. É importante ressaltar que o reconhecimento da parentalidade socioafetiva é um vínculo tão forte quanto o de qualquer outra filiação, até mesmo porque, o Direito Brasileiro não diferencia mais classes de filhos.

Para que seja possível a desconstituição da filiação, aqui inclui-se a socioafetiva, é necessário, nos termos do art. 1.604 do Código Civil, demonstrar a ocorrência de erro ou falsidade do registro (Brasil, [2024b]).

Em primeiro lugar, é necessário comprovar que, no momento do registro, o pai ou mãe foi induzido a algum vício em seu consentimento. Trata-se de defeito que afeta a validade de um negócio jurídico, ocorrendo quando a vontade não é manifestada de forma livre (Brasil, [2024b]).

Sobre os defeitos do negócio jurídico, Tepedino e Teixeira (2024, p. 305) explicam que:

Os defeitos do negócio jurídico se dividem nos chamados vícios do consentimento – erro, dolo e coação – e vícios sociais – estado de

perigo, lesão e fraude contra credores. Os vícios do consentimento refletem divergência entre a vontade declarada e a vontade que seria declarada não fosse a circunstância externa que afetou a manifestação da vontade. Trata-se, de uma maneira geral, de influências exógenas que interferem na exteriorização da vontade.

Para o estudo da constituição da filiação socioafetiva, interessa, a princípio, o vício no consentimento, consistente no erro na manifestação da vontade.

O erro é caracterizado quando o agente tem uma representação falsa da realidade, em relação a uma pessoa, negócio, objeto ou direito. Tepedino e Teixeira (2024, p. 306) ainda explicam: “A partir da percepção equivocada de relevantes aspectos negociais, forma-se a vontade defeituosa, por haver divergência entre a vontade declarada e a que seria declarada não fosse a errônea compreensão da realidade”.

O erro é considerado como causa de anulabilidade ou nulidade relativa do negócio jurídico se for substancial, escusável e real, nos termos do art. 138 do Código Civil (Brasil, [2024b]), ou seja, aquele que incide sobre a causa do negócio que se pratica, sem o qual esse não teria se realizado. O erro, se accidental, não anula o negócio jurídico. Ele é caracterizado por estar relacionado a características secundárias do objeto ou da pessoa, de modo que, ainda que conhecida a realidade, o negócio seria realizado.

As hipóteses de erro substancial estão previstas no art. 139 do Código Civil, sendo relevante, para a hipótese de desconstituição da filiação socioafetiva, o “*error in persona*”. Esse se refere às qualidades e/ou características da pessoa que tenham influído na declaração de vontade (Brasil, [2024b]).

O erro escusável, conforme art. 138 do Código Civil, é aquele praticado pelo agente com grau normal de diligência, não se admitindo a alegação daquele que agiu com negligência (Brasil, [2024b]).

Para invalidar o negócio jurídico, o erro deve ser não substancial e escusável, como também real, isto é, causador de prejuízo concreto para o interessado.

Partindo desse entendimento, no caso de reconhecimento voluntário da filiação socioafetiva, não é possível considerar a existência de vício decorrente do erro, como entendido por Sanches e Arantes (2014, p. 92):

Diante o reconhecimento da paternidade socioafetiva verifica-se a impossibilidade de ser fundada a anulação do registro civil desconstituindo a paternidade, tendo em vista que o reconhecimento foi baseado na vontade de ser pai, ocasionado por um vínculo familiar constituído na criação do indivíduo, no dia a dia de seu desenvolvimento, não podendo ser argumentado qualquer defeito no ato praticado, pois este foi de livre e espontânea vontade.

Isso porque, em tais casos, o pai ou a mãe têm prévio conhecimento acerca da inexistência de vínculo biológico com o filho, baseando seu requerimento no afeto constituído durante a convivência, cabendo ressaltar que, como apontado por Jesus (2018, p. 39): “[...] a relação paterno-filial angariada em laços afetivos, não pode ficar à mercê das incertezas ou instabilidades emocionais de um dos sujeitos que compõem esta relação”.

Da mesma forma, inexistente qualquer falsidade, pois o registro civil não é requerido com base na existência de vínculo biológico entre os envolvidos, mas fundamentado no afeto. Cabe ressaltar que a posse de estado de filho, isto é, a relação afetiva, íntima e duradoura foi demonstrada no requerimento, seja ele judicial ou extrajudicial. Como ressaltado por Silva (2022, p. 151): “Nos casos como o acima exposto, de reconhecimento voluntário, não há de se falar de erro de pessoa, vez que o pai afetivo sabia que o filho não possuía laço consanguíneo”.

Além disso, como ressaltado por Sanches e Arantes (2014, p. 93):

[...] a paternidade socioafetiva se iguala de direitos da paternidade biológica, não havendo erro ou falsidade pelo simples fato de não ocorrer equivalência genética entre pai e filho afetivo, dessa forma nem os futuros herdeiros podem reivindicar tal anulação baseado na falta de compatibilidade genética.

Diversos são os motivos que permitem concluir pela impossibilidade de desconstituição do reconhecimento voluntário do filho socioafetivo.

Em primeiro lugar, dada a ausência de erro ou falsidade no registro, é contrário ao princípio da boa-fé querer se voltar contra ato jurídico que, por livre vontade, participou. Em outras palavras, requerer a invalidação do registro de nascimento que deu causa, sem qualquer falsidade ou vício de vontade, seria um comportamento contraditório.

Neto Lôbo (2024, p. 110), no mesmo sentido, defende que alegar a invalidade do registro de nascimento, em tais casos, violaria o princípio do *venire contra factum proprium*, assentado no ordenamento jurídico.

Esse princípio estabelece que é vedado que a parte contradiga o seu próprio comportamento, depois de ter produzido, em outra pessoa, uma expectativa (Gonçalves, 2025, p. 44). Trata-se de situação em que uma pessoa, por um certo período, comporta-se de determinada maneira, gerando expectativa em outra de que seu comportamento permanecerá inalterado, o que não ocorre.

Bertolla, Sgarbi e Cachapuz (2018, p. 189) esclarecem que a boa-fé objetiva, como desdobramento no *venire contra factum proprium* “deve ser observada e, se o pai ou a mãe registral tinha consciência de que não se tratava de seu filho biológico e, ainda assim, decidiu registrá-lo, não pode incorrer em conduta contraditória” pleiteando em juízo a desconstituição da paternidade.

Mesmo que não se considere o comportamento como sendo contraditório, fato é que deve ser levado em consideração o melhor interesse da criança, que, com o rompimento da relação familiar, poderá sofrer danos, como defendido por Falaschi (2023, p. 191):

[...] a desconstituição da paternidade socioafetiva, apenas por arrependimento, poderá acarretar ainda mais sofrimento, além de prejuízos para o desenvolvimento integral da criança, por não entender o motivo do arrependimento, ou abandono sofrido, por uma pessoa, que até um momento atrás era tida como seu pai e tinha todo o laço de afetividade envolvido.

O princípio do melhor interesse da criança, e aqui também se inclui o adolescente, está previsto no art. 227 da Constituição da República (Brasil, [2024a]), estabelecendo ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente “com absoluta prioridade” os seus direitos

fundamentais. Tal princípio parte do pressuposto de que os referidos sujeitos estão em condição peculiar de desenvolvimento, devendo ser garantida uma vida digna para eles, como defendido por Zapater (2023, p. 47).

Tartuce (2023, p. 86) defende que os interesses da criança e do adolescente devem prevalecer sobre os dos adultos, ressaltando que a análise deve ser realizada à luz do caso concreto, a fim de efetivar o princípio do melhor interesse.

A Constituição da República de 1988, no art. 227, trouxe, assim, uma nova concepção sobre a visão dos filhos na relação familiar, afastando, exclusivamente, os interesses dos pais nos casos de conflitos (Brasil, [2024a]). As crianças e os adolescentes passaram a ser um membro individualizado e não somente parte de uma família, demandando, assim, proteção e cuidados especiais, com a devida proteção legal (Lauand; Pagliarini, 2016, p. 29).

Dessa forma, diante do princípio do melhor interesse, a criança e o adolescente passaram a ser os protagonistas, de forma que, nas questões controversas envolvendo as relações familiares, deve prevalecer o melhor interesse dos filhos, tendo em vista se tratar de pessoas em formação. Rolf Madaleno (2023, p. 64) esclarece que:

Dotados de direitos especiais, têm as crianças e adolescentes, por sua exposição e fragilidade, prioridade em sua proteção, como fato natural dessa etapa de suas vidas, quer fiquem expostas por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, ou por abuso dos pais ou responsáveis.⁴⁶ Crianças e adolescentes são destinatários do princípio dos melhores interesses, conceito jurídico indubitavelmente indeterminado, mas que sempre haverá de prevalecer em favor do infante quando em confronto com outros valores, pois sempre será necessário assegurar o pleno e integral desenvolvimento físico e mental desse adulto do futuro, sujeito de direitos.

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança, com força de lei no Brasil desde 1990, estabelece em seu art. 3.1 que todas as ações relativas aos menores devem considerar, primordialmente, “o interesse maior da criança” (Unicef Brasil, 1989).

No mesmo sentido, é o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece ser dever de todos, família, sociedade e poder público, assegurar com absoluta prioridade os direitos fundamentais da criança e do adolescente (Brasil, [2024c]).

Assim, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente deve nortear as questões envolvendo o tema acerca da filiação, seja ela biológica ou socioafetiva.

Tartuce (2023, p. 443), sobre o assunto, defende que mesmo em casos de vício no registro, seja por erro ou engano, a filiação socioafetiva deve prevalecer, diante do melhor interesse do filho. Acrescenta, ainda, que a possibilidade de invalidação do registro deveria ocorrer apenas quando não comprovada a consolidação da posse de estado de filho e não pura e simplesmente pela presença do engano.

Nesse ponto, é de ressaltar haver casos em que o pai registra o filho com base na presunção *pater is est*. Tal presunção, abreviação da expressão *pater is est quem justae nuptiae demonstrant*, significa que os filhos nascidos na constância do casamento ou da união estável são presumidamente do cônjuge ou do companheiro.

Em tais casos, pode ocorrer que o pai ou a mãe, depois de um período de convivência, descubram que não possui vínculo consanguíneo com o filho e assim deseja a invalidação do registro civil.

Embora o pai ou a mãe, nessa situação, demonstrem o erro ou a falsidade do registro, pleiteando, assim, a exclusão de seu nome da certidão de nascimento do filho, a referida pretensão só terá êxito se não configurado o vínculo socioafetivo (Silva, 2022, p. 151).

O estado de filiação é decorrente da relação afetiva construída entre pais e filhos, independentemente da existência de laços consanguíneos.

Neto Lôbo (2024, p. 107) entende não ser possível a desconstituição da filiação socioafetiva, mesmo que o pai ou mãe não tenham ciência de que não possuía relação biológica com o filho. Ainda acrescenta que: “A filiação socioafetiva, em virtude de posse de estado de filiação, independe de vontade consciente para se constituir, por ser ato-fato jurídico, para o que o direito apreende as situações fáticas”.

Dessa forma, consoante a teoria jurídica, a desconstituição da relação de filiação socioafetiva descabe somente pelo arrependimento ou pela separação dos pais, notadamente quando a filiação gerou efeitos pessoais e patrimoniais. Mesmo que não haja o vínculo biológico, tendo sido estabelecido uma relação de afeto, esta deve prevalecer.

4.2 Critérios jurídicos utilizados nos tribunais brasileiros

O reconhecimento da filiação socioafetiva, em princípio, não é passível de desconstituição. Não obstante, o Poder Judiciário brasileiro é constantemente provocado por ações pretendendo o desfazimento do vínculo socioafetivo.

A título de exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no Recurso de Apelação nº 70041393901, apreciou a questão em uma ação anulatória de inexistência de filiação, ficando a decisão assim emendada:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE FILIAÇÃO. ADOÇÃO À BRASILEIRA. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. A adoção à brasileira, a exemplo da adoção legal, é irrevogável. É a regra. Ausente qualquer nulidade no ato e demonstrado nos autos a filiação socioafetiva existente entre as partes, admitida pelo próprio demandado, não cabendo desconstituir o registro de nascimento válido. Improcedência da negatória de paternidade mantida. Precedentes jurisprudenciais. APELAÇÃO DESPROVIDA (Rio Grande do Sul, 2011).

Na referida ação, o autor requereu que fosse declarada a inexistência de vínculo de filiação com a parte ré, assim como o cancelamento do registro de nascimento. Conforme constou dos autos, o autor conheceu a mãe da parte ré quando a criança já tinha nascido. Por isso e em razão do abandono do pai biológico da criança, ela foi registrada como sua filha. Entretanto, em razão de sua prisão e do rompimento do relacionamento com a mãe da reconhecida, que perdurou por dois anos, ele alegou ter havido ruptura na

relação afetiva com a criança, razão pela qual ajuizou a ação anulatória (Rio Grande do Sul, 2011).

O pedido fora julgado improcedente em primeira instância, o que foi confirmado, em segundo grau, no julgamento do recurso de apelação. Como fundamentado no acórdão, o autor reconheceu a filha de sua companheira como sua, embora ausente o vínculo biológico, caracterizando, assim, adoção à brasileira, que, a exemplo da adoção legal, é irrevogável (Rio Grande do Sul, 2011).

Consignou, ainda, ter sido estabelecida a filiação socioafetiva, em razão do afeto que o autor disse ter pela reconhecida, de forma que, tendo o reconhecimento sido de forma voluntária, sem qualquer vício de consentimento, não há justificativa para o afastar o parentesco e ensejar a desconstituição do registro, não podendo a reconhecida ficar sem a identidade materna unicamente pelo fato do autor ter rompido a relação com a mãe da menor (Rio Grande do Sul, 2011).

O referido Tribunal de Justiça, em 2024, reafirmou o posicionamento adotado no julgamento da apelação cível nº 5010451-19.2019.8.21.0019, proposta por um pai requerendo a declaração de ausência de paternidade. Como fundamento do pedido, tem-se que ele não possuía vínculo biológico com a demandada, tendo incorrido em erro substancial ao realizar o registro. Além disso, afirmou ter tido um breve e insignificante contato com a menor e que isso é incapaz de gerar presunção de existência de socioafetividade entre as partes (Rio Grande do Sul, 2024).

O pedido foi julgado improcedente na primeira instância, tendo o Tribunal de Justiça confirmado a decisão, ao argumento de que o reconhecimento da filiação foi realizado de forma voluntária pelo autor, sem qualquer comprovação de vício em sua origem, aplicando o disposto no art. 1.609 e art. 1.610 do Código Civil (Brasil, [2024b]), os quais estabelecem ser irrevogável o reconhecimento voluntário da filiação (Rio Grande do Sul, 2024).

Ademais, foi ressaltado que o autor, alegando ter mantido relação sexual com a mãe do demandado apenas vez, deveria ter levado tal fato em consideração e tomar as precauções devidas antes de promover o registro, o

que não o fez, não podendo alegar ter ocorrido vício de consentimento (Rio Grande do Sul, 2024).

O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou o Recurso de Apelação nº 0001853-63.2010.8.26.0238 e reformou a decisão de primeiro grau, que declarou a inexistência de paternidade do autor em relação à parte ré e determinou a retificação do registro civil. No acórdão do recurso de apelação, o Relator entendeu que: “demonstrado o vínculo socioafetivo, este não tem o condão de se sobrepor ao resultado do exame de DNA que excluiu a paternidade do autor”. Ainda acrescentou que: “embora afastado o vínculo biológico, prevalece o vínculo socioafetivo, não podendo se falar em desconstituição da paternidade” (São Paulo, 2016).

O Superior Tribunal de Justiça, em vários casos, decidiu pela impossibilidade de desconstituição de registro civil, ainda que demonstrada a ausência de vínculo biológico. Tal posicionamento se deu em razão da formação do vínculo de afeto consolidado pela convivência familiar.

No julgamento do Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.526.268 /RJ, foi analisado o requerimento de um pai e de uma mãe de anulação de um registro, ao argumento de que não são pais biológicos da parte requerida, ressaltando haver um registro civil anterior feito pela mãe biológica (Brasil, 2023a).

O pedido fora julgado procedente na primeira instância e reformado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao fundamento de prevalência da filiação socioafetiva, ficando consignado que “a questão controvertida extrapola os limites da mera validade registral, situando-se no campo dos valores constitucionais da dignidade da pessoa humana e da consolidação dos laços afetivos construídos entre as partes” (Brasil, 2023a, p. 7).

O Superior Tribunal de Justiça manteve a decisão do Tribunal de Justiça, entendendo que as relações de parentesco não são restritivas aos laços genéticos, sendo admitido, pela lei, o parentesco civil, decorrente de vínculo diverso da consanguinidade (Brasil, 2023a).

Em outro caso, julgado no Recurso Especial nº 1.814.330/SP, foi analisada a possibilidade de declaração de nulidade do registro de nascimento

da parte requerida, em razão de alegada ocorrência de erro e de ausência de vínculo biológico com o registrado (Brasil, 2021b).

Conforme constou nos autos, o requerente registrou como seu filho o requerido e após cinco anos tomou conhecimento de que não era seu pai biológico, o que foi confirmado por meio do exame de DNA (Brasil, 2021b).

Em primeira instância, o pedido fora acolhido, tendo sido determinada a retificação do registro com base apenas na ausência do vínculo biológico. Entretanto, a decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Brasil, 2021b).

A improcedência do pedido foi confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça, ficando consignado que o requerente não desincumbiu de seu ônus de demonstrar a ocorrência de erro ou qualquer outro vício de consentimento. Foi ressaltado que, como relatado pela genitora do registrado, o pai estava ciente da gravidez e que a criança não era seu filho, tendo, mesmo assim, assumido a responsabilidade e o criado como seu filho biológico (Brasil, 2021b).

Assim, corroborando o entendimento da teoria jurídica, o Tribunal Superior entendeu que: “devido ao valor absoluto do registro, o erro apto a caracterizar o vício de consentimento deve ser escusável, não se admitindo para tal fim que o erro decorra de simples negligência de quem registrou” (Brasil, 2021b, p. 5), o que não ficou demonstrado.

Além disso, ficou ressaltado ser pertinente investigar a existência de relação socioafetiva entre o pai e o filho, a reforçar a necessidade de manutenção do registro de nascimento tal como realizado. Dessa forma, ficou reconhecida, pela prova oral produzida, a existência de relação socioafetiva entre os envolvidos, sendo mantido, assim, o registro (Brasil, 2021b).

Os entendimentos jurisprudenciais acima citados demonstram que não é apenas necessário comprovar o erro na manifestação de vontade, como também a ausência de vínculo socioafetivo criado ao longo do tempo.

Esse, no entanto, não foi o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça de forma unânime, havendo decisão no sentido de reconhecer a possibilidade de desconstituição da filiação, em razão do vício de consentimento, conforme julgamento do Recurso Especial nº

1.330.404/RS (Brasil, 2015). Conforme constou na ação, um homem viveu em união estável com uma mulher, acreditando ser o pai da criança que nasceu nesse período, tendo, assim, a registrado. Porém, ao tomar conhecimento de uma possível traição, realizou um exame de DNA, que apresentou resultado negativo, razão pela qual pediu a retificação do registro de nascimento (Brasil, 2015).

Por entender que houve vício de consentimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça acolheu o pedido de retirada do nome do requerente como pai da criança, tendo o relator, o ministro Marco Aurélio Bellizze, entendido que não se configurou a paternidade socioafetiva, pois esta exige a voluntariedade, o que não ocorreu no caso em análise. Não obstante esse posicionamento, observa-se que, em julgamento posterior, ocorrido no ano de 2021, o Superior Tribunal de Justiça, na apreciação do Recurso Especial nº 1.829.093/PR, de Relatoria da Ministra Nancy Andrighi, entendeu que: “A divergência entre a paternidade biológica e a declarada no registro de nascimento não é apta, por si só, para anular o registro” (Brasil, 2021c, p. 2).

No referido julgamento, a Corte consolidou o entendimento de que, para a anulação do registro de nascimento, são imprescindíveis dois requisitos: prova de que o pai foi induzido a erro, ou ainda, que tenha sofrido coação e a inexistência de formação de vínculo socioafetivo entre o pai e o filho.

Como constou no inteiro teor do acórdão, o erro, para justificar o acolhimento do pedido de anulação do registro, deve ser um engano não intencional, tendo ficado consignado que: “não há erro no ato daquele que registra como próprio filho que sabe ser de outrem, ou ao menos tem sérias dúvidas sobre se é seu filho” (Brasil, 2021c, p. 8).

No que tange ao segundo requisito, a Corte Superior entendeu que a instabilidade e a volatilidade das relações não podem impactar o vínculo de filiação consolidado ao longo do tempo, independente da realidade biológica. Ademais, ficou ressaltado que: “Como fundamento maior a consolidar a acolhida da filiação socioafetiva no sistema jurídico vigente, erige-se a cláusula geral de tutela da personalidade humana, que salvaguarda a filiação

como elemento fundamental na formação da identidade do ser humano” (Brasil, 2021c, p. 9).

Esse tem sido o posicionamento adotado não só pela Corte Superior, como também pelas justiças estaduais, como, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, como ocorrido no julgamento do Recurso de Apelação nº 0266225-72.2009.8.13.0193 (Minas Gerais, 2023).

O requerente ajuizou ação de cancelamento de registro civil, ao argumento de que não é pai biológico do registrado, o que foi julgado improcedente em primeira instância, sob o entendimento de que restou demonstrada a paternidade socioafetiva, o que foi mantido pelo Tribunal de Justiça (Minas Gerais, 2023). No referido julgamento ficou consignado que:

[...] a ausência de vínculo biológico, por si só, quando a desconstituição da filiação é requerida pelo pai, é insuficiente para anular a paternidade espontaneamente reconhecida, porquanto se tiver havido a formação de vínculo afetivo, a doutrina e a jurisprudência entendem ser desarrazoada a anulação do parentesco formal, uma vez que a paternidade, a maternidade e os estreitos e verdadeiros laços familiares se formam pela atenção continuada e pela convivência social. Nesse contexto, perde relevância a consanguinidade, pois o que ganha importância e significado para manter a relação jurídica de parentalidade é a posse de estado de filho, presente no caso (Minas Gerais, 2023, p. 5).

Como exposto, a jurisprudência, seguindo o entendimento da teoria jurídica, tem se posicionado no sentido de que a procedência do pedido em ação negatória de paternidade ou maternidade cumulada com anulação de registro depende não só da demonstração da ausência de vínculo biológico, como também o socioafetivo entre as partes, bem como da comprovação de que o registro tenha ocorrido mediante erro ou falsidade, como disposto no art. 1.604 do Código Civil (Brasil, [2024b]).

Essa breve amostra ilustra que não há unanimidade de posicionamento, cabendo ao magistrado analisar as peculiaridades do caso concreto. Há situações excepcionais, notadamente com relação à manifestação de vontade do agente e observância do melhor interesse do

filho reconhecido, que devem ser levadas em consideração quando da análise da pretensão de desconstituição da relação de filiação decorrente da socioafetividade.

4.3 Situações excepcionais: erro substancial, fraude, simulação e violação dos deveres parentais

Em regra, não é possível a desconstituição da filiação socioafetiva. Contudo, há situações específicas, sempre considerando as particularidades do caso e o princípio do melhor interesse da criança ou do adolescente, que justificam a desconstituição, a saber: erro substancial, fraude, simulação e violação dos direitos parentais.

O erro substancial pode ser um fator para o desfazimento da filiação. Esse ocorre quando há uma percepção equivocada sobre elementos essenciais da relação que levaram ao estabelecimento do vínculo de filiação, como a crença errada sobre a identidade biológica do filho ou informações que afetem diretamente a intenção de assumir o vínculo. Nesse sentido, como exposto por Bertolla, Sgarbi e Cachapuz (2018, p. 18):

Para haver anulação e cancelamento da paternidade, o pai registral deve ter sido induzido a erro sobre a pessoa, vindo a pensar que de fato se tratava de seu filho biológico. Para tanto, o pai que reconheceu deve ingressar com ação negatória de paternidade ou de cancelamento do registro de nascimento, a qual é personalíssima.

Registra-se que, nesse ponto, deve-se considerar que o pai, ao contrário da mãe – a qual tem pleno conhecimento da realidade biológica –, desconhece a inexistência de laços biológicos com o filho reconhecido, o que se difere quando há o reconhecimento espontâneo da filiação socioafetiva.

Em tal hipótese, como exposto no capítulo anterior, não há qualquer vício de consentimento, pois o pai, aqui cabe a inclusão da mãe, tinha o prévio conhecimento acerca da inexistência do vínculo biológico, tendo, mesmo assim, realizado o reconhecimento.

Quanto ao erro pelo desconhecimento da realidade biológica, consoante entendimento da jurisprudência, ainda que tenha havido tal vício

de consentimento, o pedido de desconstituição da filiação só será acolhido no caso em que não tiver sido estabelecido o vínculo socioafetivo entre os envolvidos. Pode-se citar, como exemplo, a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1.244.957/SC, de Relatoria da Ministra Nancy Andrigli (Brasil, 2012b).

Nesse contexto, como afirmado por Maria Berenice Dias (2015, p. 434) “existem situações que tornam imperioso desconstituir o registro: quando ele não corresponde nem a verdade biológica nem existe vínculo afetivo que justifique a sua manutenção. As hipóteses são frequentes”.

Assim, havendo a interrupção do vínculo entre os envolvidos e não tendo sido estabelecida uma relação socioafetiva, a ocorrência de erro substancial no reconhecimento da filiação – aqui, repita-se, pelo desconhecimento da verdade biológica –, mostra-se cabível o desfazimento do estado de filiação.

Outra hipótese que possibilita a desconstituição da filiação socioafetiva é quando o reconhecimento decorrer da manipulação, da mentira ou da omissão de informações relevantes, isto é, um dos pais age com dolo ao ocultar a verdade biológica.

O dolo ocorre quando uma das partes age intencionalmente para enganar a outra, levando-a a realizar um negócio que não realizaria, ou faria em condições diferentes, caso tivesse pleno conhecimento da situação (Taturce, 2023, p. 410).

Washington de Barros Monteiro (2009, p. 201) defende ser possível a desconstituição da filiação socioafetiva quando evidenciado o dolo da mãe, que engana o pai sobre a realidade biológica.

No caso da filiação socioafetiva, isso ocorre, por exemplo, quando um dos pais omite a existência de outra pessoa como pai ou mãe biológicos, induzindo outra pessoa a assumir a filiação sem pleno conhecimento da realidade. Tal hipótese se assemelha à ocorrência de erro substancial, havendo, entretanto, o conhecimento de um dos pais quanto à realidade biológica. Fernandes (2018, p. 35), ao comentar sobre o tema, explica que:

O erro consiste em uma falsa noção da realidade, é um vício de manifestação de vontade, em que a pessoa está de boa-fé. Um exemplo seria o indivíduo que realiza o registro da criança como

filho, pois acredita realmente ser o pai biológico, mas, na verdade, foi enganado pela mãe da criança. Nos termos do art. 145 do Código Civil, o dolo é causa de anulação do negócio jurídico quando o engano é fator determinante do negócio. Dessa forma, desconhecendo o pai a verdade biológica e realizando o registro em virtude do engano perpetrado pela mãe, mostra-se cabível a desconstituição do reconhecimento, desde que se comprove a ausência de relação socioafetiva entre os envolvidos.

Sobre o tema, a jurisprudência se manifestou no julgamento do Recurso Especial nº 1.330.404/RS, de Relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze, em que o requerente conseguiu demonstrar que o registro somente foi realizado em razão da presunção *pater is est* (Brasil, 2015).

No referido caso, o pai, ao descobrir uma infidelidade da mãe biológica do filho, divorciou-se dela. Entretanto, conviveu durante cinco anos com a criança, tempo esse compreendido entre a propositura da ação negatória da paternidade e a sentença com o resultado negativo do DNA (Brasil, 2015).

O Superior Tribunal de Justiça entendeu que não se constituiu o vínculo socioafetivo entre o pai e o filho reconhecido, pois, logo que tomou conhecimento do resultado negativo do DNA, o requerente parou de se relacionar com a criança. A convivência mantida anteriormente se deu apenas por desconhecer a verdade biológica (Brasil, 2015).

Além disso, há situações em que a filiação socioafetiva foi reconhecida apenas para obtenção de vantagens econômicas, como deveres com alimentação e direitos sucessórios, sem a existência de uma relação afetiva genuína, havendo, assim, uma simulação do estado de filiação. Como ressaltado por Artioni (2019, p. 86):

Inobstante [*sic*], também pode ocorrer de sujeitos mal-intencionados ludibriarem crianças e adolescentes a partir de um falso vínculo afetivo e então lograrem o registro civil da filiação para, na sequência, dar aos filhos socioafetivos destinações das mais cruéis, como por exemplo trabalho infantil, entre outros.

Nesses casos, o reconhecimento filiação é feito de forma fictícia, com o objetivo de criar uma aparência de vínculo jurídico sem que ele exista.

Configura-se, assim, uma situação simulada, fato que pode ensejar a nulidade do ato de reconhecimento, já que viola os princípios da boa-fé e da autenticidade que regem os atos jurídicos. Rolf Madaleno (2023, p. 206), sobre o tema, esclarece que:

O Código Civil brasileiro (art. 1.609, parágrafo único), assim como do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 26, parágrafo único), rejeitam a perfilhagem por interesse material, ordenando seja legalmente recusada qualquer pesquisa genética movida pelo interesse financeiro, como sucede quando um pai quer reconhecer filho morto e que em vida nunca quis registrar, motivado pelo interesse apenas no espólio deixado pelo descendente falecido e com o qual jamais irá exercer qualquer função parental.

As hipóteses acima elencadas estão previstas no provimento de nº 149 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelecendo o art. 505, §1º que: “O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade será irrevogável, somente podendo ser desconstituído pela via judicial, nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação” (Conselho Nacional de Justiça, 2023).

Há de se levar em consideração, ainda, a violação dos deveres parentais. Como se sabe, uma vez reconhecida a filiação socioafetiva, pai, mãe e filho assumem seus direitos e deveres resultantes do poder familiar perante a lei.

A filiação socioafetiva reconhece a afetividade e a convivência como elementos constitutivos da relação familiar, muitas vezes em substituição ou em complementaridade ao vínculo biológico. Assim, o pai socioafetivo assume as mesmas obrigações de qualquer pai biológico.

A violação do dever parental, em se tratando de filiação socioafetiva, ocorre quando o pai ou a mãe de uma criança ou adolescente, com base em vínculos de afeto e de convivência, deixam de cumprir obrigações previstas em lei, prejudicando o desenvolvimento integral do filho.

Isso ocorre quando há falta de cuidado, agressões ou abusos – qualquer forma de violência física, psicológica ou moral – e de assistência educacional e desrespeito à dignidade, isto é, exposição do filho às situações humilhantes ou degradantes.

Nesses casos, a filiação socioafetiva pode ser desconstituída em casos de violação grave dos deveres parentais, devendo ficar demonstrado que o desfazimento é necessário para proteger os direitos da criança ou do adolescente.

Apesar de a filiação socioafetiva se basear em vínculo de afeto e de convivência, ela gera os mesmos direitos e deveres que uma filiação biológica. Assim, quando há violação dos deveres parentais, o vínculo pode ser legalmente desfeito. Sobre o tema, Valadares (2015, p. 369) explica que:

Se o genitor, de forma livre e espontânea, não cumpriu os deveres decorrentes do poder familiar, não exerceu uma paternidade funcionalizada, e conseqüentemente, rompeu o princípio de solidariedade existente na relação paterno-filiar, não pode, posteriormente, exigir do filho uma atitude diversa daquela que ele teve com o mesmo [sic], visto que a relação entre pai e filho é pautada pela reciprocidade.

Assim, entendemos ser possível, quando não há a presença da socioafetividade em uma relação de pai e filho, o exercício do direito de ação pelo filho prejudicado, assim como numa ação de destituição de poder familiar, para desconstituir a paternidade, principalmente quando o filho é maior e comprovou a irresponsabilidade, o abandono ou o não cumprimento da função paterna de forma geral.

É importante ressaltar que a questão ainda pode ser analisada sob a ótica do filho reconhecido que, diante dessas situações excepcionais, poderá ser o autor do requerimento de desconstituição da filiação socioafetiva.⁸ Isso se justifica pelo fato de que o filho não pode ficar vinculado a uma relação de convivência que nunca foi verdadeira ou que o vínculo afetivo não existiu de fato, especialmente diante dos efeitos jurídicos decorrentes.

O rompimento do vínculo socioafetivo é uma exceção a ser analisada de acordo com as peculiaridades de cada caso. Embora tenha havido uma evolução acerca do reconhecimento jurídico da filiação decorrente do afeto,

⁸ Nesse ponto, o Projeto de Lei nº 04/2025 contou com previsão expressa nesse sentido no art. 1.614-A: “O filho pode impugnar o reconhecimento de parentalidade a qualquer tempo” (Brasil, 2025, p. 151).

mostra-se necessário o aperfeiçoamento dos critérios jurídicos vigentes, principalmente quanto às hipóteses de desconstituição do parentesco socioafetivo, de modo a ser considerado o melhor interesse do filho envolvido.

5

PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS CRITÉRIOS JURÍDICOS

Os estudos sobre a o parentesco socioafetivo avançaram no ordenamento jurídico brasileiro, ficando reconhecida, sem objeção, a relação de filiação decorrente exclusivamente do afeto.

Tal forma de filiação trouxe novos desafios jurídicos, sendo necessário estabelecer critérios claros para o seu reconhecimento e as consequências, assim como as hipóteses de desfazimento ou desconstituição do vínculo jurídico estabelecido entre pais e filhos, notadamente diante das implicações jurídicas e emocionais para as partes envolvidas.

Ao se estabelecer um estado de filiação há também o surgimento de responsabilidades legais e sociais, como o dever de sustentar, educar e cuidar do filho.

A desconstituição da filiação socioafetiva pode ter implicações significativas para a criança ou o adolescente, como a perda da convivência familiar e de direitos relacionados à pensão alimentícia, herança e outros benefícios. Portanto, as consequências desse desfazimento devem ser cuidadosamente consideradas.

Dessa forma, considerando que a desconstituição da filiação socioafetiva influencia nesses deveres, devem ser estabelecidos critérios claros de como esse vínculo pode ser desfeito, para evitar que os pais se esquivem de suas obrigações de forma injusta ou irresponsável.

O estudo dos critérios jurídicos da desconstituição da filiação socioafetiva é relevante por envolver a ponderação de direitos e deveres tanto dos pais quanto dos filhos. Embora a teoria jurídica e a jurisprudência sejam convergentes quanto ao assunto, ainda há o que se amadurecer sobre o tema, de forma que as teses sejam discutidas e aperfeiçoadas.

5.1 Avaliação da suficiência e adequação dos critérios atuais

Os critérios para a desconstituição da filiação socioafetiva ainda são temas em desenvolvimento no Direito de Família. Atualmente, não existe uma legislação específica e padronizada sobre o assunto e muitos dos critérios são derivados de analogias com outras formas de filiação, como a biológica ou a adoção.

Conforme abordado, a teoria jurídica defende que a desconstituição da filiação socioafetiva é cabível no caso de vício de consentimento derivado do erro ou fraude, simulação e violação dos deveres parentais.

Diante da falta de uma legislação específica e clara prevendo tais hipóteses, a interpretação sobre o tema tem ficado a cargo do Poder Judiciário, que, por diversas vezes, é acionado com pretensões referentes ao desfazimento do vínculo de filiação decorrente da socioafetividade.

A normatização referente à filiação socioafetiva no Brasil acontece pela via jurisprudencial, sendo o Superior Tribunal de Justiça – no julgamento do Recurso Extraordinário nº 898.060/SC – o precursor na análise da relação baseada exclusivamente no afeto (Calderón, 2017, p. 214).

Tem-se observado que as decisões judiciais são no sentido de se manter o vínculo de filiação socioafetiva, mesmo em caso de percepção equivocada da realidade, isto é, quando o pai ou a mãe, acreditando haver vínculo biológico com o filho, assim o reconhece.

Nesses casos, o Poder Judiciário tem entendido que, não obstante a possível ocorrência de vício de consentimento, devem prevalecer o laço afetivo estabelecido entre os envolvidos e, assim, a filiação, especialmente diante da necessidade de observância do melhor interesse da criança ou do adolescente.

Ocorre que a filiação socioafetiva é constituída de forma voluntária pelos envolvidos, não podendo ser imposta de forma unilateral. A busca por um entendimento mútuo e a formalização dessa relação, se desejada, deve ocorrer de maneira consensual e respeitosa.

Cassettari (2015, p. 51) assim entende: “se não há reciprocidade, como iremos estabelecer uma parentalidade que não estará, nunca mais, calcada no afeto? Entendemos ser um verdadeiro absurdo a imposição de uma parentalidade se não há mais afeto entre pais e filhos”.

O melhor interesse da criança deve sim ser considerado, mas o reconhecimento de uma filiação socioafetiva sem averiguar a voluntariedade dos envolvidos pode ser prejudicial ao bem-estar do filho, pois os efeitos do reconhecimento da filiação dependem, com efeito, da qualidade da relação. Em alguns casos, atribuir a condição de pai ou mãe a alguém pode gerar

conflitos, pois nem sempre essa pessoa exercerá a figura paterna ou materna, trazendo, assim, prejuízo à criança ou ao adolescente.

Kátia Regina Maciel, presidente da Comissão da Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), ao comentar o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça quanto à possibilidade de ser devida a desconstituição da filiação, em caso de engano sobre a verdade biológica, sustenta que tal decisão respeitou o melhor interesse da criança, ao possibilitar a formação de uma nova entidade familiar baseada na voluntariedade e real afeto, e não uma embasada em uma relação imposta (STJ [...], 2015).

Nesse ponto, Fernandes (2018, p. 44) questiona: “até que ponto uma decisão judicial de procedência modificará realmente a realidade e efetivamente irá contribuir para a formação de uma relação de filiação baseada no afeto entre pai e filho?”.

A paternidade ou maternidade é muito mais que o provimento de necessidades materiais. Em um ambiente com uma relação saudável, o filho pode desenvolver uma identidade sólida, com a constituição de valores, da singularidade como pessoa e de sua dignidade humana adquiridos, principalmente, na convivência familiar durante a infância e na adolescência (Farias; Rosenvald, 2010, p. 86).

Outra hipótese a ser analisada é quando a filiação socioafetiva é constituída de forma voluntária. Para desconstituir essa filiação, geralmente, são necessárias razões que justifiquem a alteração da situação fática, como a falta de vínculo afetivo, mudança nas circunstâncias de vida ou a alienação parental.

Com alterações significativas nas condições de vida que afetam o vínculo afetivo, a manutenção da filiação pode deixar de ser benéfica para o filho. Dessa forma, obrigar o pai ou a mãe a assumirem os encargos decorrentes da filiação pode gerar uma relação conflituosa, ocasionando, inclusive, negligência quanto aos deveres parentais (Fernandes, 2018, p. 56).

A imposição de obrigações pode gerar sentimentos de pressão e resistência, sobretudo quando o pai ou a mãe não se sente preparado ou disposto a assumir tais responsabilidades, o que pode causar tensões e comprometer a dinâmica familiar em sua totalidade.

Fernandes (2018, p. 45) ainda acrescenta que “muitas vezes se esquece de que atribuir a paternidade daquela criança a alguém pode não solucionar todos os problemas existentes e até mesmo gerar novos conflitos, visto que não se sabe se o pai, realmente, exercerá a figura de pai”.

O procedimento de desconstituição da filiação socioafetiva, em geral, envolve a análise do caso pelo Judiciário, que avaliará os interesses das partes envolvidas, especialmente se houver crianças ou adolescentes.

Ocorre que a avaliação da existência de vínculo afetivo pode ser subjetiva, levando a decisões que variam de um caso para outro, o que pode gerar insegurança jurídica. Isso porque vigora no ordenamento jurídico brasileiro o princípio do livre convencimento motivado, de forma que um magistrado tem liberdade para avaliar as provas, atribuir-lhes valor e interpretá-las de acordo com a sua compreensão (Brasil, [2025c]).

Assim, as decisões judiciais são proferidas com base na percepção do magistrado do caso que lhe é posto para julgamento, sem a participação de um profissional capacitado para avaliar a existência ou não de laços afetivos e as consequências de eventual desfazimento da relação de filiação, fato que demanda conhecimento técnico. Dessa forma, é importante que os profissionais envolvidos tenham formação e sensibilidade para lidar com as complexidades das relações socioafetivas.

É importante buscar orientação jurídica adequada, pois cada caso é único e requer uma análise cuidadosa das implicações legais e emocionais envolvidas. Conforme defende Park (2022, p. 20):

É nítido que a paternidade socioafetiva consolidada não pode se desfazer apenas com a intervenção jurídica, sem a análise da respectiva situação, perante o valor mais importante nessa relação paterno-filial, sendo o melhor interesse da criança ou adolescente, observando sua integridade física e psicológica. É imprescindível observar que o conflito de desconstituição de filiação, mesmo afetando a genitora, afetará, principalmente, o filho envolvido, uma vez que esse enfrentará uma proteção constitucional que lhe foi conferida.

Além disso, a falta de diretrizes claras sobre o que constituiria a extinção do vínculo de afetividade dificulta a adoção de critérios para a análise.

O vínculo socioafetivo é, por sua natureza, emocional, de convivência e não apenas uma questão legal. Isso significa que o conceito de afeto e de convivência significativa pode ser interpretado de diferentes maneiras, sendo difícil mensurar ou definir, de forma clara, quando ele se rompe.

A extinção é, frequentemente, associada às situações de natureza subjetiva, como a falta de sentimento de afeto, que pode ser interpretada de diferentes formas e depender das circunstâncias do caso, como a intensidade da convivência e a vontade das partes envolvidas.

Não há previsão na legislação sobre esse tema, sendo exigida uma interpretação judicial baseada nas particularidades de cada situação. Em razão dessa falta de clareza, as decisões judiciais podem ser contraditórias, o que gera insegurança jurídica. Um magistrado pode considerar que o vínculo foi extinto em um caso, enquanto em outro que o vínculo permanece. Isso depende da análise subjetiva de cada um sobre os fatos, testemunhas e circunstâncias do caso, sem uma definição precisa de parâmetros a serem seguidos.

A desconstituição da filiação socioafetiva, isto é, a desvinculação do pai ou mãe do filho, pode ter consequências emocionais significativas para os envolvidos, que, em alguns casos, são irreversíveis, a depender da intensidade da relação construída (Jesus, 2018, p. 26), o que nem sempre pode ser observado nas decisões judiciais sobre o tema.

As hipóteses reconhecidas pelo ordenamento jurídico que possibilitam a desconstituição da filiação socioafetiva devem sempre ser analisadas com cautela, considerando o bem-estar do filho, bem como o contexto em que a relação se desenvolveu.

A extinção do vínculo socioafetivo, no caso de crianças e de adolescentes, exige um cuidado, pois ele exerce um papel fundamental no desenvolvimento emocional e psicológico. Quando a convivência e o afeto entre as partes são interrompidos, isso pode afetar, em alguns casos, o bem-estar da criança e do adolescente, o que deve ser considerado.

Dessa forma, a falta de diretrizes claras sobre a extinção do vínculo socioafetivo cria um cenário de incertezas jurídicas, especialmente quando envolvem crianças e adolescentes. A interpretação subjetiva dos fatos e a ausência de critérios bem definidos podem resultar em decisões inconsistentes, o que pode afetar tanto o bem-estar emocional das partes envolvidas quanto a aplicação da lei.

5.2 Recomendações para o aperfeiçoamento normativo

Para aprimorar o marco jurídico da filiação socioafetiva e assegurar que tanto seu reconhecimento, quanto sua eventual desconstituição sejam realizados de forma justa e protetiva, especialmente para crianças e adolescentes, é importante considerar algumas recomendações específicas.

Em primeiro lugar, como exposto por Gabriela Oliveira Freitas e Sérgio Henriques Zandona Freitas (2021, p. 288), o ordenamento jurídico não deve apenas tutelar determinados direitos, como também garantir que esses direitos possam ser amplamente exercidos.

Dessa forma, a criação de um marco legal específico para o reconhecimento da filiação socioafetiva, além de permitir o exercício pleno do direito de estabelecimento do parentesco baseada no afeto, conferiria segurança jurídica aos envolvidos.

Como defendido por Artoni (2019, p. 91): “o tema merece um posicionamento claro e expresso do poder legislativo, a fim de extirpar, de uma vez por todas, todas as dúvidas e questionamentos que remanescem, conferindo assim concreta segurança jurídica a toda sociedade que vivencia a socioafetividade”.

Assim, uma lei específica poderia definir com clareza os critérios e procedimentos para o reconhecimento desse tipo de filiação, estabelecendo requisitos objetivos para comprovação do vínculo. Para tanto, seria essencial incluir diretrizes claras sobre como se daria a comprovação da existência de convivência e afeto entre os envolvidos, bem como o exercício efetivo de funções parentais, protegendo os interesses e deveres dos envolvidos.

No ordenamento jurídico brasileiro vigente, inexistente uma legislação em sentido estrito sobre o tema. O Código Civil de 2002, em seu artigo 1.597,

estabelece que a filiação pode ser reconhecida tanto por laços biológicos (filiação consanguínea), quanto por adoção (Brasil, [2024b]). A inclusão da filiação socioafetiva não está expressa no Código Civil, mas é amplamente reconhecida pela teoria jurídica e pela jurisprudência.

Ao tratar da filiação, o art. 1596, também do Código Civil (Brasil, [2024b]), estabelece a possibilidade de reconhecimento de filhos biológicos, adotivos e ainda daqueles decorrentes de uma relação afetiva.

No Projeto de Lei nº 04/2025 – que trata da atualização do Código Civil (Brasil, 2025) –, houve previsão expressa da filiação socioafetiva, sendo, inclusive, estabelecida a necessidade de adoção do procedimento judicial em caso de crianças, adolescentes e incapazes e a possibilidade de adoção do procedimento extrajudicial para pessoas capazes e maiores de 18 anos.⁹

Conquanto isso seja um avanço com relação à legislação vigente, não houve, com efeito, o estabelecimento de critérios expressos de como a filiação socioafetiva restaria caracterizada, isto é, quais os requisitos necessários para o reconhecimento do parentesco decorrente do afeto.

Houve, apenas, a ressalva quanto à relação entre padrasto e enteado no art. 1.512-G (Brasil, 2025),¹⁰ notadamente quanto ao fato da convivência entre eles não necessariamente gerar vínculo de filiação, o que já é defendido pela teoria jurídica. Nesse sentido, Paes (2021, p. 174) destaca que:

a simples relação de padrastio não implica, automaticamente, na caracterização de parentesco socioafetivo com os efeitos jurídicos disso decorrentes. Em verdade, para que este último se conforme, demanda-se, além da convivência fática entre padrasto/ madrastra

⁹ Cf. Brasil, 2025, p. 152: “Art. 1.617-C. O reconhecimento de filiação socioafetiva de crianças, de adolescentes, bem como de incapazes, será feito por via judicial. § 1º Para pessoas capazes e maiores de dezoito anos, havendo a concordância dos pais naturais, dos pais socioafetivos e do filho, o reconhecimento poderá ser feito extrajudicialmente, cabendo ao oficial do Registro Civil reconhecer a existência do vínculo de filiação e levá-lo a registro. § 2º Em caso de discordância de um ou de ambos os genitores naturais, o reconhecimento da multiparentalidade poderá ser buscada judicialmente”.

¹⁰ “Art. 1.512-G. Cônjuges e conviventes não são parentes, mas parceiros de comunhão de vida por decorrência de casamento ou de união estável, presente o vínculo conjugal ou convivencial. Parágrafo único. Os filhos providos de outros relacionamentos do cônjuge ou do convivente são enteados e desse fato não decorre, por si só e necessariamente, vínculo de filiação socioafetiva” (Brasil, 2025, p. 1.374).

e enteado, a existência de elemento afetivo qualificador desse convívio.

A regulamentação de forma mais abrangente, com efeito, possibilitaria mais clareza sobre os direitos e deveres decorrentes da filiação socioafetiva. Quando há o reconhecimento do vínculo de filiação, é fundamental que as partes envolvidas tenham os mesmos direitos e responsabilidades que existem em uma relação de filiação biológica, como direitos de sucessão, pensão alimentícia e convivência familiar.

A falta de uma regulamentação pode gerar demandas judiciais desnecessárias quando os termos da filiação socioafetiva não estão claramente definidos. A regulamentação oferece um caminho mais seguro para o reconhecimento do vínculo, evitando litígios e insegurança jurídica para as partes envolvidas.

Quando há a regulamentação da filiação socioafetiva, o principal beneficiado é a criança ou o adolescente, a quem é conferido proteção jurídica necessária para assegurar seus direitos, além de garantir que o pai ou a mãe assumam sua responsabilidade. Além disso, torna o procedimento mais eficaz, protegendo o filho contra eventuais contestações posteriores sobre a origem da filiação.

Além disso, a ausência de uma regulamentação adequada possibilita o uso abusivo da filiação socioafetiva por pessoas que buscam manipular a existência de uma relação para obter vantagens financeiras ou outros benefícios. A regulamentação ajudaria a evitar esses abusos e protegeria os direitos dos envolvidos.

Registra-se que há, como abordado em capítulo anterior, a regulamentação do procedimento de reconhecimento da filiação socioafetiva por meio de provimento do Conselho Nacional de Justiça, que possibilitou a utilização do meio extrajudicial.

Embora seja um avanço sobre a matéria, ao tornar o procedimento mais acessível, algumas questões devem ser consideradas, como a falta de segurança jurídica. Carvalho (2021, p. 403) defende que ela é “diretamente impactada pela extrajudicialização, uma vez que esta prática visa simplificar e desburocratizar procedimentos anteriormente restritos ao âmbito judicial”.

Há o risco de que uma das partes seja induzida a reconhecer uma filiação sem compreender completamente as implicações jurídicas desse ato, como direitos de herança e obrigações alimentícias. Isso ocorre, por exemplo, quando uma pessoa, envolvida em um relacionamento amoroso, decide reconhecer o filho de seu cônjuge ou sua companheira em razão da convivência, sem refletir sobre a consequência desse ato quanto aos efeitos jurídicos e, após o término desse relacionamento, se vê envolvida em obrigações que não deseja, mas que assumiu em decorrência do relacionamento.

Dessa forma, tem-se a possibilidade de que reconhecimentos sejam realizados, em alguns casos, de maneira irrefletida sobre seus efeitos, gerando arrependimento e pedido posterior de desconstituição, conforme defende Silva (2022, p. 151).

Nesse ponto, há de se fazer uma reflexão sobre a regulamentação específica sobre a adoção do procedimento extrajudicial, especialmente quanto à necessidade de orientação jurídica, como já ocorre em outros procedimentos desjudicializados. A título exemplificativo, pode-se citar o previsto na Lei nº 11.441/07 (realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa) (Brasil, 2007) e no Provimento nº 121/2021 (Usucapião extrajudicial) (Conselho Nacional de Justiça, 2021).

A parentalidade socioafetiva não deve ser tratada como uma simples possibilidade de se dirigir a uma serventia extrajudicial e realizar o reconhecimento, pois isso traz implicações jurídicas, como dever de prestar alimentos, direitos sucessórios e previdenciários. Além disso, deve ser levado em consideração que tal procedimento pode ser utilizado para validar adoções irregulares.

A via extrajudicial, apesar de ser uma alternativa adequada quando as partes estão de acordo, pode apresentar problemas em casos mais complexos, em que a orientação jurídica é fundamental para assegurar a legalidade e a proteção dos direitos de todos os envolvidos, especialmente da criança ou do adolescente.

Com a participação de um profissional da área jurídica, as partes podem ser orientadas sobre os direitos e os procedimentos necessários para

formalizar o ato de reconhecimento da filiação. A regulamentação de um regime de multiparentalidade poderia garantir que, em casos nos quais há vínculos tanto biológico, quanto socioafetivo, o filho pudesse ter todos esses vínculos reconhecidos legalmente.

Essa medida visa respeitar o direito do filho a todas as suas referências afetivas. Com isso, assegura-se direitos como herança, alimentação e educação, independente de quantos pais ou mães ele tenha.¹¹

Outro ponto elementar seria a regulamentação expressa das hipóteses de desconstituição da filiação socioafetiva, o que proporcionaria segurança jurídica para os envolvidos. Sem uma norma bem definida, há um risco de decisões contraditórias ou inconsistentes, o que pode resultar em desigualdade de tratamento em casos semelhantes.

Vale ressaltar que, conquanto o Projeto de Lei nº 04/2025 – que trata da atualização do Código Civil – tenha previsto de forma expressa a filiação socioafetiva, não houve qualquer disposição quanto às hipóteses de sua desconstituição (Brasil, 2025). Ocorreu, inclusive, a supressão da previsão de desconstituição no art. 1.604 do Código Civil, que estabelece a possibilidade de vindicar o contrário do que consta no registro de nascimento, em caso de demonstração de erro ou falsidade (Brasil, [2024b]).

Diante disso, tem-se que a análise acerca da desconstituição da filiação socioafetiva fica a cargo do Poder Judiciário, o qual é acionado por meio de demandas negatórias de paternidade ou maternidade.

Nesse ponto, observa-se que as decisões são proferidas sem o apoio técnico de profissionais capacitados para analisar os efeitos decorrentes de uma eventual ruptura da relação familiar ou, ainda, da sua manutenção, mesmo diante do desinteresse do pai ou da mãe. Esse ponto pode ser verificado, por exemplo, no julgamento do Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.755.970/MG (Brasil, 2023b) e do Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.526.268/RJ (Brasil, 2023a). Nesses julgados, embora inexistente o vínculo biológico entre as partes, foi mantida a filiação em razão da socioafetividade, mesmo diante do desinteresse do pai que propôs a ação

¹¹ Sobre o tema, o Projeto de Lei nº 04/2025 contou com previsão expressa no art. 1.617-B, que estabelece: “Art. 1.617-B. A socioafetividade não exclui nem limita a autoridade dos genitores naturais, sendo todos responsáveis pelo sustento, zelo e cuidado dos filhos em caso de multiparentalidade” (Brasil, 2025, p. 152).

negatória de paternidade. Com isso, não foram avaliadas as consequências da manutenção da entidade familiar na situação descrita nos autos.

A participação de profissionais é fundamental no processo que envolva a desconstituição da filiação socioafetiva, especialmente para garantir que o procedimento seja conduzido de maneira adequada, pois conforme defendem Gabriela Oliveira Freitas e Sérgio Henriques Zandona Freitas (2021, p. 285): “A atividade jurisdicional não pode, portanto, ser reduzida a mera vontade do intérprete (julgar conforme sua consciência), como se a realidade fosse reduzida à sua representação subjetiva”.

Além disso, devem ser observados os direitos das partes envolvidas, de forma a evitar danos emocionais e psicológicos. A respeito do tema, Fernandes (2018, p. 50) faz uma importante observação no sentido de que:

[...] o melhor interesse da criança e do adolescente não consiste no que o Juiz entende ser o melhor, mas o que objetivamente satisfaz aos seus direitos fundamentais em maior grau possível, à sua dignidade como pessoa em desenvolvimento, através da ponderação de interesses e aplicação do princípio da razoabilidade, visto que seus direitos prioritariamente gozam de proteção constitucional, mesmo que colidam com o direito dos pais e da própria família.

Profissionais qualificados podem facilitar que esse processo seja realizado de forma mais justa, sensível e ética, levando em consideração as complexidades emocionais e legais envolvidas.

A desconstituição do vínculo de filiação pode causar sofrimento emocional, especialmente para a criança ou adolescente envolvido, conforme defendem Sanches e Arantes (2014, p. 81), que acrescentam que a ruptura do relacionamento geraria “transtorno psicológico que acarretaria dizer a uma criança que o indivíduo que ela teve durante toda sua existência como pai nada mais é para ela”.

Assim, psicólogos poderiam fornecer suporte para lidar com as emoções complexas que surgem durante esse processo. Além disso, avaliaram o impacto psicológico da desconstituição e ofereceriam aconselhamento adequado.

Dessa forma, na análise judicial dos pedidos de desconstituição da filiação socioafetiva seria importante exigir pareceres técnicos de profissionais da psicologia e da assistência social antes de qualquer decisão judicial, avaliando os impactos emocionais e psicológicos do rompimento do vínculo para o desenvolvimento do filho, principalmente quando há evidências de que a desconstituição pode afetar o bem-estar de maneira significativa.

Jesus (2018, p. 43), ao analisar a possibilidade de desconstituição da filiação socioafetiva pela ausência de afeto, também defende a necessidade de estudo de profissionais, entendendo que:

Para tanto é necessário que essa perda do vínculo seja atestada de modo que não incorra sobre o Princípio do Melhor interesse da Criança e Adolescente, neste sentido faz-se necessário o acompanhamento de profissionais do ramo psicológico e jurídico para que através de apreciações e laudos, evidencie que de fato ocorreu a perda do vínculo e afetividade entre pai e filho, tal apreciação é imprescindível, pois é através desta equipe multidisciplinar do Fórum, formada por psicólogos e assistentes sociais que poderá ser comprovado que a desconstituição da filiação socioafetiva não causará danos em efeitos de direitos já estabelecidos, bem como em danos psíquicos, preservando assim o princípio da dignidade da pessoa humana.

É importante ressaltar que profissionais, como assistentes sociais ou mediadores, podem atuar para buscar soluções que minimizem o impacto negativo da desconstituição, promovendo o diálogo e o entendimento entre as partes, especialmente se houver resistência ou falta de comunicação.

Registra-se que a participação de profissionais não é defendida apenas em casos de procedimentos judiciais, mas, também, em procedimentos extrajudiciais. Leite (2022, p. 217), assim escreve:

Podemos aqui, ainda, propor que nada impede a apresentação de laudo ou estudo social e psicológico no âmbito extrajudicial. Da mesma forma que o Ministério Público, órgão independente, é ouvido no procedimento, podem também ser ouvidos no procedimento os centros de referência de assistência social (Cras)

do município de residência do menor ou psicólogos. Basta um esforço conjunto dos diferentes órgãos para atuar com vistas ao melhor interesse do menor.

Além da participação de profissionais, a implementação de uma fase de transição, com acompanhamento especializado – como o de psicólogos e assistentes sociais – ao filho e à família socioafetiva, proporcionaria uma adaptação gradual e menos traumática ao novo cenário familiar.

Nesse período, antes de ser adotada qualquer decisão formal, as partes envolvidas poderiam refletir sobre a necessidade de desconstituir o vínculo de filiação socioafetiva, podendo haver a análise das razões que levaram à decisão e uma avaliação dos impactos dessa mudança.

Tal fase de transição possibilitaria a atuação de profissionais da mediação familiar ou psicólogos para avaliarem se a desconstituição do vínculo familiar seria o melhor caminho, podendo, inclusive, serem identificadas alternativas para resolver o conflito, sem a necessidade de desconstituição do vínculo afetivo.

Durante o período, a criança ou adolescente, parte mais sensível da relação, pode ter um acompanhamento de um profissional da psicologia, para lidar com eventual sentimento de rejeição, insegurança ou confusão, fazendo com que os efeitos negativos da mudança familiar não afetem o seu bem-estar.

Registra-se que, mesmo após a o desfazimento formal do vínculo socioafetivo, é importante que a criança ou adolescente receba suporte psicológico para lidar com as mudanças em sua vida afetiva e familiar, de forma que a fase de transição deve ser estabelecida de acordo com caso a ser analisado, com o acompanhamento necessário para garantir que o filho se ajuste adequadamente à nova situação familiar.

Cada pedido de desconstituição da parentalidade socioafetiva pode ser único, sendo fundamental, portanto, que todas as partes envolvidas sejam orientadas adequadamente por profissionais, entre eles advogados, psicólogos e assistentes sociais, para garantir que a desconstituição da filiação socioafetiva aconteça da maneira mais saudável e justa possível.

Conquanto a jurisprudência tenha decisões importantes sobre o reconhecimento e desconstituição da filiação socioafetiva, a regulamentação

legislativa proporciona estabilidade e uniformidade nas decisões judiciais, evitando interpretações conflitantes sobre o assunto.

Em outras palavras, a regulamentação poderia fortalecer a segurança jurídica e promover o bem-estar emocional e psicológico da criança ou do adolescente, possibilitando a construção de um ordenamento jurídico mais protetivo, tanto em relação ao reconhecimento quanto em relação à manutenção e desconstituição da filiação socioafetiva, protegendo, assim, os direitos das partes envolvidas.

6

CONCLUSÃO

A filiação socioafetiva é uma realidade presente nas famílias contemporâneas e amplamente reconhecida tanto pela sociedade quanto pelo ordenamento jurídico brasileiro. Esse conceito representa a construção de vínculos parentais baseados no afeto, na convivência e no cuidado, independentemente de laços biológicos.

Esse tipo parentesco é decorrente da mudança da forma em que as pessoas se relacionam, que, deixando de levar em consideração apenas os vínculos biológicos, passou a considerar a afetividade como o critério para a formação de vínculos familiares e de desenvolvimento pessoal.

Embora a filiação socioafetiva seja reconhecida pelo ordenamento jurídico, não há, na legislação civil, previsão expressa de tal forma de parentesco. O Código Civil, em seu art. 1.593, ao estabelecer que o parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou de outra origem, abriu espaço para o reconhecimento da filiação não decorrente de laços biológicos, como o baseado exclusivamente na afetividade (Brasil, [2024b]).

Tal reconhecimento, com efeito, promove a inclusão e o respeito às diferentes formas de família, garantindo o bem-estar e o desenvolvimento do filho. Além disso, dada a ausência, pelo ordenamento jurídico brasileiro, de diferença entre as espécies de filiação – a teor do que estabelece o art. 227, §6º, da Constituição da República –, são garantidos aos envolvidos todos os direitos decorrentes, como os alimentícios, os sucessórios e os previdenciários (Brasil, [2024a]).

A teoria jurídica e a jurisprudência brasileira convergem no sentido de reconhecer o afeto como fato gerador de parentalidade, sendo possível o reconhecimento da filiação socioafetiva tanto pela via extrajudicial, matéria regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de provimentos, quanto pela via judicial.

O registro civil de nascimento possui presunção relativa de veracidade, nos termos do art. 1.604 do Código Civil, podendo ser invalidado na hipótese de erro ou falsidade do registro (Brasil, [2024b]). Não obstante, ainda há questões a serem discutidas e aperfeiçoadas, como os critérios para reconhecimento do estado de filiação socioafetiva e as hipóteses de desconstituição desse parentesco.

Diversas demandas são submetidas ao Poder Judiciário visando ao desfazimento do parentesco socioafetivo, muitas fundamentadas em vício de consentimento na realização do registro civil, motivado pelo desconhecimento da verdade biológica. Em tais casos, tem-se decidido pela manutenção da relação de parentesco, ao argumento de que ficou estabelecida a filiação socioafetiva, devendo, ainda, ser observado o melhor interesse da criança ou do adolescente envolvido, que poderá sofrer danos com a ruptura da relação familiar.

As hipóteses reconhecidas pelo ordenamento jurídico que possibilitam a desconstituição da filiação socioafetiva devem ser analisadas com cautela, pois cada caso é único e requer uma análise cuidadosa das implicações legais e emocionais envolvidas.

Mesmo que se esteja diante de situações excepcionais, como ausência de vínculo socioafetivo entre as partes, fraude, simulação e violação dos deveres parentais, a desconstituição do parentesco pode ter implicações significativas para a criança ou para o adolescente, como a perda da convivência familiar e de direitos relacionados.

Como resultado da pesquisa, confirma-se a hipótese de pesquisa, ou seja, a de que os critérios e as práticas jurídicas adotadas para a desconstituição da filiação socioafetiva são insuficientes, necessitando de aperfeiçoamento.

Por isso, mostra-se necessária a regulamentação expressa do tema, com critérios objetivos e transparentes não só de como estaria comprovado e constituído o estado de filiação, como, também, o cabimento e as hipóteses de desconstituição. Dessa forma, haverá uma uniformização sobre o tema e uma maior segurança jurídica.

Por se tratar, em alguns de casos, de uma realidade vivenciada pelas partes, sem qualquer ato de constituição expresso, demandas são submetidas ao Poder Judiciário visando o reconhecimento da filiação socioafetiva, ficando a cargo do magistrado analisar as circunstâncias do caso concreto, decidindo de acordo com seu livre convencimento acerca das provas produzidas. Esse fato, como exposto pelas jurisprudências apresentadas, desencadeia uma ausência de uniformização sobre o tema.

Ainda são apresentadas ao Poder Judiciário pretensões de desconstituição da filiação que, de igual modo, são solucionadas de acordo com a percepção do julgador. Nesse ponto, a despeito do ordenamento jurídico estabelecer que o magistrado é livre na apreciação das provas e na formação de convencimento, seria importante a presença de pareceres técnicos de profissionais da psicologia e de assistência social antes de qualquer decisão sobre o tema. Com isso, haveria uma avaliação técnica dos impactos emocionais e psicológicos causados pelo rompimento do vínculo no desenvolvimento do filho.

Reconhecer a prevalência da filiação socioafetiva nem sempre é a medida adequada para a solução da controvérsia dos envolvimento na relação familiar, devendo cada caso ser analisado de acordo com as suas peculiaridades.

As mudanças no ordenamento jurídico sobre o tema, notadamente no que se refere à regulamentação expressa do parentesco socioafetivo, conferirão uma maior segurança jurídica, propiciando um sistema normativo mais sensível, justo e protetivo, tanto em relação ao reconhecimento quanto à manutenção e possível desconstituição da filiação socioafetiva.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Fabíola. A reconfiguração da presunção *Pater Ist Est*. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). *Família e responsabilidade: teoria e prática do Direito de Família*. Porto Alegre: Magister/IBDFAM, 2010. p. 257-270.
- ANNUNZIATO, Eduardo Sprada. *Multiparentalidade socioafetiva na pensão por morte do RGPS*. [S. n.]: Curitiba, 2020.
- ARTONI, Paula Baraldi. *O registro civil da filiação socioafetiva no Direito brasileiro*. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/1a6c20b7-0ee2-429e-9dc5-9fc4d2b1e8a0/content>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- BERTOLLA, Luana Michalski de Almeida; SGARBI, Vivian Martins; CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Anulação do registro civil de paternidade por erro substancial à luz dos novos paradigmas do direito de família. *Revista do Direito Público*, Londrina, v. 13, n. 2, p. 168-194, ago. 2018.
- BERTOLLA, Luana Michalski de Almeida; SGARBI, Vivian Martins; CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Anulação do registro civil de paternidade por erro substancial à luz dos novos paradigmas do Direito de Famílias. *Revista do Direito Público*, Londrina, v. 13, n. 2, p. 168-194, ago. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/30124>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2024a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.
- BRASIL. Conselho da Justiça Federal. I Jornada de Direito Civil. *Enunciado nº 103*. O Código Civil reconhece, no art. 1.593, outras espécies de parentesco civil além daquele decorrente da adoção, acolhendo, assim, a noção de que há também parentesco civil no vínculo parental proveniente quer das técnicas de reprodução assistida heteróloga relativamente ao pai (ou mãe) que não contribuiu com seu material fecundante, quer da paternidade socioafetiva, fundada na posse do estado de filho. Brasília, DF: CJF, [2016a]. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/734>. Acesso em: 10 maio 2025.

- BRASIL.** Conselho da Justiça Federal. I Jornada de Direito Civil. *Enunciado nº 108*. No fato jurídico do nascimento, mencionado no art. 1.603, compreende-se, à luz do disposto no art. 1.593, a filiação consanguínea e também a socioafetiva. Brasília, DF: CJF, [2016b]. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/740>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- BRASIL.** Conselho da Justiça Federal. IV Jornada de Direito Civil. *Enunciado nº 341*. Para os fins do art. 1.696, a relação socioafetiva pode ser elemento gerador de obrigação alimentar. Brasília, DF: CJF, [2007]. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/383>. Acesso em: 5 mar. 2025.
- BRASIL.** Conselho da Justiça Federal. V Jornada de Direito Civil. *Enunciado nº 519*. O reconhecimento judicial do vínculo de parentesco em virtude de socioafetividade deve ocorrer a partir da relação entre pai(s) e filho(s), com base na posse do estado de filho, para que produza efeitos pessoais e patrimoniais. Brasília, DF: CJF, 2012a. p. 81. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/vjornadadireitocivil2012.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- BRASIL.** Conselho da Justiça Federal. VIII Jornada de Direito Civil. *Enunciado nº 632*. Nos casos de reconhecimento de multiparentalidade paterna ou materna, o filho terá direito à participação na herança de todos os ascendentes reconhecidos. Brasília, DF: CJF, 2021a. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/1162>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- BRASIL.** *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [2025a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 16 maio 2025.
- BRASIL.** *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2024b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 2 fev. 2025.
- BRASIL.** *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação

- dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2025b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 16 maio 2025.
- BRASIL.** *Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007.* Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11441.htm. Acesso em: 28 dez. 2024.
- BRASIL.** *Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.* Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2025c]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 16 maio 2025.
- BRASIL.** *Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.* Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 5 fev. 2025.
- BRASIL.** *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.* Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2024c]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 mar. 2025.
- BRASIL.** *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.* Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2025d]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 16 maio 2025.
- BRASIL.** Senado Federal (Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil). *Relatório Final dos trabalhos da Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil.* Brasília, DF: Senado Federal, 2024a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/68cc5c01-1f3e-491a-836a-7f376cfb95da>. Acesso em: 28 ago. 2024.

- BRASIL.** Senado Federal. Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil. *Relatório Geral*. Brasília, DF: Senado Federal, 26 fev. 2024b.
- BRASIL.** Senado Federal. *Projeto de Lei nº 4, de 2025*. Dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9889374&ts=1742333124147&rendition_principal=S&di sposition=inline. Acesso em: 16 maio 2025.
- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 2.367.165/SP*. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA POST MORTEM C/C PETIÇÃO DE HERANÇA. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ [...]. Relator: Min. Humberto Martins, 19 de agosto de 2024c. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202301596174&dt_publicacao=22/08/2024. Acesso em: 15 nov. 2024.
- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Informativo de Jurisprudência nº 522*. Brasília, DF: STJ, 1º de agosto de 2013a. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/docs_internet/informativos/download/SelecaoInformativos20250514103837256.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.
- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Especial nº 1.244.957/SC*. PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. RECURSO ESPECIAL. REGISTRO CIVIL INVERÍDICO. ANULAÇÃO. POSSIBILIDADE. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. PREPONDERÂNCIA [...]. Relator: Min. Nancy Andrighi, 7 de agosto de 2012b. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201100682810&dt_publicacao=27/09/2012. Acesso em: 3 fev. 2025.
- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Especial nº 1.328.380/MS*. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE MATERNIDADE C/C PETIÇÃO DE HERANÇA. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO POST MORTEM DE MATERNIDADE SOCIOAFETIVA, COM A MANUTENÇÃO, EM SEU ASSENTO DE NASCIMENTO, DA MÃE REGISTRAL. ALEGAÇÃO DE QUE A MÃE REGISTRAL E A APONTADA MÃE SOCIOAFETIVA PROCEDERAM, EM CONJUNTO, À DENOMINADA

“ADOÇÃO À BRASILEIRA” DA DEMANDANTE, QUANDO ESTA POSSUÍA APENAS DEZ MESES DE VIDA. 1. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. NÃO OCORRÊNCIA. 2. CERCEAMENTO DE DEFESA. VERIFICAÇÃO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, RECONHECENDO-SE, AO FINAL, NÃO RESTAR DEMONSTRADA A INTENÇÃO DA PRETENSA MÃE SOCIOAFETIVA DE “ADOTAR” A AUTORA. O ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA REQUER A VONTADE CLARA E INEQUÍVOCA DA PRETENSA MÃE SOCIOAFETIVA, AO DESPENDER EXPRESSÕES DE AFETO, DE SER RECONHECIDA, VOLUNTARIAMENTE, COMO TAL, BEM COMO A CONFIGURAÇÃO DA DENOMINADA 'POSSE DE ESTADO DE FILHO', QUE, NATURALMENTE, DEVE APRESENTAR-SE DE FORMA SÓLIDA E DURADOURA. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, PARA ANULAR A SENTENÇA, DETERMINANDO-SE O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM, A FIM DE VIABILIZAR A INSTRUÇÃO PROBATÓRIA [...]. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze, 21 de outubro de 2014. Disponível em:

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102338210&dt_publicacao=03/11/2014. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Especial nº 1.330.404/RS*. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. 1. PREFACIAL. PRINCÍPIOS DA CONCENTRAÇÃO DA DEFESA NA CONTESTAÇÃO E DA ADSTRIÇÃO. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMENDA DA INICIAL, AQUIESCIDA PELA PARTE REQUERIDA, COM REITERAÇÃO DAS MATÉRIAS DE DEFESAS DESENVOLVIDAS NO CURSO DO PROCESSO. 2. MÉRITO. DECLARANTE, SOB A PRESUNÇÃO PATER IS EST, INDUZIDO A ERRO. VERIFICAÇÃO. RELAÇÃO DE AFETO ESTABELECIDADA ENTRE PAI E FILHO REGISTRAIS CALCADA NO VÍCIO DE CONSENTIMENTO ORIGINÁRIO. ROMPIMENTO DEFINITIVO. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO [...]. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze, 5 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201279511&dt_publicacao=19/02/2015. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Especial nº 1.500.999/RJ*. RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. PROCESSUAL CIVIL. ADOÇÃO PÓSTUMA. SOCIOAFETIVIDADE. ART. 1.593 DO CÓDIGO

CIVIL. POSSIBILIDADE. ART. 42, § 6º, DO ECA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. MAGISTRADO COMO DESTINATÁRIO DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA [...]. Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, 12 de abril de 2016a. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201400667083&dt_publicacao=19/04/2016. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Especial nº 1.814.330/SP*. DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE C/C ANULAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. RELAÇÃO SOCIOAFETIVA. EXISTÊNCIA. JULGAMENTO: CPC/2015 [...]. Recorrente: A. A. P. Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relatora: Min. Nancy Andrighi, 14 de setembro de 2021b. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201901331380&dt_publicacao=28/09/2021. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Especial nº 1.829.093/PR*. DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO DA DEFESA. OBSERVÂNCIA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. INEXISTÊNCIA. RELAÇÃO SOCIOAFETIVA. PRESENÇA. JULGAMENTO: CPC/2015 [...]. Relatora: Min. Nancy Andrighi, 1º de junho de 2021c. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201902228721&dt_publicacao=10/06/2021. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Especial nº 2.126.256/SC*. RECURSO ESPECIAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ADOÇÃO “INTUITU PERSONAE”. CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO. FRAUDE. TENTATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO SOCIAL. DANO MORAL COLETIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERESSE PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA [...]. Relatora: Min. Nancy Andrighi, 21 de maio de 2024d. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202302490821&dt_publicacao=10/06/2024. Acesso em: 15 ago. 2024.

- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Especial nº 922.462/SP*. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALIMENTOS. IRREPETIBILIDADE. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE FIDELIDADE. OMISSÃO SOBRE A VERDADEIRA PATERNIDADE BIOLÓGICA DE FILHO NASCIDO NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. DOR MORAL CONFIGURADA. REDUÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO [...]. Recorrentes: A L A P; L A S; F G B. Recorridos: os mesmos. Relator: Min. Ricardo Villas Boas Cueva, 4 de abril de 2013b. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200700301624&dt_publicacao=13/05/2013. Acesso em: 9 ago. 2024.
- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.441.464/CE*. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE POST MORTEM. REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA NÃO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. OFENSA AOS ARTS. 371 E 489 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO [...]. Relator: Min. Raul Araújo, 12 de setembro de 2022. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201803230584&dt_publicacao=20/09/2022. Acesso em: 20 mar. 2025.
- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.526.268/RJ*. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE REGISTRO CIVIL CUMULADA COM NEGATÓRIA DE PATERNIDADE E MATERNIDADE. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA. RECONHECIMENTO, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, DA CONSOLIDAÇÃO DOS LAÇOS FAMILIARES. INCONFORMISMO DOS AUTORES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 283/STF. AGRAVO DESPROVIDO [...]. Relator: Min. Raul Araújo, 28 de fevereiro de 2023a. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402581920&dt_publicacao=06/03/2023. Acesso em: 13 fev. 2025.

- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.755.970/MG*. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE C/C ANULAÇÃO DE REGISTRO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO REQUERIDO [...]. Relator: Min. Marco Buzzi, 27 de março de 2023b. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201801862428&dt_publicacao=31/03/2023. Acesso em: 3 jun. 2024.
- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 697.848/SC*. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO [...]. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 6 de setembro de 2016b. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500914352&dt_publicacao=13/09/2016. Acesso em: 13 abr. 2025.
- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Recurso Especial nº 1.333.360/SP*. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II DO CPC/1973. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO DA PATERNIDADE PELO COMPANHEIRO DA MÃE. INEXISTÊNCIA DE ERRO SUBSTANCIAL QUANTO À PESSOA. FORMAÇÃO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. IMPOSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO DO REGISTRO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA NÃO COMPROVADA [...]. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 18 de outubro de 2016c. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201440657&dt_publicacao=07/12/2016. Acesso em: 1 nov. 2024.
- BRASIL.** Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Recurso Especial nº 1.487.596/MG*. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE. TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO. PAI BIOLÓGICO. PAI SOCIOAFETIVO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO [...]. Relator: Min. Antônio Carlos Ferreira, 28 de setembro de 2021d. Disponível em:

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402634796&dt_publicacao=01/10/2021. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). *Recurso Extraordinário nº 898.060/SC. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL. CONFLITO ENTRE PATERNIDADES SOCIOAFETIVAE BIOLÓGICA. PARADIGMA DO CASAMENTO. SUPERAÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. EIXO CENTRAL DO DIREITO DE FAMÍLIA: DESLOCAMENTO PARA O PLANO CONSTITUCIONAL. SOBREPRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA (ART. 1º, III, DA CRFB). SUPERAÇÃO DE ÓBICES LEGAIS AO PLENO DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS. DIREITO À BUSCA DA FELICIDADE. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL IMPLÍCITO. INDIVÍDUO COMO CENTRO DO ORDENAMENTO JURÍDICO - POLÍTICO. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DAS REALIDADES FAMILIARES A MODELOS PRÉ-CONCEBIDOS. ATIPICIDADE CONSTITUCIONAL DO CONCEITO DE ENTIDADES FAMILIARES. UNIÃO ESTÁVEL (ART. 226, § 3º, CRFB) E FAMÍLIA MONOPARENTAL (ART. 226, § 4º, CRFB). VEDAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO ENTRE ESPÉCIES DE FILIAÇÃO (ART. 227, § 6º, CRFB). PARENTALIDADE PRESUNTIVA, BIOLÓGICA OU AFETIVA. NECESSIDADE DE TUTELA JURÍDICA AMPLA. MULTIPLICIDADE DE VÍNCULOS PARENTAIS. RECONHECIMENTO CONCOMITANTE. POSSIBILIDADE. PLURIPARENTALIDADE. PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL (ART. 226, § 7º, CRFB). RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. FIXAÇÃO DE TESE PARA APLICAÇÃO A CASOS SEMELHANTES [...]. Relator: Min. Luiz Fux, 21 de setembro de 2016d. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=134319>. Acesso em: 25 jan. 2025.*

CALDERÓN, Ricardo. Primeiras impressões sobre o Provimento 83 do CNJ. *Instituto Brasileiro de Direito de Família*, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: [https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/FINAL%20Coment%C3%A1rios%20Provimento%2083-2019%20CNJ%20\(revisado%202021%20agosto\)%20-%20calderon%20-%20FINAL%20-%20com%20refer%C3%A2ncias.pdf](https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/FINAL%20Coment%C3%A1rios%20Provimento%2083-2019%20CNJ%20(revisado%202021%20agosto)%20-%20calderon%20-%20FINAL%20-%20com%20refer%C3%A2ncias.pdf). Acesso em: 14 jan. 2025.

- CALDERÓN, Ricardo. *Princípio da afetividade no Direito de Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- CAMPOS, Marina Araújo. *A possibilidade de reconhecimento de filho socioafetivo perante o registro civil de pessoas naturais*. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.fumec.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/775/marina_campos_mes_dir_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 maio 2024.
- CANAVEZ, Luciana Lopes; MARÓSTICA, Paula Baraldi Artoni. A filiação socioafetiva no Direito brasileiro. *Serviço Social e Realidade*, Franca, v. 30, n. 1, p. 130-147, 2021. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4139>. Acesso em: 9 out. 2024.
- CARVALHO, Eliene Teixeira de. A extrajudicialização no registro de filiação: impactos dos provimentos 63 e 83 do CNJ sobre o reconhecimento de laços socioafetivos. *Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologias*, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 397-407, abr./jun. 2021. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4973/2726. Acesso em: 1 jun. 2024.
- CASSETTARI, Christiano. *Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Plenário). *Consulta nº 0000060-94.2023.2.00.0000. CONSULTA. PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA. RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE MANIFESTAÇÃO VÁLIDA DE UM DOS GENITORES. OFICIAL REGISTRADOR. EMISSÃO DE RECUSA. ORIENTAÇÃO PARA O INGRESSO PELA VIA DO PROCESSO JUDICIAL. SEGURANÇA JURÍDICA. DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE*. 1. Consulta formulada pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina – CGJSC sobre a possibilidade de reconhecimento extrajudicial de paternidade socioafetiva, sem anuência de um dos genitores, com esteio em normativo deste Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 2. Os temas relacionados às crianças e aos adolescentes estão submetidos

à doutrina da proteção integral, com status constitucional (CRFB, artigo 227) e regulação infraconstitucional irradiada do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei federal n. 8.069/1990), referindo-se ao direito da personalidade à própria identidade da pessoa objeto da proteção estatal, inclusive à paternidade e à maternidade. 3. De acordo com o artigo 507, caput e § 6º, do Provimento CNJ n. 149/2023, que instituiu o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), “o reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento, mediante a exibição de documento oficial de identificação com foto do requerente e da certidão de nascimento do filho, ambos em original e cópia, sem constar do traslado menção à origem da filiação”, mas, “na falta da mãe ou do pai do menor, na impossibilidade de manifestação válida destes ou do filho, quando exigido, o caso será apresentado ao juiz competente nos termos da legislação local.” 4. Nessas circunstâncias de ausência de manifestação de um dos genitores, não se pode conceber a prática do ato sem que ocorra sua citação para que o ausente possa manifestar a sua posição e, eventualmente, exercer o contraditório, sob pena de esvaziamento do poder familiar do genitor/genitora, em questão envolvendo o direito da personalidade da criança e do adolescente. 5. Somente o juízo com competência para causas de direito de família, infância ou juventude poderá processar o pedido e suprir, sendo o caso, a vontade do genitor ou genitora ausente, averiguando se o pedido, que não conta com a anuência da mãe biológicos, também contempla o respeito à opinião (ECA, artigo 16, inciso II) e à dignidade da criança ou do adolescente como pessoa humana em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais (ECA, artigo 15). 6. Diante da impossibilidade de manifestação válida de um dos genitores nos procedimentos de reconhecimento voluntário da parentalidade socioafetiva, o oficial registrador deverá emitir nota de recusa e orientar os usuários a apresentarem a demanda no âmbito do Poder Judiciário, com o fim de resguardar a segurança jurídica e o melhor interesse da criança e do adolescente. 7. Consulta conhecida e respondida com caráter normativo geral. Relator: Conselheiro Marcello Terto, 9 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/InfojurisI2/Jurisprudencia.seam?jurisprudenciaIdJuris=54909&indiceListaJurisprudencia=0&tipoPesquisa=LUCENE&firstResult=0>. Acesso em: 8 out. 2024.

- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Plenário). *Pedido de providências nº 0001711-40.2018.2.00.0000*. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. ALTERAÇÃO DA SEÇÃO II DO PROVIMENTO CNJ N. 63/2017. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. REFERENDO. 1. Alteração da Seção II do Provimento n. 63, de 14 de novembro de 2017 da Corregedoria Nacional de Justiça. 2. Reconhecimento extrajudicial da parentalidade de caráter socioafetivo para aqueles que possuem dezoito anos ou mais. 3. Possibilidade de aplicação desse instituto jurídico aos menores, desde que sejam emancipados, nos termos do parágrafo único do art. 5º, combinado com o art. 1º do Código Civil. 4. Possibilidade de aplicação desse instituto aos menores, com doze anos ou mais, desde que seja realizada por intermédio de seu(s) pai(s) nos termos da Lei. 5. Oitiva do Ministério Público nos casos de reconhecimento extrajudicial de parentalidade socioafetiva de menores de 18 anos. Provimento referendado pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça. Relator: Conselheiro Humberto Martins, 30 de agosto de 2019a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/InfojurisI2/Jurisprudencia.seam?jurisprudenciaIdJuris=50960&indiceListaJurisprudencia=0&tipoPesquisa=LUCENE&firstResult=0>. Acesso em: 14 dez. 2024.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Pedido de providências nº 0002653-77.2015.2.00.0000 [decisão]*. Conselheiro João Otávio de Noronha, 14 de março de 2017a.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Provimento nº 121, de 13 de julho de 2021*. Altera o Provimento nº 65/2017, que estabelece diretrizes para o procedimento da usucapião extrajudicial nos serviços notariais e de registro de imóveis. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original2049402021072260f9d9e475618.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2024.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023*. Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/ CN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro. Brasília, DF: CNJ, 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5243>. Acesso em: 8 maio 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017*. Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe

- sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Brasília, DF: CNJ, 2017b. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525>. Acesso em: 2 nov. 2024.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Provimento nº 83, de 14 de agosto de 2019*. Altera a Seção II, que trata da Paternidade Socioafetiva, do Provimento n. 63, de 14 de novembro de 2017 da Corregedoria Nacional de Justiça. Brasília, DF: CNJ, 2019b. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2975>. Acesso em: 12 out. 2024.
- DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil brasileiro: Direito de Família*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 5.
- FACHIN, Luiz Edson. *Estabelecimento da filiação e paternidade presumida*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1992.
- FALASCHI, Luciana Bomfim. Relações socioafetivas: da impossibilidade da desconstituição da paternidade socioafetiva por arrependimento. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 183-198, out./dez. 2023. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/937/651>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- FARIAS, Christiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- FERNANDES, Júlia de Magalhães Medeiros. *Possibilidade de desconstituição da paternidade à luz do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/7225/1/JMMFernandes.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

- FREITAS, Gabriela Oliveira; FREITAS, Sérgio Henriques Zandona. O Direito na contemporaneidade pandêmica precarizante e a necessária ressignificação do processo constitucional como elemento essencial para a concretização da democracia. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 281-294, 2021. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/8756>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- GARCIA, Denise S. S.; SILVA, Marcos Vinicius Viana da. Bases teóricas (Doutrinárias, Legais e Jurisprudenciais) da socioafetividade nas relações de família. *Revista de Direito de Família e Sucessão*, Minas Gerais, v. 2, n. 1, p. 238-253, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitofamilia/article/view/454/pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil brasileiro: contratos e atos unilaterais*. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. v. 3.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. *Enunciado nº 7*. A posse de estado de filho pode constituir paternidade e maternidade. Belo Horizonte: IBDFAM, [201-?]. Disponível em: https://ibdfam.org.br/uploads/enunciados_ibdfam.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.
- JESUS, Enayeli Vieira de. *Desconstituição da filiação a partir da perda do vínculo entre pai e filho na paternidade socioafetiva e a segurança jurídica do ordenamento brasileiro*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni, Instituto Ensinar Brasil, Teófilo Otoni, 2018. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/4176/1/MONOGRAFIA%20ENAYELI%20VIEIRA.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.
- LAUAND, Tatiana; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Igualdade na paternidade e na maternidade. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 13-38, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/4999>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- LEITE, Paula Mafra Nunes. Reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva: uma análise sob a perspectiva do direito de acesso à justiça. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 199-221, jul./set. 2022. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/636/560>. Acesso em: 21 jul. 2024.

- LÔBO**, Paulo. Socioafetividade: o estado da arte no Direito de Família brasileiro. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Lisboa, ano 1, n. 1, p. 1743-1759, 2015. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2015/1/2015_01_1743_1759.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.
- MADALENO**, Rolf. A inelegibilidade eleitoral na união estável. *Madaleno [website]*, [s. l.], [200-?]. Disponível em: <https://www.rolfmadaleno.com.br/web/artigo/a-inelegibilidade-eleitoral-na-uniao-estavel>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- MADALENO**, Rolf. *Direito de Família*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
- MADALENO**, Rolf. Filhos do coração. *Revista brasileira de Direito de Família*, Porto Alegre, n. 23, abr./maio 2004.
- MADALENO**, Rolf. *Sucessão legítima*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- MAUGERI**, Tatiana Alves Almada. *As serventias extrajudiciais e o acesso à justiça*. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.fumec.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/626/Tatiana_maugeri_mes_dir_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 7 mar. 2025.
- MINAS GERAIS**. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. *Apelação Cível nº 1.0000.22.039654-3/001*. APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE - PAI REGISTRAL - EXAME DE DNA NEGATIVO - PATERNIDADE SOCIOAFETIVA - CONFIGURAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA [...]. Relatora: Des. Ângela de Lourdes Rodrigues, 28 de abril de 2022.
- MINAS GERAIS**. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. *Apelação Cível nº 1.0193.09.026622-5/001*. APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO CIVIL - PAI REGISTRAL - EXAME DE DNA NEGATIVO - PATERNIDADE SOCIOAFETIVA - CONFIGURAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA [...]. Relatora: Des. Ângela de Lourdes Rodrigues, 1º de junho de 2023. Disponível em: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/ementaSemFormatacao.jsp?numero=undefined>. Acesso em: 13 mar. 2025.

- MINAS GERAIS.** Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. *Apelação Cível nº 1.0144.17.002189-9/001. APELAÇÃO - AÇÃO DE ADOÇÃO UNILATERAL / RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA - RELAÇÃO PADRASTO/ENTEADO - VÍNCULO EXISTENTE - CARÁTER PATERNOFILIAL - AUSÊNCIA - MANIFESTAÇÃO DO ADOTANDO/PRETENSO FILHO - IMPRESCINDIBILIDADE - ALCANCE DA MAIORIDADE CIVIL – PRECEDENTES [...].* Relator: Des. Kildare Carvalho, 8 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=7&totalLinhas=11&paginaNumero=7&linhasPorPagina=1&palavras=socioafetiva%20padraсто&pesquisarPor=ementa&orderByData=2&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%EAncias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&.> Acesso em: 1 ago. 2024.
- MONTEIRO,** Washington de Barros; **SILVA,** Regina Tavares da. *Curso de Direito Civil: direito de família.* 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2.
- NETO LÔBO,** Paulo Luiz. *Direito Civil: famílias.* 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 5. *E-book.*
- NETTO LÔBO,** Paulo Luiz. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. *Instituto Brasileiro de Direito de Família*, Belo Horizonte, 23 mar. 2004. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/126/Direito+ao+estado+de+filiação+e+direito+à+origem+genética+uma+distinção+necessária.> Acesso em: 20 ago. 2024.
- PAES,** Nadinne Sales Callou Esmerado. A pensão alimentícia a partir do parentesco por afinidade: possibilidade e fundamentos jurídicos no Brasil. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 168-187, set./dez. 2021. Disponível em <https://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/7789.> Acesso em: 20 jul. 2024.
- PAIANO,** Daniela Braga. *A família atual e as espécies de filiação: da possibilidade jurídica da multiparentalidade.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- PARK,** Victória Lee. *Estudo sobre a possibilidade de desconstituição do vínculo de paternidade socioafetiva.* 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/976e41df-167f-4904-a6d6-869938fbd203/content.> Acesso em: 3 abr. 2025.

- PEREIRA, Luciana Leão.** *Posse de estado de filho e paternidade socioafetiva: uma distinção necessária à luz do princípio da autodeterminação*. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Direito_PereiraLL_1.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha.** *Direito das Famílias*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
- PESSOA, Gabriela Pimentel; CABRAL, Angélica Mota.** A filiação socioafetiva e suas implicações às dinâmicas familiares dos dias atuais no Brasil. *Revista de Direito de Família e Sucessão*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 60-77, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitofamilia/article/view/4971/pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.
- RIO GRANDE DO SUL.** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação Cível nº 0072184-61.2011.8.21.7000*. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE FILIAÇÃO. ADOÇÃO À BRASILEIRA. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO [...]. Relator: Des. André Luiz Planella Villarinho, 24 de agosto de 2011. Disponível em: <https://consulta.tjrs.jus.br/consulta-processual/processo/decisoes/acordaos?numeroProcesso=70041393901&codCo marca=700>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- RIO GRANDE DO SUL.** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação Cível nº 5010451-19.2019.8.21.0019/RS*. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE impropriamente denominada “ação NEGATÓRIA de paternidade”. IRREVOGABILIDADE e irretratabilidade do reconhecimento voluntário de paternidade. não comprovado vício de vontade na origem do ato. ÔNUS PROBATÓRIO QUE COMPETE À PARTE AUTORA. desnecessária, no caso, COMPROVAÇÃO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA [...]. Relator: Des. Luiz Felipe Brasil Santos, 20 de junho de 2024.
- RIO GRANDE DO SUL.** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação Cível nº 70077198737*. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA CUMULADA COM ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE

SOCIAFETIVA E, VIA DE CONSEQUÊNCIA, DA MULTIPARENTALIDADE. CABIMENTO. DETERMINAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL, NOS TERMOS DO REQUERIDO [...]. Relator: Des. José Antônio Daltoé Cezar, 22 de novembro de 2018.

SANCHES, Maria Isabel Duarte de Souza; ARANTES, Sílvia Gelli.

Reconhecimento da paternidade socioafetiva e a impossibilidade da desconstituição posterior. *Revista Linhas Jurídicas*, Votuporanga, v. 6, n. 1, p. 77-99, jun. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.unifev.edu.br/index.php/LinhasJuridicas/article/view/106>.

Acesso em: 19 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça de São Paulo. *Apelação Cível nº 0001853-63.2010.8.26.0238*. Ação declaratória de falsidade de filiação, c.c. pedido anulatório de registro de paternidade e exibição de documento. Procedente. Exames de DNA. Exclusão de paternidade. Resultados confirmados por órgão público (IMESC). Vício do consentimento não demonstrado. Prova dos autos que demonstra a perfilhagem espontânea. Vínculo sócioafetivo comprovado. Assim, embora os exames tenham afastado a paternidade, o vínculo sócioafetivo comprova o estado de filiação entre as partes. Inexistência de provas constitutivas do direito do autor. Sentença reformada. Apelante: Elisângela Marchi Silveira. Apelado: Altair Marchi. Relator: Des. Mauro Conti Machado, 2 de fevereiro de 2016. Disponível em:

<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=9141427&cdForo=0>.

Acesso em: 20 ago. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça de São Paulo. *Apelação Cível nº 1002989-11.2023.8.26.0404*. Ação de adoção unilateral socioafetiva de enteada promovida por padrasto - Indeferimento do pedido de reconhecimento de paternidade socioafetiva por falta de requisito material, dado o não cumprimento do requisito da diferença mínima de 16 anos de idade entre adotante e adotanda [...]. Apelantes: Marcelo Donizete Leonardi, Lígia Pantaleo Furini e Maria Tereza Pantaleo Leonardi. Apelado: Juízo da Comarca. Relator: Des. José Carlos Costa Netto, 18 de junho de 2024. Disponível em:

<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=18012797&cdForo=0>.

Acesso em: 16 mar. 2025.

SCHEREIBER, Anderson; LUSTOSA, Paulo Franco. Efeitos jurídicos da multiparentalidade. *Pensar*, Fortaleza, v. 21, n. 3, p. 847-873, set./dez. 2016. Disponível em:

- https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16480/1/PRArt214244_Efeitos%20jur%C3%ADdicos%20da%20multiparentalidade_compl_P_BD.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.
- SEIXAS, Gian Paulo da Silva; AZEVEDO, Flávia Regina Porto de. A segurança jurídica do reconhecimento de parentalidade socioafetiva e seus efeitos diretos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciência e Educação - REASE*, São Paulo, v. 9, n. 10, p. 825-843, out. 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11453/5270>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- SILVA, Geraldo Felipe de Souto. *A estruturação da nova realidade parental brasileira a partir da socioafetividade: seus reflexos na ordem dos Direitos da Família, das Sucessões e dos Registros Públicos*. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Mestrado em Direito, Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, Brasília, Distrito Federal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/15902/1/61650085.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- SILVA, Jefferson Elias de Oliveira da. Paternidade socioafetiva e a (im)possibilidade de desconstituição. *Revista Direito & Consciência*, Volta Redonda, v. 1, n. 1, p. 143-158, jul. 2022. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/direitoconsciencia/article/view/4128>. Acesso em: 29 out. 2024.
- SOUSA, Mônica Alves Ferreira Alexandre e. *A construção da família a partir dos laços afetivos e os efeitos do reconhecimento da dupla parentalidade*. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Direito_SousaMA_1.pdf. Acesso em: 8 jan. 2025.
- STJ autoriza desconstituição de paternidade mesmo após cinco anos de convivência. *Instituto Brasileiro de Direito de Família*, Belo Horizonte, 3 mar. 2015. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/noticias/5557/STJ+autoriza+desconstitui%c3%a7%c3%a3o+de+paternidade+mesmo+ap%c3%b3s+cinco+anos+de+conviv%c3%aancia>. Acesso em: 19 out. 2024.
- TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Direito de Família*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

- TARTUCE, Flávio. Vínculo afetivo entre irmãos. *Instituto Brasileiro de Direito de Família*, Belo Horizonte, 26 out. 2022. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1897/V%C3%ADnculo+socioafetivo+entre+irm%C3%A3os++>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. A multiparentalidade como nova estrutura de parentesco na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Belo Horizonte, v. 4, p. 10-39, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/97/93>. Acesso em: 10 out. 2024.
- TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. *Fundamentos do Direito Civil: Teoria Geral do Direito Civil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. *Fundamentos do Direito Civil: Direito de Família*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- UNICEF BRASIL. *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Tradução oficial: Brasil. Brasília, DF: UNICEF, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 1 mar. 2025.
- VALADARES, Isabela Farah. Da desconstituição da paternidade pela ausência de socioafetividade. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n. 66, p. 355-374, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1701>. Acesso em: 7 out. 2024.
- VILLELA, João Baptista. Desbiologização da paternidade. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 21, p. 400-418, 1979. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1156>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- WELTER, Belmiro Pedro. *Igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- ZAPATER, Máira C. *Direito da criança e do adolescente*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

Este livro digital foi produzido em Neutra Text
e Crimson Text, no formato Portable
Document Format (PDF), para a Editora
Conjecturas em agosto de 2025.